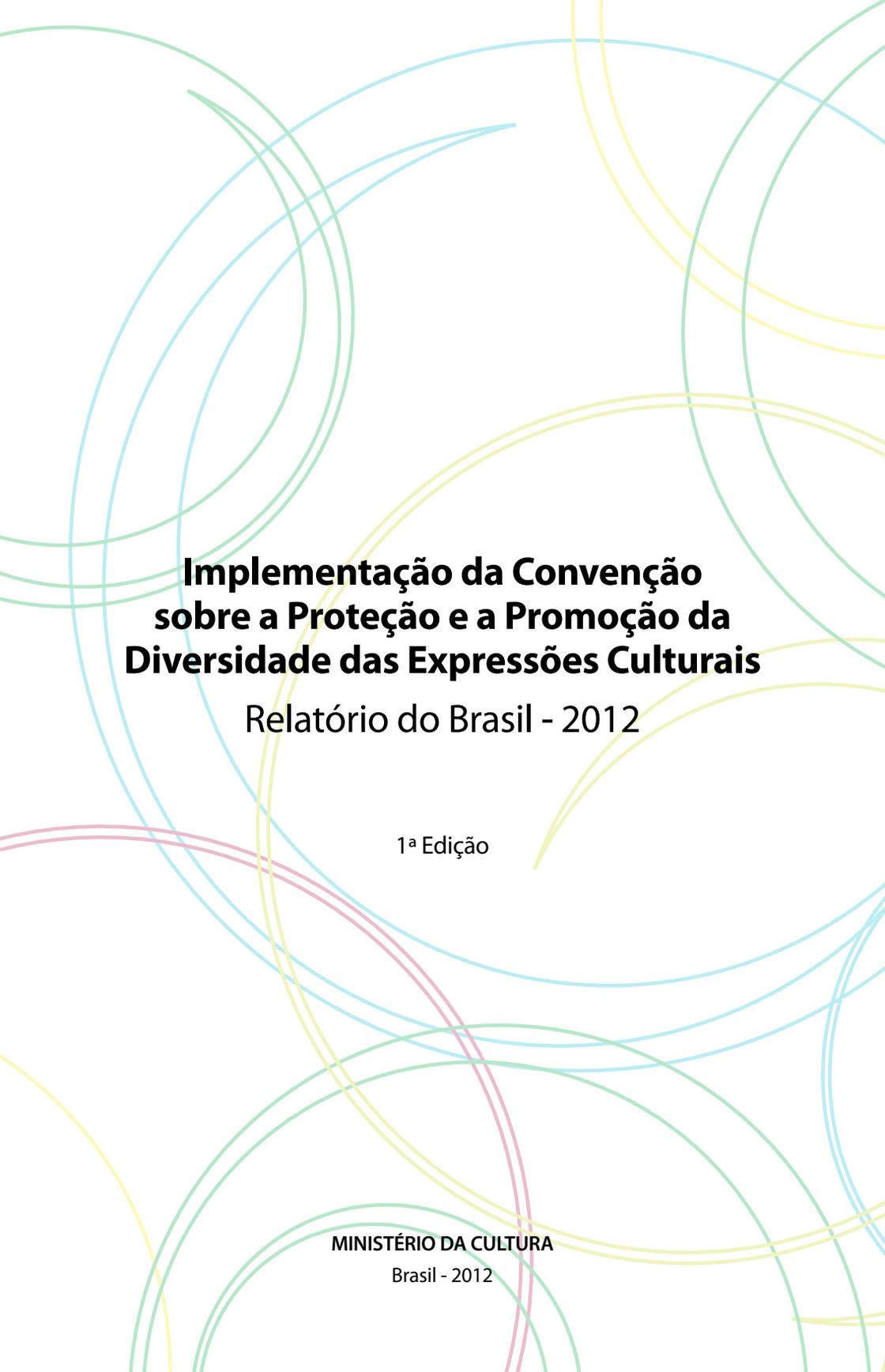




**Implementação da Convenção
sobre a Proteção e a Promoção da
Diversidade das Expressões Culturais**

Relatório do Brasil - 2012

MINISTÉRIO DA CULTURA
Brasil - 2012



**Implementação da Convenção
sobre a Proteção e a Promoção da
Diversidade das Expressões Culturais**
Relatório do Brasil - 2012

1ª Edição

MINISTÉRIO DA CULTURA
Brasil - 2012

© 2012 Ministério da Cultura

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Tiragem 1ª Edição - 6.000 exemplares

Elaboração, Distribuição e Informações:
MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural

SCS, Quadra 09, Lote C, Torre B - 9º andar

Ed. Parque Cidade Corporate

CEP: 70.308 - 200, Brasília - DF

Tel: (61) 2024-2778

E-mail: gabinete.scdc@cultura.gov.br

Impresso no Brasil/ Printed in Brazil

Este documento foi elaborado pela Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, por meio da coordenação do Grupo de Trabalho da Diversidade Cultural, criado pela Portaria nº 269, de 14 de setembro de 2004, alterada pela Portaria nº 11, de 19 de março de 2008, com a finalidade de elaborar posicionamentos e encaminhamentos do Ministério da Cultura a respeito da Convenção sobre a Promoção e a Proteção da Diversidade das Expressões Culturais.

Membros:

Ministério da Cultura

Alexandra Luciana Costa – Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura

José Murilo Júnior – Secretaria de Políticas Culturais

José Henrique Vieira Martins – Diretoria de Relações Internacionais/Secretaria-Executiva

Bernardo Matta Machado – Secretaria de Relações Institucionais

Thiago P. Cremasco – Secretaria do Audiovisual

Mércia Maria Aquino de Queiroz – Secretaria de Economia Criativa

Edney Christian Thome Sanchez – Agência Nacional de Cinema

Célia Maria Corsino – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Oraida Maria Machado de Abreu – Fundação Cultural Palmares

Débora Aquino – Fundação Nacional das Artes

Ministério das Relações Exteriores

Leonardo Souza Santos - Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Frederico Barbosa – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Coordenação e Edição:

Márcia Helena Gonçalves Rollemberg – Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural/MinC

Organização e Revisão:

Giselle Dupin – Ponto Focal da UNESCO no Brasil para a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Produção:

Danielle Paes Gouveia

Ficha Catalográfica

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural – 2012. Implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais – Relatório do Brasil - 2012. – Brasil: Ministério da Cultura, 2012. 166 p.: Il.color.

ISBN 978-85-60618-13-2

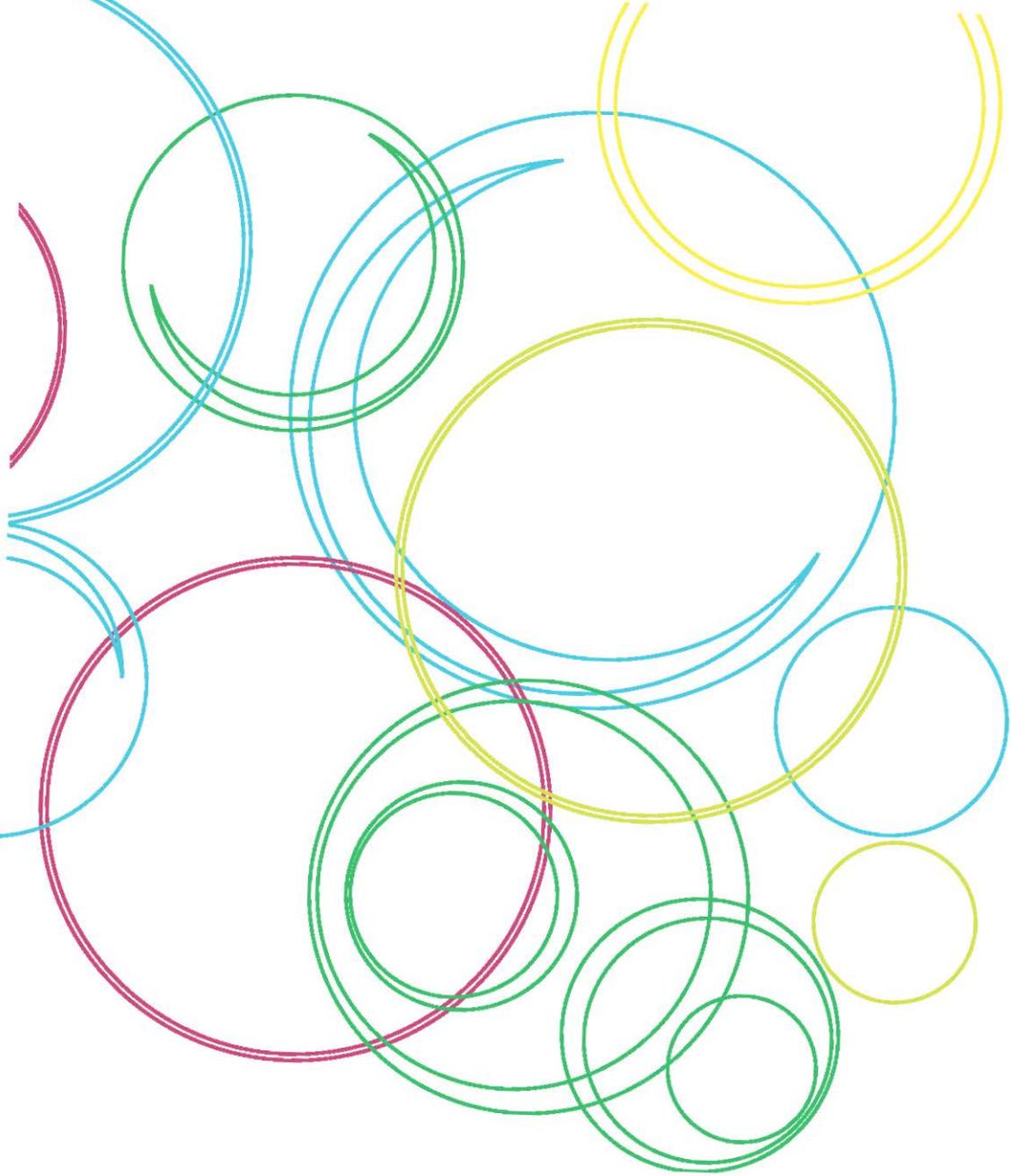
1. Política Cultural. 2. Acordos Internacionais

CDD. 306



SUMÁRIO

Apresentação.....	5
1. Relatório periódico quadrienal sobre as medidas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais	7
1.1. Resumo do Relatório	8
2. Medidas	9
2.1. Políticas e Medidas Culturais	10
2.2. Cooperação internacional e tratamento preferencial	35
2.3. Integração da Cultura nas políticas de Desenvolvimento Sustentável	44
2.4. Proteger as Expressões Culturais Ameaçadas	55
3. Sensibilização e Participação da Sociedade Civil	56
3.1. Partes.....	56
3.2. Sociedade civil	59
4. Principais resultados obtidos e desafios encontrados na implementação da Convenção.....	63
5. Lista dos Anexos	65





APRESENTAÇÃO

A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, foi ratificada pelo Brasil em dezembro de 2006, e promulgada pelo Decreto-Lei nº 6.177, de 1º de agosto de 2007.

Tendo participado ativamente de todo o processo de elaboração e adoção da Convenção, o Brasil também teve atuação expressiva na redação de diretrizes para suas determinações, como membro do Comitê Intergovernamental da Convenção desde junho de 2007 – mandato este que expira em junho de 2013.

Em seu artigo 9º – Intercâmbio de Informações e Transparência, a Convenção prevê que os países que a integram “fornecerão, a cada quatro anos, em seus relatórios à UNESCO, informação apropriada sobre as medidas adotadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território e no plano internacional”.

Para cumprir essa determinação, reunir as informações necessárias e redigir o relatório periódico quadrienal do Brasil, o Ministério da Cultura contou com o Grupo de Trabalho Permanente sobre Diversidade Cultural, criado pela Portaria nº 269, de 14 de setembro de 2004, para tratar dos assuntos pertinentes à Convenção, e que reúne representantes das Secretarias e entidades vinculadas, sob a coordenação da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural.

Esta publicação apresenta o texto base desse primeiro relatório enviado pelo Brasil à UNESCO, em abril de 2012, nas línguas de trabalho da organização – inglês e francês. Seu conteúdo é constituído pelas respostas às questões formuladas pela Secretaria da Convenção, acrescidas de anexos que trazem mais informações sobre os programas relatados.

De acordo com a UNESCO, trata-se de um documento de trabalho que apresenta os resultados obtidos, os desafios encontrados

e as lições aprendidas durante a implementação da Convenção em cada país, e cuja análise deve recair principalmente sobre as tendências e soluções apontadas.

Desta forma, este trabalho é um recorte possível das políticas públicas de cultura desenvolvidas pelo governo brasileiro no período de 2007 a 2010, que deixa de lado diversos outros programas e ações. Sua publicação vem ampliar a possibilidade de avaliação, intercâmbio, estudos comparados e a constante revisão da abordagem dos dados, de forma a buscar plena coerência com os princípios de Convenção e com as estratégias para sua ampla implementação.

Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
Ministério da Cultura

RELATÓRIO PERIÓDICO QUADRIENAL SOBRE AS MEDIDAS PARA PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS

(a) Nome do Estado Parte - Brasil

(b) Data de ratificação - 16/01/2007

(c) Processo de ratificação - Processo parlamentar

(d) Contribuição total ao FIDC (até esta data) - US\$ 50,000

(e) Organismo responsável pela preparação do relatório – Ministério da Cultura

(f) Ponto de contato designado oficialmente – Giselle Dupin, coordenadora da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

(g) Data na qual o relatório foi preparado – fevereiro a abril de 2012

(h) Nome do responsável por assinar o relatório – Márcia Rollemberg, Secretária de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura

(i) Descrição do processo de consulta estabelecido para a preparação do relatório – A participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas e nas decisões de governo tem sido um dos pilares da política do Estado brasileiro, expressa, dentre outras iniciativas, na institucionalização dos conselhos paritários. Na área da Cultura, ela se expressa com as conferências nacionais de cultura, o Conselho Nacional de Política Cultural, criado em 2005, e a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (cf. capítulo 3 deste relatório). Para elaboração deste relatório, o Ministério da Cultura optou por formar um Grupo de Trabalho, e sua submissão às referidas instituições.

(j) Nome do ou dos representantes das organizações da sociedade civil participantes

Título	Prenome	Sobrenome	Organização	Função
Sra.	Virgínia	Menezes	Conselho Nacional de Política Cultural	Conselheira
Sr.	Washington	Queiroz	Conselho Nacional de Política Cultural	Conselheiro
Sr.	Amilson	Godoy	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	João Januário	Guedes	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	Tuchaua	Rodrigues	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	Comissário
Sr.	José Márcio	Barros	Observatório da Diversidade Cultural	Diretor
Sr.	Geraldo	Moraes	Coalizão Brasileira pela Diversidade Cultural	Presidente

RESUMO DO RELATÓRIO

No resumo, queira identificar os principais resultados e desafios na implementação da Convenção. Queira indicar também, se for o caso, as perspectivas para o futuro.

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou a participação social na gestão das políticas públicas, e determinou o respeito do Estado brasileiro ao patrimônio e à diversidade cultural. A cultura era tratada em conjunto com a educação até 1985, quando foi criado o Ministério da Cultura para garantir o acesso universal aos bens e serviços culturais. Essas tarefas eram cumpridas por uma estrutura ministerial que atendia o patrimônio edificado e as atividades artísticas. A partir de 2003, ampliou-se o escopo de sua atuação, incorporando práticas e atividades culturais como as manifestações, conhecimentos e modos de vida tradicionais. As políticas e suas ações passaram a ser desenvolvidas para fortalecer, articuladamente, cada uma das três dimensões da cultura: construção simbólica, direito à cidadania, e atividade econômica. Então, o Ministério se reestruturou internamente (cf. Anexo I) e potencializou suas ações para o enfrentamento das desigualdades sociais existentes no país, ampliando o acesso de toda a população aos bens e serviços culturais, e inovando com a promoção do acesso das camadas mais populares aos meios de produção daqueles, à conexão digital e a uma maior participação social na construção da política. Neste sentido, o Ministério da Cultura trabalha com políticas que interagem de forma complementar e transversal, fortalecendo os direitos civis no campo da cidadania, com as áreas governamentais de educação, saúde, desenvolvimento social, trabalho, igualdade racial, direitos humanos, juventude, relações internacionais e outros.

Por outro lado, o Ministério vem construindo e fortalecendo um Sistema Nacional de Cultura com os governos estaduais e municipais, para: articular políticas públicas que promovam a interação da cultura com as demais áreas sociais, destacando seu papel estratégico no processo de desenvolvimento; promover o intercâmbio entre os entes federados para a formação, capacitação e circulação de bens e serviços culturais, viabilizando a cooperação técnica e o fortalecimento institucional; criar instâncias de participação e instrumentos de gestão para acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura desenvolvidas. O Sistema Nacional de Cul-

tura já conta com a participação de 883 municípios, e 18 dos 27 Estados da Federação. Para participar, os Estados e municípios necessitam instituir um plano de cultura, um fundo de cultura e conselho de política cultural consultivo, que tenha em sua composição, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente. O Ministério da Cultura vem cumprindo essas regras: criou, em 2005, o Conselho Nacional de Política Cultural, e aprovou, em 2010, um Plano Nacional Decenal de Cultura, elaborado com a participação democrática da sociedade civil, cujas diretrizes e metas apontam para a consolidação e maior efetividade das políticas culturais atualmente desenvolvidas. O governo brasileiro está, portanto, alinhado à meta e aos desafios propostos pela Convenção.

As perspectivas de futuro incluem a ampliação do trabalho inter-setorial e a implementação do Plano Nacional “Brasil Criativo”, com ações de fomento à economia criativa, e do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, plataforma de governança colaborativa e de transparência pública, que entre outras funções permitirá um monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Cultura e dos planos estaduais e municipais.

2. MEDIDAS

As partes devem fornecer informação sobre as políticas e as medidas que elas adotaram para proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território (nos níveis nacional, regional e local) e no nível internacional (principalmente transregional e transnacional).

A informação apresentada nesta seção do relatório está organizada em função dos seguintes temas:

- i) políticas culturais e medidas;
- ii) cooperação internacional e tratamento preferencial;
- iii) integração da cultura nas políticas de desenvolvimento sustentável;
- iv) proteger as expressões culturais ameaçadas.

Questões chave:

As Partes devem responder, tanto quanto possível, às seguintes questões para cada tema:

- a) Quais são os principais objetivos da política ou da medida? Quando ela foi introduzida?

- b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram empregados para esta finalidade?
- c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?
- d) Qual foi o efeito ou o impacto dessa política ou dessa medida? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

2.1 POLÍTICAS E MEDIDAS CULTURAIS

Esta seção tem como objetivo relatar as políticas culturais e medidas em vigor que favorecem a promoção da diversidade das expressões culturais nas diferentes etapas da criação, produção, distribuição, difusão e participação/fruição.

Pode tratar-se de medidas que:

- » favorecem a criatividade,
- » fazem parte de um ambiente favorável aos produtores e aos distribuidores,
- » asseguram o acesso do grande público às diversas expressões culturais.

Pode tratar-se de medidas regulamentares ou legislativas, orientadas para a ação ou em forma de programas, de medidas institucionais ou financeiras. Elas podem ter como objetivo enfrentar circunstâncias especiais e responder às necessidades de certos indivíduos (por exemplo, as mulheres, os jovens) ou de grupos (por exemplo, as pessoas que pertencem às minorias ou os povos autóctones) enquanto criadores, produtores ou distribuidores de expressões culturais.

Para qualquer informação suplementar sobre os tipos de medidas a serem informadas, queiram consultar o artigo 6, Direitos das Partes no nível nacional, e as diretrizes operacionais adotadas para o artigo 7, sobre as medidas destinadas a promover as expressões culturais.

POLÍTICA / MEDIDA 1**Nome da Política: Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC**

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção	X	Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
X	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

O Programa foi instituído pela Lei 8313, de 1991, com a finalidade de fomentar a atividade cultural por meio de três mecanismos de financiamento: Fundo Nacional da Cultura, destinado a apoiar projetos em áreas artísticas e culturais com menor inserção de mercado, prioritariamente aqueles de enfoque regional e caráter multiplicador; Incentivos Fiscais – estímulo ao financiamento de projetos culturais por meio de renúncia de receita tributária do imposto sobre a renda das pessoas físicas e jurídicas que aportam recursos a esses projetos; Fundo de Investimento Cultural e Artístico, operado por instituição financeira, destinado a projetos com viabilidade comercial e perspectivas de repartição de lucros.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Os projetos que pleiteiam apoio ao mecanismo de Incentivos Fiscais do Programa são avaliados pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, formada por representantes do Ministério da Cultura e da sociedade civil e presidida pela Ministra de Estado da Cultura. O Fundo Nacional da Cultura é gerido pelo próprio Ministério da Cultura, com a participação da Comissão do Fundo Nacional da Cultura, colegiado interno de

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: Programa Brasil, Som e Imagem

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira		Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
X	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Fomentar toda a cadeia audiovisual e cinematográfica brasileiras, com ações dirigidas à inovação de obras e formatos, capacitação dos agentes, preservação e difusão do patrimônio audiovisual, apoio financeiro e suporte técnico à produção de curtas-metragens e ao desenvolvimento de roteiros, e articulação com o circuito não comercial de exibição.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O Programa é implementado por meio de apoio a projetos de produção, difusão, distribuição, comercialização, preservação, infra-estrutura audiovisual e cinematográfica, formação e capacitação de entidades e profissionais da área audiovisual. São utilizados instrumentos legais do Programa Nacional de Apoio à Cultura: o Mecenato (captação de recursos por meio da renúncia fiscal) e o Fundo Nacional de Cultura (recursos orçamentários).

O Programa é de responsabilidade da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, e os projetos são selecionados por meio de chamada pública, com a participação de especialistas. A política é desenvolvida com quatro grandes ações:

I. Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais brasileiros – De 2007 a 2011, foram realizados 26 editais, que selecionaram 250 projetos. Foram financiados o desenvolvimento de roteiros cinematográficos e a realização de filmes de longa-metragem, curta-metragem de ficção, documentário ou experimental, curtas de animação, curtas infanto-juvenis. Em 2007, foram distribuídos 100 kits de equipamentos digitais aos projetos selecionados no Programa Pontos de Difusão Digital. Em todo o período, as obras realizadas com apoio do Ministério foram enviadas às redes de televisão, para veiculação aberta.

Também foram realizadas no período as iniciativas: DOC TV, Anima TV, Programadora Brasil, DocTV CPLP (2008), FicTV, Programa Setorial de Promoção à Exportação – Brazilian TV Producers, XPTA.LAB e Programa BR Games (cf. Anexo III).

II. Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais – Para difundir o cinema brasileiro, foram apoiados no período: a realização de eventos como a 7ª Conferência Internacional de Documentários, o IV Fórum Brasileiro de TV Digital, a File Games (2008) e mais de 50 festivais e mostras cinematográficas realizadas no Brasil e em cinco países; a participação brasileira no Festival de Cannes (2008); e a participação de realizadores e estudantes em eventos na área audiovisual, com passagens aéreas. Ainda na área da difusão, foi assinado (2010) um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação e o Governo do Distrito Federal, para a implantação de Cineclubes nas 87 escolas do ensino médio da rede pública do Distrito Federal.

III. Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual – Apoio à produção audiovisual independente, principalmente, por meio do Programa Olhar Brasil, que favorece a formação e o aprimoramento de técnicos e realizadores; e apoio ao desenvolvimento da atividade audiovisual nas diversas regiões do país, por meio dos Núcleos de Produção Digital. Em 2007, foi realizado um Programa de Treinamento de Técnicos de Cinema de Animação, e capacitados 43 profissionais do cinema, durante o V Congresso do Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual. Em 2010, o Programa de Editais de Fomento à Produção Audiovisual deu ênfase às ações de formação.

IV. Preservação de Acervos Audiovisuais – A Cinemateca Brasileira desenvolve ações para ampliar a produção, difusão, exibição, preservação

e acesso às obras audiovisuais brasileiras, e promove a auto-sustentabilidade da indústria cinematográfica. Em parceria com o Instituto para a Preservação da Memória do Cinema Brasileiro, a Cinemateca trabalha na restauração e criação de matrizes digitais de alta definição de filmes produzidos nos anos 1930 e 1940, com o objetivo de criar cópias de qualidade para lançamento em home video, teledifusão e disponibilização para download, ampliando as possibilidades de acesso do público à memória cinematográfica do país. O Programa de Restauo da Cinemateca, executado em parceria com a Petrobras, restaurou acervo histórico de filmes em preto-e-branco e coloridos, em 16 e 35 mm.

O Centro Técnico de Atividades Audiovisuais trabalha com difusão, pesquisa, formação, fomento e empréstimo de equipamentos de som e imagens para a produção audiovisual independente. Desde 2008, esse Centro apóia a produção audiovisual brasileira de caráter cultural, técnico e científico.

Órgão responsável: Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

Recursos: R\$60.000,00 milhões (2007/2010)

15

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Necessidade de: ampliar e democratizar o acesso aos bens culturais audiovisuais e às tecnologias digitais; diminuir as disparidades existentes entre as regiões do Brasil quanto ao acesso da população à produção audiovisual; e preservar a memória do audiovisual brasileiro. As maiores dificuldades para a implementação do Programa são a insuficiência de recursos para o atendimento das demandas, e a ausência de um sistema de dados consolidado sobre o setor audiovisual no país.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não Sim

Se sim, qual foi o impacto? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

POLÍTICA / MEDIDA 3

Nome da Política: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional		Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
X	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Criado em 2004, o programa apóia e potencializar ações culturais já existentes na sociedade; reconhece e fomenta iniciativas e projetos de pessoas, grupos e instituições; amplia o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; estimula a autonomia, o protagonismo e o empoderamento social; e promove a gestão compartilhada da cultura entre o Estado e a sociedade civil.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O Programa concretiza o fomento por meio da seleção pública de projetos, que são em seguida premiados, conveniados ou fomentados pelo poder público. Essas iniciativas, reconhecidas como Pontos de Cultura, abrangem diferentes meios, linguagens artísticas e manifestações culturais, e são articuladas pelo Ministério da Cultura, governos estaduais e municipais. São realizados investimentos dos entes federados, com a participação de outros parceiros, como universidades, para implementação do programa.

Os Pontos de Cultura são entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de formação, produção e difusão

cultural junto às comunidades locais. Não existe um modelo único de instalações, programação ou atividade. São aspectos comuns a todos os Pontos a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre Pontos, poder público e comunidades. Além do fomento à produção de conteúdos culturais e de registro da diversidade nacional, cada Ponto de Cultura recebe um kit multimídia que inclui câmeras digitais, filmadoras e computadores, com uso de softwares livres, que permitem conexão via internet entre os Pontos.

Articulados em rede, os Pontos recebem apoio de unidades denominadas Pontões de Cultura, cujo objetivo é promover o intercâmbio e a difusão da cultura nas mais diversas linguagens e formas. Eles atuam com: ações de capacitação dos agentes de cultura e a formação cultural dos cidadãos; criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura; organização de festivais, encontros, fóruns e outras atividades que promovem trocas de experiências, articulação e organização dos Pontos (cf. Anexo IV).

Os encontros dos Pontos de Cultura de todo o país, chamados Teias, viabilizam e incentivam a convivência, a troca de informações e experiências, e promover a convivência. O Ministério promove também a cultura de paz e a pactuação em torno da diversidade cultural e dos direitos civis.

Para a implantação do Programa, o Ministério da Cultura contou com duas importantes parcerias. A primeira com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/04/051, que propiciou recursos técnicos especializados e logísticos. A segunda, com a Unesco, por meio do Projeto de Cooperação Técnica Internacional intitulado Intersetorialidade, descentralização e acesso à cultura no Brasil, para o desenvolvimento de estudos, projetos e ações voltados para a garantia do acesso aos bens, serviços e expressões culturais.

Órgão responsável: Secretaria da Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura.

Recursos: R\$ 237.408.969,45

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Os principais desafios atualmente enfrentados pelo Programa estão ligados à baixa capacitação do seu público-alvo para lidar com os requisitos legais e processuais da burocracia estatal, ao que corresponde a incapacidade do próprio Estado em lidar com o tipo de organização da sociedade civil que compõe a maioria dos Pontos de Cultura. Tal situação vem sendo enfrentada por meio da capacitação do público alvo, bem como dos colaboradores do Ministério, no sentido de atender às necessidades deste público.

Por outro lado, foi iniciado um processo de elaboração de um novo marco legal, que traga os necessários ajustes neste nível de relação entre Sociedade e Estado.

Outros desafios identificados são: dificuldades mútuas de compreensão entre as entidades conveniadas e as diversas áreas do MinC em relação aos procedimentos relacionados com conveniamento e acompanhamento/fiscalização dos convênios. Muitas dessas entidades têm dificuldade de entendimento acerca do que constitui e como devem ser coletados e apresentados os elementos de uma prestação de contas, quando não acerca do processo de conveniamento em si. Isso leva a inúmeras tentativas frustradas das entidades em preencher os requisitos documentais necessários à realização e execução dos convênios.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

X Local X Regional X Nacional X Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não X Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Pontos e Pontões são associações culturais que atuam local e nacionalmente na forma de redes sociais, em vários níveis. Já se verificam fortes impactos dessas redes nas comunidades e nas dinâmicas culturais locais. Em relação à gestão destas redes e do Programa, existem vários espaços de argumentação política, como os fóruns locais, regionais e nacionais, as comissões locais, estaduais e regionais de Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o que garante um

espaço contínuo para os Pontos na elaboração e qualificação da política pública. Estas articulações em redes demonstram que o Programa se configura como uma novidade nas políticas culturais, porque vai além do repasse de recursos e de atividades culturais pontuais. O Programa investe na potência e capacidade de mobilização dos grupos culturais locais, que continuam fazendo o que já vinham fazendo, mas agora se inserem em universos mais amplos e plurais, a partir da sua inserção nas redes. Essa nova forma de fazer política pública impacta positivamente a comunidade, que se vê com um espaço cultural qualificado e enraizado, o que é muito importante na medida em que os Pontos se localizam em zonas de vulnerabilidade social, econômica e cultural, e às vezes se revelam o único equipamento cultural da comunidade.

Ainda são necessários esforços para que sejam percebidos todos os desdobramentos e impactos do programa, mas sua amplitude pode ser vislumbrada pelos seus números, reveladores da dinâmica cultural do Brasil. As informações hoje disponíveis mostram o potencial da iniciativa, mas ainda há necessidade de sistematização dos dados, especialmente dos pontos que integram as atuais redes constituídas e em implementação junto a 25 governos estaduais, ao governo do Distrito Federal, e a 54 governos municipais.

Quais são os indicadores?

A pesquisa “Cultura Viva - Avaliação do programa, arte educação e cidadania”, realizada pelo Ministério da Cultura em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2010, abrangeu 526 pontos de cultura e trabalhou com informações de 386 (73% do total). Os dados apontaram como média anual de frequência de público nas atividades dos Pontos de Cultura 2.636 pessoas.

Outro elemento revelador dos impactos do programa são os indicadores de esforço que dizem que cada Ponto de Cultura mobiliza em média 11 pessoas de forma permanente, sendo quatro voluntários. Em média, tem-se 323 frequentadores habituais, 223 deles das comunidades. Aproximadamente 3.500 pessoas são frequentadores esporádicos, por Ponto. Além disso, as associações culturais estabelecem sistematicamente relações com instituições locais e muitas delas geram algum tipo de rendimento aos seus participantes.

A política está sendo estudada e acompanhada no âmbito da Universidade por um grupo de pesquisadores que já produziram tese, dissertações, monografias e artigos que estão nos bancos de dados das universidades e em três publicações, duas organizadas pelo Ministério da Cultura (2009 e 2010), e uma pelo IPEA (2011). Há também os estudos realizados ao longo do desenvolvimento do Programa, a partir de cooperação entre o Ministério e instituições de pesquisa, como a avaliação do Agente Cultura Viva realizada pelo Instituto Paulo Freire, a reflexão do CENPEC sobre o Prêmio Cultura Viva, e as duas pesquisas de avaliação do Programa, realizadas entre 2007 e 2010 pelo IPEA, uma com foco nos primeiros Pontos conveniados e a outra descrevendo as atividades desenvolvidas pelos Pontos e Pontões de Cultura (cf. anexo IV).

POLÍTICA / MEDIDA 4

Nome da Política: Programa Brasil Plural

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional		Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira	X	Jovens
X	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	X	Mulheres
X	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio			X	Pessoas que pertencem às minorias
				X	Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Tendo como objetivos proteger e promover a diversidade cultural brasileira, por meio do intercâmbio, fomento e divulgação das expressões dessa diversidade, este programa tem características singulares, porque atende a setores da sociedade historicamente desfavorecidos, com dificuldades de relacionamento com o Estado, no tocante aos códigos de acesso a mecanismos de fomento à cultura. Portanto, o Programa se pro-

põe a garantir que grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, tenham acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultura, de promoção e intercâmbio cultural. Isto é realizado por meio do fortalecimento identitário, do fomento às atividades e da capacitação desses segmentos para que possam ser reconhecidos pela sociedade como produtores de bens e serviços culturais.

O programa também está alinhado com as principais reivindicações e programas do governo brasileiro relacionados aos Direitos Humanos, como: Estatuto da Igualdade Racial; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Programa Brasil Sem Homofobia; Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Luta Antimanicomial.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Até 2011, o Programa foi implementado pela Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural, do Ministério da Cultura do Brasil, criada em 2004, em consonância com a Declaração Universal da Diversidade Cultural. As ações do Programa são: encontros, oficinas, mostras, publicações e apoio a projetos e iniciativas culturais propostos por pessoas físicas, grupo informais e pessoas jurídicas. Esse apoio dá-se com recursos do Tesouro e do Fundo Nacional de Cultura, por meio de editais de premiação, ou a partir da demanda dos proponentes (cf. anexo V). O público alvo são os Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira, tais como: povos e comunidades tradicionais – indígenas, ciganos e outros –, culturas populares, segmento LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis), jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento mental.

Órgão responsável: Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura

Recursos: R\$ 30.635.616,25.

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Recursos insuficientes para alcançar suas metas;

Ampliou a capacidade de organização da sociedade civil atendida, com aumento da quantidade de associações, cooperativas e ONGs;
Ampliou a participação política e a cidadania dos segmentos atendidos, por meio da instituição de espaços de construção coletiva de diretrizes para as políticas culturais, tais como Grupos de Trabalho, Oficinas, Seminários e da própria Conferência Nacional de Cultura que, em sua segunda edição (2010), contou pela primeira vez com uma significativa participação de representantes dos povos indígenas, culturas populares, povos de terreiro e comunidades tradicionais, população afro-descendente, povos ciganos, segmento LGBT, agentes culturais da área da cultura da infância, jovens e pessoas idosas, além de pessoas em sofrimento psíquico, pessoas com deficiência. Essa participação resultou na criação de dois Colegiados – de Culturas Indígenas e de Culturas Populares – encarregados de subsidiar a participação política de seus respectivos representantes no Conselho Nacional de Políticas Culturais;
Propiciou a captação de recursos não orçamentários para alguns segmentos. Exemplos: recursos foram captados junto à empresa PETROBRAS – notadamente para os povos indígenas; junto ao Ministério da Saúde – para a saúde dos trabalhadores e para pessoas com deficiência e pessoas em sofrimento psíquico; e junto ao banco público Caixa Econômica Federal.

Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

Volume dos recursos distribuídos diretamente aos indivíduos e grupos dos segmentos atendidos, por meio de prêmios e bolsas; relatórios apresentados pelos premiados sobre o emprego dos recursos recebidos; leis e ações criadas pelos governos estaduais; número de participantes desses segmentos nos espaços de construção coletiva de políticas culturais; e recursos não orçamentários captados.

POLÍTICA / MEDIDA 5

Nome da Política: Programa Desenvolvimento da Economia da Cultura

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

	Objetivo	Tipo de intervenção		Público alvo
X	Criação		Regulamentar	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X Produtores / distribuidores
X	Distribuição	X	Institucional	X Empresas culturais
	Difusão	X	Financeira	Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)	Mulheres
	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio			Pessoas que pertencem às minorias
				Povos autóctones
				Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política ou da ação? Quando ela foi tomada?

Promover o desenvolvimento econômico da cultura, por meio do fortalecimento das atividades e cadeias produtivas, a circulação de bens e serviços, a inovação tecnológica, a criação de novos produtos, formas de difusão e modelos de negócio. Foi implementada de 2008 a 2010. Em 2011, essas atribuições foram transferidas para a nova Secretaria de Economia Criativa.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(eis) por sua implementação e que recursos foram previstos para esse fim?

Foi implementada por meio de três principais ações do Ministério da Cultura: Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura, Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura e Promoção de Negócios de Economia da Cultura. Foram apoiados projetos e iniciativas culturais, apresentados por pessoas físicas e/ou jurídicas, por meio de recursos do Fundo Nacional de Cultura. Os convênios firmados para a promoção de negócios e de conteúdos apoiaram a realização de eventos que divulgam e negociam produtos e serviços de setores culturais variados como a música, a moda, o artesanato e as artes plásticas.

Foram realizados estudos e publicações: duas edições do livro “Cultura em Números”, e consolidação do “Índice de Gestão Municipal em Cultura”, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, trabalho que quantificou os instrumentos culturais utilizados pelas prefeituras, e mensurou o apoio que a cultura recebe na esfera municipal. Ambos os projetos foram realizados em parceria entre o Ministério da Cultura e outras instituições: “Índice de Preços da Cultura”, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas; “Pesquisa de Informações Básicas Municipais” e “Caderno Cultura”, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; e “Pesquisa sobre Consumo Cultural”, em parceria com o IBOPE. As publicações e consolidações foram importantes para a organização dos primeiros dados e formatação de séries históricas da cultura brasileira, e como base de apoio para o planejamento nos anos seguintes.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas Culturais

Recursos: R\$ 24.291.390 (2007-2010)

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

A Economia da Cultura é um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento. Neste sentido, o primeiro desafio foi a criação, no Ministério da Cultura, de uma política de desenvolvimento da Economia da Cultura. Essa política deve trazer respostas para os novos padrões tecnológicos (TI, TV digital, games, cinema digital etc.) e de negócios (comércio digital, licenciamentos, creative commons etc.), bem como para as disputas internacionais sobre a regulação de mercados, e as questões pertinentes à propriedade intelectual.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado? Se sim, qual foi o impacto?

Não Sim

POLÍTICA / MEDIDA 6

Nome da Política: Programas de Produção e Difusão Cultural

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
X	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

Implementados de 2008 a 2011, esses Programas têm como principais objetivos: o incentivo à produção e à capacitação de artistas; o desenvolvimento da pesquisa; a preservação da memória; a formação de público para as artes no Brasil; e a ampliação do acesso dos brasileiros à cidadania cultural é a produção de arte de qualidade. A responsável pelos programas é a Fundação Nacional de Artes — Funarte, órgão ligado ao Ministério da Cultura que tem como objetivos: desenvolver políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo; contribuir para o tratamento e a conservação de toda a documentação produzida nessas áreas, e para a preservação da memória cultural do País.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

Divididos em dois macroprocessos – o fomento ao desenvolvimento das artes e a difusão de atividades artísticas –, esses programas são implementados por meio de: concessão de bolsas e prêmios; projetos de circulação de artistas e bens culturais; oficinas e cursos de capacitação; publicação

de livros sobre artes; recuperação e disponibilização de acervos; consultoria técnica; e apoio a eventos artístico-culturais no Brasil e no exterior.

Ações desenvolvidas (Cf. anexo VI):

1. *Produção e Difusão Cultural* – Intensa programação cultural, realizada por processo seletivo público e democrático, e disponibilizada ao público com ingressos a preços acessíveis, em espaços culturais públicos em quatro grandes cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília.

2. *Música e Artes Cênicas* – São consideradas três grandes áreas musicais: erudita, popular e bandas.

Música popular: fomento à criação e produção de obras, produtos e projetos; estímulo à circulação e divulgação de trabalhos musicais diversificados: qualificação e difusão de conhecimentos. Ações: apoio a festivais e mostras de música; manutenção de equipamentos para apresentações musicais; apoio à produção e difusão de CDs prensados ou virtuais, através de editais públicos; estímulo à circulação de artistas e técnicos no território nacional, por meio de editais públicos; apoio a iniciativas de capacitação e aperfeiçoamento de artistas e técnicos; articulação do setor da música em rede, e promoção de debates acerca das políticas públicas específicas; disponibilização ao público de um vasto acervo de gravações, partituras, depoimentos, textos e entrevistas; edição de livros.

Música Erudita: i) apoio à manutenção e ao crescimento de orquestras sinfônicas, de cordas e de câmara, em todo o Brasil, e promoção de cursos de técnica de regência, dinâmica de coro, técnica vocal e percepção musical; ii) Circulação de Música de Concerto, com seleção de projetos para realização de concertos e recitais em todo o país; iii) Concertos Didáticos nas Escolas; iv) Bienal de Música Brasileira Contemporânea – realizadas desde 1975, apresentam obras de criação recente. Constitui, pela sua abrangência e duração, o mais importante evento brasileiro no gênero. Gravações sonoras dos concertos.

Projeto Bandas: estimula o funcionamento de conjuntos de sopro e percussão tradicionalmente designados como “bandas de música” (e que não se confundem com “bandas de rock”, “bandas de pagode”, “bandas folclóricas” etc.). Apoio financeiro para aquisição de instrumentos, aperfeiçoamento profissional teórico e prático para mestres e músicos.

Para o apoio às artes cênicas são considerados: teatro, dança e circo. Para cada área, são realizados editais de premiação para montagem e para ocupação de espaços cênicos; e cursos de capacitação e bolsas.

3. *Brasil Patrimônio Cultural* – visa a identificar, preservar e valorizar os patrimônios culturais artísticos brasileiros, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade. Desenvolve projetos de preservação e disponibilização do acervo artístico, por meio de procedimentos de higienização, conservação, restauração, processamento técnico, acondicionamento e digitalização.

4. *Programa Engenho das Artes* – tem por objetivo ampliar o acesso da população brasileira aos benefícios das artes e da cultura no país, principalmente nas áreas de música, artes cênicas, artes visuais e artes integradas. O Programa faz a necessária ponte entre criação, produção e acesso, com foco nas linguagens artísticas e em sua multiplicidade de vertentes. Promove a circulação do trabalho de artistas e o acesso do público a essas criações em todas as regiões do país. São desenvolvidos e apoiados espetáculos, oficinas, festivais e diversas outras atividades.

5. *Artes Visuais e Artes Integradas* – tem como objetivo estimular e difundir a produção contemporânea brasileira, ampliando os espaços de experimentação, investigação, reflexão e aprofundamento da expressão artística em nosso país.

Órgão responsável: Fundação Nacional das Artes - Funarte

Recursos: US\$ 209.572.147,72

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

Um dos grandes desafios é a necessidade de ampliar a transparência na aplicação dos recursos, que vem sendo respondida com a prática de editais públicos. Outro desafio é o desequilíbrio socioeconômico existente no Brasil entre as cinco regiões, que historicamente levou a uma concentração de recursos e, portanto, de oferta de bens e serviços culturais, na região Sudeste do país. A necessidade de ampliação do acesso do cidadão aos bens e serviços culturais tem sido um requisito de política pública de grande importância na definição dos investimentos governamentais no setor, como forma de contemplar, particularmente, as iniciativas voltadas para a ampliação e diversificação do público beneficiado em todas as atividades artísticas. Entende-se que o crescimento do acesso popular às artes e cultura somente será alcançado mediante o barateamento dos custos de produção e da ampliação e regionalização do alcance dos eventos artísticos, levando esses benefícios a localidades

dentro e fora dos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo. O governo brasileiro vem enfrentando esse desafio promovendo a ampliação do acesso e a descentralização de recursos, levando a todas as regiões do país espetáculos, exposições, oficinas, festivais e diversas outras atividades artísticas.

Ao se tornar uma das instituições executoras do programa Mais Cultura, com o qual o Governo Federal incluiu a cultura em sua Agenda Social – a política estratégica de estado para reduzir a pobreza e a desigualdade social –, a Funarte tem contribuído para ampliar a “inclusão cultural” de áreas de vulnerabilidade social do país.

A instituição promoveu grandes programas de qualificação profissional e de intercâmbio, levando profissionais de todas as regiões brasileiras a sair de sua área de atuação, promovendo uma troca horizontal de conhecimento. Essa nova configuração garante a permanência de um dos maiores patrimônios do Brasil: a sua diversidade cultural.

d) A política / medida foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional Nacional Internacional

29

O impacto dessa política / medida foi estudado? Se sim, qual foi o impacto?

Não Sim

POLÍTICA / MEDIDA 7

Nome da Política: Política Nacional do Cinema

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo	Tipo de intervenção	Público alvo
X Criação	X Regulamentar	X Artistas/criadores
X Produção	Legislativa	X Produtores / distribuidores
X Distribuição	X Institucional	X Empresas culturais
Difusão	X Financeira	Jovens
Participação/fruição	Outro (descreva abaixo)	Mulheres
Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio		Pessoas que pertencem às minorias
		Povos autóctones
		Outro (descreva abaixo)

a) Quais são os principais objetivos da política / medida? Quando ela foi introduzida?

A Política Nacional do Cinema, implementada pela Agência Nacional do Cinema (Ancine), foi criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, em 2001, e tem entre seus princípios gerais a promoção da cultura nacional e da língua portuguesa mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria audiovisual e a garantia da presença de obras nacionais nos diversos segmentos de mercado. Essas diretrizes se consubstanciam nos objetivos legais da Ancine de: aumentar a competitividade da indústria brasileira; estimular a diversificação da produção nacional; fortalecer a produção independente e regional; estimular a universalização do acesso às obras; garantir a participação das obras de produção nacional em todos os segmentos do mercado interno e estimular sua penetração no mercado externo.

Em 2011, os comandos da política pública para o audiovisual se expandiram de forma significativa com a edição de um arcabouço legal atualizado para a TV por Assinatura. A Lei nº 12.485/11 estabelece um novo regime de regulação e resgata preceitos sobre comunicação social da Constituição Brasileira, ampliando o escopo jurídico para atos em prol da diversidade na comunicação audiovisual de acesso condicionado. Como marco, a nova legislação ordena textualmente, entre seus princípios fundamentais, a inclusão dos princípios da “Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais”.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(is) por sua implementação e que recursos foram previstos para esta finalidade?

O sistema de gestão federal das políticas públicas audiovisuais, redesenhado no início dos anos 2000, possui três instituições: i) o Conselho Superior do Cinema, órgão democrático de debate e formulação das políticas, e composto de forma paritária por nove Ministros e 18 representantes da sociedade civil e da indústria audiovisual (titulares e suplentes); ii) a Agência Nacional do Cinema (Ancine), que ocupa o duplo papel de órgão executor da Política Nacional do Cinema, e de agente regulador do mercado; iii) e a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, responsável pelas ações relativas à cultura cinematográfica e audiovisual, e à inovação de linguagem.

Para implementar a Política Nacional e regular o setor, a Ancine gere mecanismos de financiamento público e cotas de salvaguarda que garantem condições mais isonômicas para o desenvolvimento da atividade audiovisual no país.

Para o fomento, foi instituído o Fundo Setorial do Audiovisual, que financia projetos de todos os ramos da atividade, da produção à exibição. Também foram ampliados os programas automáticos de fomento (Prêmio Adicional de Renda e Prêmio Ancine de Incentivo à Qualidade), os acordos de co-produções internacionais e os mecanismos de renúncia fiscal, que beneficiam empresas contribuintes para que, em contrapartida, invistam ou patrocinem diretamente a produção audiovisual brasileira.

Para a salvaguarda dos produtos e das empresas nacionais, a Ancine regulamenta e afere o cumprimento das cotas de exibição da produção brasileira nos veículos de comunicação. A denominada “cota de tela” – obrigação de exibição de um percentual mínimo de longas-metragem nacionais nas salas de cinema – é utilizada no Brasil desde 1930, para combater a competição desigual com os conteúdos internacionais. Nos últimos anos, os cinemas tiveram que cumprir uma cota mínima de exibição de 3 a 14 filmes brasileiros diferentes, durante 28 a 63 dias por sala, dependendo do porte do cinema. Em 2011, o Congresso Nacional ampliou o escopo das salvaguardas para o segmento de TV por Assinatura, estabelecendo, por meio da Lei nº 12.485/11, cotas de programação e empacotamento para todas as empresas do setor atuantes no país.

Órgãos responsáveis: Conselho Superior do Cinema; Agência Nacional do Cinema; Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura

A evolução dos indicadores comprova o acerto das políticas voltadas para o audiovisual e a necessidade de sua manutenção, visto que é possível averiguar o domínio do cinema estrangeiro, notadamente norte-americano, no mercado de exibição brasileiro (cf. tabela anexo VII). A atuação do Estado brasileiro no fortalecimento da cadeia produtiva do audiovisual nacional é fundamental para mitigar essa discrepância de resultados historicamente conhecida.

POLÍTICA / MEDIDA 8

Nome da Política: Programa Cultura Afro-Brasileira

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Criação		Regulamentar	X	Artistas/criadores
X	Produção		Legislativa	X	Produtores / distribuidores
X	Distribuição		Institucional	X	Empresas culturais
	Difusão	X	Financeira		Jovens
	Participação/fruição		Outro (descreva abaixo)		Mulheres
	Outro: proteção, preservação, formação e intercâmbio				Pessoas que pertencem às minorias
					Povos autóctones
					Outro (descreva abaixo)

a) Objetivos? Quando ela foi introduzida?

Criado em 2008, esse programa tem como objetivo identificar, preservar, valorizar e promover as expressões afro-brasileiras, assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade, na perspectiva de superação das desigualdades históricas existentes na sociedade brasileira.

Ele constitui uma resposta do governo brasileiro aos compromissos assumidos em tratados internacionais, especialmente o que resultou da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001, que estabeleceu a necessidade dos países membros implementarem políticas públicas que levassem à redução dos danos causados pelo tráfico de escravos, pela escravidão e pelos processos discriminatórios de-

les decorrentes. No Brasil, estes compromissos ficaram popularmente conhecidos como Reparação ou Políticas de Ações Afirmativas.

Em relação aos quilombos – como são conhecidas no Brasil as comunidades dotadas de relações territoriais específicas, fundadas por antigos escravos foragidos, com histórico de resistência à opressão sofrida –, além do objetivo de incluir essas comunidades nos programas sociais do governo federal, o Programa tem como objetivo proceder ao processo de sua identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras por elas ocupadas.

b) Como foi implementada?

O organismo responsável pelo programa é a Fundação Cultural Palmares, criada em 1988, e vinculada ao Ministério da Cultura, com a missão de promover a preservação, proteção e disseminação da cultura negra, visando a inclusão e o desenvolvimento da população negra no Brasil.

As principais ações do programa são: o fomento a projetos culturais de expressão afro-brasileira; o etnodesenvolvimento das comunidades remanescentes de quilombos; a promoção e intercâmbio de eventos culturais afro-brasileiros; e a proteção de bens culturais das comunidades negras tradicionais.

São exemplos dessas ações: a formação de lideranças capazes de enfrentar conflitos decorrentes da reivindicação dos direitos de posse da terra; o fortalecimento e a organização das representações estaduais e regionais de quilombos; a formação e capacitação de gestores para a construção de parcerias, elaboração e implementação de projetos de etnodesenvolvimento.

Além disso, a Fundação firmou, no período, o registro e a certificação de 1.623 comunidades remanescentes de quilombos (cf. anexo VIII).

Organismo público responsável: Fundação Cultural Palmares.

Recursos: R\$ 51.683.708,73

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

O Brasil é o país que tem a maior população negra fora do continente africano (50,7% do total de habitantes). Assim, os desafios do Programa estão ligados ao seu próprio público alvo – afrodescendentes e comunidades quilombolas –, que enfrenta dificuldades ligadas ao processo histórico de

escravidão e de uma libertação dos escravos realizada no país sem que fosse acompanhada por nenhum tipo de reparação ou indenização, o que os jogou à margem da sociedade. Além disso, embora velado, ainda existe preconceito na sociedade brasileira contra os afrodescendentes. Portanto, em relação às comunidades de quilombos, os grandes desafios do programa são o seu fortalecimento identitário e cultural, e, ao mesmo tempo, assegurar que esses grupos historicamente excluídos e isolados tenham acesso não apenas aos bens e serviços culturais, mas também a serviços básicos de saúde, educação, justiça social e direito à propriedade.

d) Nível do impacto:

Local Regional X Nacional Internacional

Impacto foi estudado?

X Não Sim

2.2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E TRATAMENTO PREFERENCIAL

35

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as medidas visando a facilitar a cooperação internacional em geral e sobre as que prevêem um tratamento preferencial aos artistas e profissionais da cultura, bem como aos bens e serviços culturais dos países em desenvolvimento. Pode tratar-se de medidas instituindo um marco legal, institucional e financeiro, de atividades que apóiam políticas e programas que:

- » apóiem a mobilidade dos artistas e dos profissionais da cultura no exterior (enviados e recebidos);
- » assegurem um acesso mais amplo ao mercado para a distribuição de bens e de serviços culturais dos países em desenvolvimento por meio de acordos específicos;
- » reforcem as indústrias culturais independentes a fim de contribuir para o crescimento econômico, a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável;
- » visem a desenvolver capacidades institucionais e de gestão graças a programas de trocas culturais internacionais ou parcerias entre as redes e as organizações da sociedade civil.

As Partes, particularmente os países desenvolvidos, indicam separadamente as medidas tomadas para favorecer o tratamento preferencial para os países em desenvolvimento.

Os países em desenvolvimento se esforçam para identificar suas prioridades, necessidades e interesses específicos em matéria de proteção e de promoção da diversidade das expressões culturais, e devem fazer um relatório sobre seu plano de ação operacional, a fim de aperfeiçoar a cooperação internacional.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser relatadas, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito dos artigos 14 e 16.

POLÍTICA / MEDIDA 1

Nome da Política: Cooperação internacional para o audiovisual

36

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Estrutura		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Mobilidade	X	Acordos de cooperação cultural	X	Construção institucional	X	Artistas/criadores
X	Acesso a mercado		Acordos de comércio	X	Investimento financeiro	X	Produtores / distribuidores
X	Fortalecer indústrias culturais independentes		Acordos de cultura e comércio		Transferência de tecnologia	X	Empresas culturais
	Desenvolver habilidades de gestão	X	acordos de co-produção/ co-distribuição		Construção de capacidades		Jovens
X	Trocar informações e expertise		outro		X networking/ desenvolvimento de parcerias		Mulheres
	Identificação de necessidades	X	Plano de ação operacional		Outro		Pessoas que pertencem às minorias
X	Cooperação Sul-Sul		Outro				Povos autóctones
X	Cooperação Norte-Sul-Sul						Outro
	Outro						

a) Quais são os principais objetivos da política?

Tendo como estratégia a cooperação internacional, o governo brasileiro executa três políticas visando ao desenvolvimento da indústria audiovisual: o estímulo a co-produções internacionais, o apoio à participação de filmes brasileiros em festivais internacionais e a representação do Brasil em organismos internacionais do setor audiovisual. Os objetivos são facilitar o acesso do produtor audiovisual nacional a fontes de financiamento e de apoio estrangeiras, e garantir a circulação do produto nacional nos mercados internacionais. Parte das ações realizadas se apóia no fato de o Brasil ser signatário de uma série de acordos e protocolos internacionais relativos à atividade audiovisual.

b) Como ela foi implementada, qual(is) organismo(s) público(s) é (são) responsável(eis) para sua implementação e que recursos foram previstos para esse fim?

A política é implementada por meio de (cf. anexo IX):

» Estímulo à co-produção internacional:

Realização de programas de fomento direto, que concedem recursos e estimulam a troca de experiência entre profissionais dos dois países. Para atribuir o financiamento, são realizados concursos de projetos audiovisuais;

Promoção de encontros entre produtores audiovisuais de países com os quais o Brasil mantém acordos de co-produção para estimular o surgimento de parcerias, facilitar a negociação e o intercâmbio de informações.

» Programa de apoio à participação de filmes brasileiros em festivais internacionais:

O apoio às obras selecionadas pode incluir a confecção de cópia legendada, remessa da cópia e emissão de passagem aérea internacional para um representante do filme, conforme a categoria do festival;

Parceria com o Centro Técnico do Audiovisual do Ministério da Cultura, que confecciona cópias em suporte 35mm e digital de filmes brasileiros de longa, de média e curta metragem; envia essas cópias para os festivais; guarda e conserva cópias;

A promoção do cinema brasileiro no exterior também é realizada pelo programa Cinema do Brasil, realizado em parceria entre a Agência de

Promoção de Exportações e Investimentos, o Ministério da Cultura, Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores e a ANCINE, que oferece serviços de apoio à distribuição e à capacitação.

» Representação do Brasil em organismos internacionais do setor audiovisual:

Conferência de Autoridades Cinematográficas da Iberoamérica (CACI): organismo internacional especializado em matérias audiovisuais e cinematográficas, criada em 1989 por meio do Convênio de Integração Cinematográfica Iberoamericana, para desenvolver a cinematografia dos países iberoamericanos. Mantém um fundo financeiro, com contribuições de seus países membros, que custeia os Programas Ibermedia e DOCTV IB (que fomenta a realização de documentários). Participam: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, Espanha, Honduras, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

» Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais – RECAM: órgão consultor do MERCOSUL em assuntos relacionados a cinema e audiovisual, formado pelas autoridades governamentais nacionais nessa matéria. Criada em 2003, com o objetivo geral de colaborar no processo de integração das indústrias cinematográficas e audiovisuais da região. A contribuição anual brasileira é de US\$ 48 mil.

Organismos responsáveis:

Agência Nacional de Cinema, ANCINE

Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX)

Ministério da Cultura

Ministério das Relações Exteriores

Recursos: R\$ 67,5 milhões (2006-2010)

c) Que desafios foram identificados na implementação dessa medida?

No que se refere à negociação e assinatura de novos acordos de co-produção, os desafios são de ordem prática e diplomática. Há que se conseguir estimular o interesse da outra parte no estabelecimento de relações mais próximas com o audiovisual brasileiro, o que, em geral, implica em muitos meses, ou anos, de discussões bilaterais. Nos últimos anos, o go-

verno brasileiro tem buscado agilizar esse processo, pois a assinatura destes acordos representa um papel importantíssimo no aumento das co-produções internacionais.

As ações de fomento direto voltadas para a cooperação internacional são coerentes com as diretrizes do Governo brasileiro, no sentido de estreitar laços com os mercados sul-americano, europeu e outros emergentes, buscando a promoção conjunta das obras audiovisuais e a intensificação dos intercâmbios profissionais entre agentes do mercado.

Talvez o maior desafio na manutenção dessas medidas seja a insuficiência de recursos disponíveis para sua consecução. Os editais de co-produção bilaterais podem multiplicar os efeitos desses recursos.

Um desafio considerável tem sido fazer com que os produtores brasileiros se capacitem para trabalhar com parceiros internacionais. Dado suas dimensões continentais, seu grande mercado interno e o relativo isolamento internacional em termos de língua oficial do país, os produtores brasileiros estiveram alijados de um contato mais constante com esta dimensão do audiovisual, voltando-se quase totalmente para as questões internas do país. Há aí, portanto, um longo trabalho de mudança de hábitos e aprendizagem a ser feito.

d) Nível do impacto:

Local Regional Nacional X Internacional

Impacto foi estudado?

X Não Sim

Se sim, qual foi o impacto?

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: Cooperação e Promoção Cultural

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Estrutura		Tipo de intervenção		Público alvo	
X	Mobilidade	X	Acordos de cooperação cultural	X	Construção institucional	X	Artistas/criadores
X	Acesso a mercado		Acordos de comércio		Investimento financeiro		Produtores / distribuidores
X	Fortalecer indústrias culturais independentes	X	Acordos de cultura e comércio		Transferência de tecnologia		Empresas culturais
X	Desenvolver habilidades de gestão		acordos de co-produção/ co-distribuição	X	Construção de capacidades		Jovens
X	Trocar informações e expertise		outro	X	X networking/ desenvolvimento de parcerias		Mulheres
X	Identificação de necessidades	X	Plano de ação operacional		Outro	X	Pessoas que pertencem às minorias
X	Cooperação Sul-Sul		Outro			X	Povos autóctones
	Cooperação Norte-Sul-Sul						Outro
	Outro						

a) Quais são os principais objetivos da política?

Ampliar a cooperação cultural com países com os quais o Brasil tem maior identidade histórico-cultural, no fortalecimento da cooperação sul-sul e no incentivo ao intercâmbio cultural mundial. Destacam-se as relações com os países do MERCOSUL, da América Latina e Caribe, da África e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, sem redução das trocas culturais e relações comerciais tradicionalmente mantidas com as demais nações e regiões. Ademais, pretende-se trocar conhecimentos e informações, e desenvolver habilidades de gestão entre os países participantes das ações.

b) Como ela foi implementada?

Por meio de acordos de cooperação bilaterais e multilaterais com os países do MERCOSUL, da América Latina e do Caribe, da África e da Comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cooperação multilateral:

MERCOSUL Cultural – iniciativas de universalização do acesso à cultura; valorização da memória social e da diversidade cultural da região; facilitação da circulação de bens e serviços culturais, com criação do Selo MERCOSUL Cultural; promoção de intercâmbio técnico e artístico, e de atividades na área do audiovisual.

Espaço Ibero-Americano – busca pela superação de entraves comuns ao acesso à diversidade e ao fortalecimento das identidades culturais de cada país. O Brasil aderiu aos programas multilaterais criados e apoiados pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) para as áreas de artes cênicas, orquestras, migrações, meios de comunicação e música. Por iniciativa do Brasil, foram criados programas para museus e o DOCTV Ibero-América, atualmente DOCTV América Latina. No esforço de integração cultural regional, o Brasil promoveu encontros temáticos: 1º Encontro Sul-Americano das Culturas Populares (2008); 1º Encontro dos Povos Guarani das Américas (2010); Congresso de Cultura Ibero-Americana (México, 2008; Brasil, 2009); II Encontro Ibero-Americano de Ministros da Cultura para a Agenda Afrodescendente nas Américas (2010).

Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) – O Brasil exerce papel articulador em prol do fortalecimento da Língua Portuguesa e das manifestações culturais lusófonas. Realização do DOCTV CPLP, criado em 2010, com resultados significativos.

Além disso, buscou qualificar sua participação em outros fóruns: União Sul-Americana de Nações (UNASUL); Fórum de Ministros da Cultura da América Latina e Caribe; Comissão Interamericana de Cultura da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Acordos bilaterais culturais

Entre 2007 e 2011, foram assinados 32 instrumentos bilaterais, a maioria com países em desenvolvimento. Eles propõem políticas de intercâmbio cultural para aumentar o acesso dos bens e serviços culturais brasileiros aos mercados estrangeiros e vice-versa, e têm como desdobramentos a criação de Comissões Mistas Culturais.

Cooperação técnica – projetos realizados com Angola, Argentina, Benin, Bolívia, Cabo Verde, Colômbia, Cuba, Equador, México e Paraguai. Na África, também se intensificaram laços de cooperação com Senegal, Nigéria e África do Sul.

Agenda estratégica com novos grupos de países emergentes:

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

IBAS – Índia, Brasil e África do Sul

Países árabes – nova frente de intercâmbio cultural. O Brasil realizou a II Reunião de Ministros de Cultura da Cúpula América do Sul/Países Árabes, ASPA, (2009), da qual participaram Ministros de Cultura de 34 países.

Promoção da cultura brasileira no exterior:

Europa – o Governo brasileiro promoveu turnês de artistas nacionais, apoiou projetos culturais de comunidades brasileiras, implementou Pontos de Cultura e realizou atividades culturais específicas, principalmente com Portugal, Países Baixos, Espanha, Itália, França, Alemanha e Reino Unido.

O Programa de Intercâmbio Cultural do Ministério da Cultura, que funciona com edital público, financia passagens aéreas para indivíduos e grupos convidados a participar, no exterior, de eventos ou cursos de formação na área cultural.

Após o Ano do Brasil na França (2005), foi realizado o Ano da França no Brasil (2009): tais eventos propiciam maior visibilidade para a diversidade cultural brasileira, despertando o interesse de vários países em realizar projetos semelhantes, ou ensejando propostas para que o Brasil seja país homenageado de feiras internacionais e eventos artísticos de repercussão mundial, como: a Feira Internacional de Arte Contemporânea (ARCO 2008); as Feiras do Livro de Santiago (2008), Santo Domingo (2009), Lisboa (2009) e Frankfurt (2013); o 23º Festival Europalia (2011-2012). Essas iniciativas propiciam a difusão da cultura nacional e a troca de experiências e boas práticas institucionais e de gestão. (Cf. anexo IX) As Embaixadas, Consulados e Delegações brasileiras no exterior reali-

zam intensa programação cultural, difundir a produção artística nacional contemporânea e divulgar aspectos menos conhecidos da diversidade cultural brasileira no exterior.

Organismos responsáveis: Ministério da Cultura e Ministério das Relações Exteriores

Recursos: R\$ 954.482.894,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Necessidade de aumentar as iniciativas de cooperação com países não tão tradicionais no âmbito das relações externas do Brasil, mas com os quais o Brasil possui estreitos vínculos históricos e culturais;

Necessidade de incrementar as trocas de conhecimentos e informações, e de desenvolver habilidades de gestão entre os países participantes das ações de cooperação;

Pode-se citar, ainda: dificuldades causadas pelas trocas de equipes governamentais, que prejudicam a continuidade de projetos; e a falta de recursos de países em desenvolvimento, tanto financeiros quanto tecnológicos, que dificultam a realização de reuniões presenciais ou mesmo por videoconferência.

d) Nível do impacto:

Local Regional Nacional X Internacional

Impacto foi estudado?

X Não Sim

Se sim, qual foi o impacto?

2.3. INTEGRAÇÃO DA CULTURA NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as medidas destinadas a integrar a cultura enquanto elemento estratégico nas políticas de desenvolvimento e nos programas de assistência em todos os níveis (local, nacional, regional e internacional) e indicar a maneira como elas estão ligadas aos objetivos de desenvolvimento humano, especialmente a redução da pobreza.

Entende-se que as políticas de desenvolvimento sustentável devem ser formuladas, adotadas e implementadas com as autoridades competentes encarregadas da economia, do meio ambiente, das questões sociais e da cultura. As medidas que devem ser relatadas nesta seção devem levar em conta esta interdependência.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser relatadas, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito do artigo 13, Integração da cultura no desenvolvimento sustentável.

Além dessas medidas, as Partes devem indicar, se for o caso, que indicadores foram adotados em seus países para avaliar o papel e o impacto da cultura nos programas e nas políticas de desenvolvimento sustentável.

POLÍTICA / MEDIDA 1

Nome da política: Edital Público “Economia Viva”, do Programa Cultura Viva

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

	Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo
X	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial		Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais	X	Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais	X	Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis	X	Jovens
X	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas	X	Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)		Desenvolvimento de competências/ formação		Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/ redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/ coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

45

a) objetivos

O Edital Economia Viva é uma ação do Programa Cultura Viva. Realizado em 2010, teve o objetivo de incentivar a articulação de elos de sistemas produtivos da área cultural, em suas mais diversas vertentes artísticas. Como resposta à demanda por mecanismos de fomento que promovam sustentabilidade financeira, este edital tinha como principal finalidade premiar a experimentação nas formas de geração de renda e na sustentabilidade socioeconômica de grupos e organizações que se expressam por meio das diversas linguagens artísticas.

b) Como foi implementada?

Por meio de Edital Público aberto à participação de Pontos de Cultura, organizações não governamentais sem fins lucrativos, legalmente constituídas e reconhecidas, por meio de convênio, como parceiras do Ministério da Cultura. Os candidatos apresentaram propostas com soluções criativas de produção cultural ou distribuição, nos diversos segmentos culturais. Um processo de seleção concedeu 12 prêmios de R\$ 100.000,00 cada um.

Organismo público responsável: Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura

Recursos: R\$ 1.200,000,00 ou US\$ 654,521,00

c) Desafios

Por seu caráter inovador – só recentemente as políticas públicas passaram a trabalhar a dimensão econômica da cultura –, este edital exigiu um trabalho de conceituação e delimitação de objetivos. Também era preciso que a sociedade compreendesse os propósitos do edital. Além disso, as iniciativas a serem premiadas deviam ser viáveis economicamente. Outro desafio foi a inovação no formato, pois, ao invés da tradicional estrutura de projetos utilizada nos editais do Ministério, os candidatos deviam apresentar um “plano de negócios sustentáveis”.

d) Nível do impacto:

Local Regional Nacional Internacional

O impacto foi estudado? Se sim, qual foi o impacto? Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

X Não Sim

POLÍTICA / MEDIDA 2

Nome da Política: Programa de Apoio a Microprojetos Culturais

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo	
	Governança participativa da cultura	X	Cooperação interministerial	X	Artistas/criadores
	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais	X	Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento		Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais		Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis	X	Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas		Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos	X	Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)	X	Desenvolvimento de competências/ formação	X	Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/ redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/ coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

47

a) Quais são os principais objetivos da política?

Aumentar o dinamismo econômico de comunidades e municípios, por meio de concessão de apoio financeiro não reembolsável a pequenos projetos de artistas, grupos independentes e produtores culturais;

Ampliar o ambiente econômico e os investimentos no setor cultural, adotando como prioridade disponibilizar o acesso pleno aos meios de circulação e veiculação de bens e serviços culturais, podendo assim proporcionar sobrevivência, visibilidade e reconhecimento das expressões culturais regionais;

Incentivar, por meio de financiamento, a realização de projetos culturais de

baixo custo, em comunidades de baixa renda e/ou com elevados índices de violência, por meio de seleção pública de projetos de orçamento reduzido; Promover a inclusão social de jovens, e reduzir a violência.

b) Como ela foi implementada?

Desenvolvido pelo Ministério da Cultura em parceria com Estados, municípios e outros Ministérios, o programa foi criado em 2009, e financia projetos culturais de baixo orçamento, cujos protagonistas são instituições, grupos (pessoas jurídicas) ou agentes socioculturais (pessoas físicas) não contemplados pelos mecanismos tradicionais de financiamento. São contemplados projetos de artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual e artes integradas.

As regiões atendidas são identificadas como áreas de alta vulnerabilidade social. O programa já beneficiou três regiões: os municípios da região Amazônica, o semi-árido do Nordeste brasileiro e comunidades com altos índices de violência urbana, localizadas em 11 Estados da Federação. As propostas contempladas recebem de 1 a 30 salários mínimos (valor máximo de R\$ 15,3 mil).

Ao todo, foram selecionados e apoiados mais de 4.000 projetos. Em 2011, foram financiados 748 micro-projetos. Em 2012, será beneficiada a região da bacia do Rio São Francisco.

Nome dos organismos responsáveis:

Ministério da Cultura

Ministério da Justiça

Secretarias de Estado da Cultura dos Estados da região semi-árida

Banco do Nordeste.

Recursos:

R\$ 10.710.000,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Como trata-se de um programa que visa incluir, nas políticas públicas de cultura, segmentos da população que historicamente não têm acesso a ela, principalmente por desconhecer os códigos e ferramentas utilizados para tal, o primeiro desafio foi fazer chegarem a esse público alvo as

informações sobre a existência do programa, e orientar os interessados sobre a elaboração das propostas.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional X Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

X Não Sim

POLÍTICA / MEDIDA 3

Nome da Política: Promoarte

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

	Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo
	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial		Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais		Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais		Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis		Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas	X	Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)	X	Desenvolvimento de competências/ formação		Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/ redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/ coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) Quais são os principais objetivos da política?

Apoiar grupos produtores de artesanato tradicional, com vistas ao seu desenvolvimento; qualificar e ampliar a presença do artesanato de tradição cultural nos mercados interno e externo; promover sua dinamização econômica.

b) Como ela foi implementada?

Criado em 2007, o programa atendeu, entre os anos de 2009 e 2011, 65 comunidades localizadas em 24 dos 27 Estados da Federação, e beneficiou um público direto aproximado de 4.200 artesãos e mais de 4.000 indivíduos indígenas. Foram desenvolvidas atividades de intervenção direta em quatro eixos: apoio à produção; apoio à comercialização; apoio à divulgação; e políticas públicas.

Os projetos foram elaborados com base em visitas de campo, aplicação de diagnóstico e reuniões sistemáticas com as associações e artesãos para reconhecimento do contexto socioeconômico e cultural, identificação de demandas apontadas pelos próprios grupos, parceiros locais e/ou seus representantes, e para estudo de viabilidade de aplicação dos projetos.

50

Ações implementadas: promoção do acesso à matéria-prima e seu manejo; aquisição de ferramentas e materiais operacionais de apoio; adequação de espaços de produção e comercialização; participação em feiras de âmbito nacional; realização de mostras com venda; produção de documentários etnográficos; criação de identidade visual e produção de publicações, como catálogos etnográficos, cadernos de memória e de padrões; estabelecimento de cerca de 100 parcerias com instituições diversas.

Organismos públicos responsáveis:

Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro
Ministério da Cultura

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular do Instituto Nacional de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Recursos: R\$ 7.500.000,00 = U\$ 4.098.000,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

Incompatibilidade entre a informalidade do campo do artesanato e a

burocracia do sistema de convênio; dificuldades de comunicação, acesso e prestação de serviços em muitas localidades.

Necessidade de:

- » Estabelecer ações diferenciadas para o artesanato de tradição cultural, que garantam seu desenvolvimento sustentável;
- » Integrar as políticas de apoio ao artesanato com as demais políticas sociais das diferentes esferas de governo;
- » Estruturar os pólos artesanais em bases sólidas que permitam não só sua inserção, mas também sua permanência em circuitos estáveis e justos de mercado;
- » Promover manejo adequado e uso sustentável de recursos naturais;
- » Formar estoques renováveis de matéria-prima;
- » Melhorar as condições de vida e de produção dos artesãos e artesãs;
- » Preservar as práticas tradicionais de produção;
- » Capacitar os artesãos para a gestão do negócio artesanal;
- » Incrementar a comercialização e estabelecimento de pontos de venda que pratiquem preço justo para o artesão.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional X Nacional Internacional

51

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não X Sim

Se sim, qual foi o impacto?

Ressaltando-se que o curto prazo de implantação e avaliação do Programa não permitiu conclusões mais definitivas a respeito de suas implicações sobre a vida social e econômica das comunidades, nem sobre a produção cultural dos sujeitos que dele participaram, foi possível destacar os seguintes resultados:

- » Viabilização de espaços coletivos de trabalho e de encontro, o que resultou na melhoria da produtividade e possibilidade de atendimento das demandas em termos de qualidade, quantidade e dimensão das peças; aumento do estoque e armazenagem mais adequada dos produtos e da matéria-prima, com melhor conforto e higiene para os artesãos; continuidade da produção nos períodos de chuva; garantia de maior visibilidade do trabalho, com espaços de exposição; melhoria das vendas e, conseqüentemente, da remuneração e do poder aquisitivo dos artesãos; reconhecimento da comunidade como produtora daquele tipo de artesanato;

- » Aquisição de ferramentas de trabalho resultou em melhores condições de trabalho, redução do tempo de produção das peças e maior número de artesãos envolvido na produção;
- » Aumento da participação dos jovens.

O estudo aponta ainda para:

- » Necessidade de tratamento mais apropriado às questões de comercialização, embora as possibilidades de comercialização tenham sido ampliadas;
- » Situação socioambiental das comunidades artesãs deve ser atualizada;
- » Releitura da diversidade de contextos em que estão inseridas as comunidades artesanais;
- » Necessidade de investimento maior na formação, não só no que se refere à apropriação e uso das ferramentas de gestão, mas também ao estudo da viabilidade econômica, formação de preços, estudo de mercado e práticas de comercialização;
- » A avaliação dessa primeira fase do Programa foi fundamental para subsidiar reajustes e planejamentos para sua possível sedimentação. Assim, poderão ser constituídas as bases para o estabelecimento de uma política cultural para o artesanato.

Que indicadores foram levados em conta para chegar a essa conclusão?

A análise da eficácia do Programa pautou-se nos seguintes critérios:

- » Melhoria do espaço de trabalho e do processo de fabricação, aquisição e conserto de ferramentas e/ou equipamentos de trabalho;
- » Número de imóveis legalizados;
- » Formas de apropriação dos conhecimentos adquiridos nas oficinas;
- » Mudanças no fluxo de produção em função da facilitação do acesso à matéria-prima;
- » Melhoria no transporte da matéria-prima e de peças para comercialização;
- » Número de adesões de novos artesãos;
- » Mudança do padrão de qualidade a partir das oficinas de capacitação;
- » Introdução de instrumentos de gestão pelas associações e pelos artesãos;
- » Número de vendas a partir da participação em feiras, mostras e exposições viabilizadas pelo programa;
- » Mudanças nas vendas a partir da reforma dos espaços de exposição e venda;

- » Número de organizações formais de produtores;
- » Número de projetos de registro de marca iniciados no INPI;
- » Número de logomarcas criadas e impacto na divulgação dos produtos;
- » Número de pólos com espaços de memória reformados.

POLÍTICA / MEDIDA 4

Nome da Política: Criativas Birôs

QUEIRA MARCAR A OPÇÃO CORRESPONDENTE. MAIS DE UMA OPÇÃO PODE SER MARCADA

	Objetivo		Tipo de intervenção		Público alvo
	Governança participativa da cultura		Cooperação interministerial	X	Artistas/criadores
X	Reforço do potencial econômico das indústrias culturais		Sensibilização sobre a dimensão cultural do desenvolvimento	X	Produtores / distribuidores
X	Favorecer as sociedades criativas e inclusivas	X	Reforço das capacidades dos atores do desenvolvimento	X	Empresas culturais
X	Favorecer a criatividade contemporânea e a produção das expressões culturais	X	Reforço das instituições para as indústrias culturais viáveis		Jovens
	Acesso equitativo à vida cultural e a expressões diversas		Investimentos financeiros a longo prazo		Mulheres
	Conhecimento crescente da diversidade e de suas expressões		Elaboração de marcos jurídicos		Pessoas que pertencem às minorias
	Outro (descreva abaixo)		Desenvolvimento de competências/ formação		Povos autóctones
			Desenvolvimento de parcerias/ redes		Outro (descreva abaixo)
			Troca de informações e de expertise		
			Elaboração de indicadores/ coleta de dados		
			Outro (descreva abaixo)		

a) Quais são os principais objetivos da política?

Fortalecer e desenvolver a economia criativa nos Estados, por meio da disponibilização de informações, da realização de formações técnicas e competências essenciais de gestão, da geração de conhecimento, da prestação de serviços de consultoria e assessoria, da disponibilização de acesso a linhas de crédito, da promoção de articulações institucionais, além da criação e fortalecimento de redes e coletivos de profissionais e empreendedores criativos.

b) Como ela foi implementada?

Está em processo de implementação. Em 2011, foram conveniados cinco projetos-pilotos em cinco estados, distribuídos nas cinco regiões brasileiras. A proposta é completar um Criativa Birô em cada uma das 27 unidades da Federação Brasileira.

Organismos responsáveis:

Ministério da Cultura

Governos Estaduais

Recursos: R\$ 6.000.000,00

c) Quais os desafios foram identificados na implementação dessa política / medida?

O processo de articulação com os governos estaduais e a realização de múltiplas parcerias institucionais necessárias ao funcionamento dos futuros Birôs.

d) A política foi elaborada para ter um impacto em que nível?

Local Regional Nacional Internacional

O impacto dessa política / medida foi estudado?

Não Sim

2.4. PROTEGER AS EXPRESSÕES CULTURAIS AMEAÇADAS

Esta seção tem como objetivo elaborar um relatório sobre as políticas públicas, medidas e ações tomadas pelas Partes para proteger as expressões culturais que são declaradas como sofrendo uma ameaça. Isto só ocorre se uma Parte tiver identificado previamente uma situação especial conforme o artigo 8.2 da Convenção.

Para qualquer informação complementar sobre os tipos de medidas que devem ser levadas em conta, favor se reportar às diretrizes operacionais adotadas no âmbito dos artigos 8 e 17 sobre as medidas para proteger as expressões culturais submetidas a uma ameaça ou que necessitam de uma salvaguarda urgente.

Vocês Identificaram uma situação especial, conforme o artigo 8.2 da Convenção?

Não X Sim

Se não, queira passar para a seção 3.

Se sim, essa situação especial poderia ser objeto de uma ação no âmbito de outras Convenções da UNESCO (por exemplo, a Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial de 2003)?

Não X Sim

Se sim, queira passar para a seção 3.

Se não, queira responder às questões abaixo.

3. SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

As Partes reconheceram o papel fundamental da sociedade civil para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais e se comprometeram em favorecer sua participação ativa nas atividades destinadas a realizar os objetivos da Convenção.

Esta seção tem como objetivo prestar contas do que as Partes têm feito para implicar a sociedade civil em suas atividades e sobre os recursos que elas empregam para assegurar sua participação, bem como sobre os resultados obtidos.

Ela foi igualmente concebida para incitar a sociedade civil a prestar contas das atividades empreendidas para implementar a Convenção, de acordo com seus papéis e responsabilidades descritos no artigo 11 da Convenção e em suas diretrizes operacionais.

3.1. PARTES

As Partes devem fornecer informações sobre as medidas que elas tomaram para implicar a sociedade civil nas atividades visando a:

promover os objetivos da Convenção graças a campanhas de sensibilização e outras atividades

Em 2008 e 2009, o Ministério da Cultura realizou um trabalho de divulgação da Convenção, para que seu conteúdo e seus objetivos sejam apreendidos por toda a sociedade brasileira, e especialmente pelos gestores públicos e privados de cultura. Foram realizados cinco seminários de dois dias de duração, e três oficinas de um dia, com o título Diversidade Cultural – entendendo a Convenção, em grandes cidades do país. O 1º seminário contou com a presença de convidados de organismos internacionais, como a Unesco, a OEA, a Unctad, a OMC, a Universidade Americana de Paris e a Rede Internacional para a Diversidade Cultural, além de organizações nacionais, como o Observatório da Diversidade Cultural, a Coalização Brasileira pela Diversidade Cultural, o Ministério das Relações Exteriores.

Durante o processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura, o Ministério promoveu uma série de oficinas sobre políticas culturais, em

todos os Estados da federação, tendo como público alvo artistas, estudantes, pesquisadores e produtores de manifestações culturais diversas. Uma dessas oficinas teve como tema a Diversidade Cultural, e abordou o conteúdo e os desafios da Convenção de 2005.

Os gestores e técnicos do Ministério da Cultura participaram, enquanto professores, de diversos cursos de gestão cultural, alguns deles de caráter universitário, abordando o conteúdo e os desafios da Convenção. Um desses cursos foi realizado pelo próprio Ministério, em parceria com o governo do Estado da Bahia, e teve como público alvo os gestores estaduais de cultura.

coletar dados e recensear as atividades destinadas a compartilhar e a trocar informações sobre as medidas visando a proteger e a promover a diversidade das expressões culturais em seu território e no nível internacional.

O governo brasileiro apóia, desde 2007, as atividades do Observatório da Diversidade Cultural, ONG que tem dentre seus objetivos incentivar e realizar pesquisas e práticas inovadoras, desenvolver, orientar e participar de pesquisas e mapeamentos sobre a diversidade cultural brasileira.

57

Ministério da Cultura está criando um Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, instrumento que visa a coletar, armazenar e difundir os dados e as informações culturais.

elaborar políticas culturais prevendo locais onde suas idéias podem ser ouvidas e debatidas

A participação dos cidadãos nas decisões de governo tem sido, desde 2003, um dos pilares da política cultural do Estado brasileiro, expressa, entre outras iniciativas:

i) nas Conferências Nacionais de Cultura

Realizadas em 2005 e 2010, foram antecedidas de encontros municipais, estaduais e setoriais, que elegeram delegações para a etapa nacional. A primeira Conferência mobilizou cerca de 60.000 pessoas e a segunda contou com aproximadamente 226.000 participantes. Em ambos os eventos fora discutidas exaustivamente as políticas culturais, desde o nível local, passando pelo estadual até o nacional, chegando, ao final, a uma lista de prioridades votadas em grandes reuniões plenárias. Além dos delegados que vieram dos estados e municípios,

fizeram-se representar os seguintes setores: arquitetura, arquivos, arte digital, arte visual, artesanato, audiovisual, circo, cultura afro-brasileira, culturas indígenas, culturas populares, dança, design, livro, leitura e literatura, moda, museus, música, patrimônio imaterial, patrimônio material e teatro. Na segunda Conferência, os encontros setoriais indicaram representantes da sociedade civil para integrar o Conselho Nacional de Política Cultural.

ii) na institucionalização do Conselho Nacional de Política Cultural

Criado por Decreto Presidencial em 2005, o Conselho foi efetivamente instalado em 2008. É um órgão colegiado integrante da estrutura administrativa do Ministério da Cultura, composto por 58 membros, sendo 29 representantes dos governos federal, estaduais e municipais, e 29 da sociedade civil (cf. anexo XII). Entre suas atribuições está a de formular “políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional” (art. 5º do Decreto 5520). Sua pauta de discussões tem sido ocupada por temas relevantes para a cultura brasileira. Em 2011, foram discutidas as diretrizes e metas do Plano Plurianual de Governo, que tem validade para quatro anos; as propostas de revisão das leis de direito autoral e de incentivo à cultura; as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para 2011 e 2012; a definição e aprovação das metas do Plano Nacional de Cultura para o período de 2011 a 2020; e as interfaces entre o PNC e o Plano Nacional de Educação. Muitas dessas discussões, particularmente as que se referem às novas propostas de leis para a cultura, foram ampliadas para toda a sociedade. Por meio de consultas públicas, realizadas através da permissão de acesso a plataformas eletrônicas, qualquer cidadão pôde apresentar suas idéias e sugestões.

Dessa forma, foi possível aprofundar a discussão das matérias, aperfeiçoar os projetos de leis e estabelecer metas de longo prazo para a política cultural brasileira.

iii) na elaboração do Plano Nacional de Cultura:

Primeira lei do governo brasileiro que cita a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais como marco legal.

iv) nas *consultas* à sociedade em geral sobre propostas de regulação da vida cultural, particularmente os projetos de leis de incentivo à cultura e de proteção dos direitos autorais.

Além do Conselho Nacional de Cultura, o Ministério da Cultura conta com outra instância deliberativa com a participação de representantes da sociedade civil, que é a Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, responsável por analisar e opinar sobre as propostas culturais encaminhadas ao MinC para a obter apoio pelo mecanismo de incentivos fiscais previsto do Programa Nacional de Incentivo à Cultura. A Comissão possui sete membros titulares e 14 suplentes, todos representantes de entidades associativas ou empresariais de setores culturais e artísticos.

implementar as diretrizes operacionais

Pode-se afirmar que toda a política pública desenvolvida pelo governo brasileiro está alinhada com as diretrizes da Convenção.

3.2. SOCIEDADE CIVIL

A sociedade civil pode fornecer informações sobre as atividades que ela realiza, especialmente:

promover os objetivos e princípios da Convenção em seu território e nos fóruns internacionais

O *Observatório da Diversidade Cultural* promoveu as seguintes ações:

Criação da “Rede de Cidades pela Diversidade Cultural”;

Diversos Cursos e oficinas (cf. anexo XI.b);

Seminários: seis Edições do Seminário Internacional da Diversidade Cultural, com 1.280 participantes;

Publicações: “Diversidade Cultural e desigualdade de trocas – participação, comércio e comunicação” e “Pensar e agir com a cultura – desafios da gestão cultural”.

A Coalizão Brasileira para a Diversidade Cultural promoveu, no Brasil, dois Encontros Internacionais de Diversidade Cultural (2009 e 2011), com representantes de mais de 40 países, quando foram debatidos mecanismos para implementação da Convenção, por meio de políticas

públicas e pela sociedade civil. A Coalizão dedica-se, atualmente, ao levantamento de dados sobre as alternativas de produção e difusão que estão revolucionando o cinema e o audiovisual no Brasil e no mundo.

promover a ratificação da Convenção e sua implementação pelos governos

Os responsáveis pelo Observatório da Diversidade Cultural participaram, com palestras, informações, estudos e textos, da ação organizada pela Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, “Fórum Democrático para o Desenvolvimento”, para orientar as ações e projetos daquele órgão legislativo para os próximos 20 anos. Foram apontadas, principalmente, formas de garantir a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais nos 853 municípios do estado, com o envolvimento efetivo dos governos executivos e órgãos legislativos municipais com os princípios da Convenção.

fazer ouvir as preocupações dos cidadãos, das associações e das empresas pelas autoridades públicas

A sociedade civil brasileira participa da criação, implementação e acompanhamento das políticas públicas de cultura, com assento no Conselho Nacional de Política Cultural, na Comissão Nacional de Incentivo à Cultura, nos Colegiados Setoriais que subsidiam o Conselho, e em diversos Conselhos Municipais e Estaduais de Cultura, dentre outros fóruns de participação democrática.

Foram promovidas três edições do seminário “Pensar e Agir com a Cultura”, com painéis abertos de discussão e debate entre artistas, gestores de ONGs, educadores, empresas e representantes dos órgãos públicos, com um total de 735 participantes. Também realizou oficinas de qualificação de atores sociais para o debate e a participação em instâncias colegiadas, com 330 participantes.

contribuir para melhorar a transparência e a responsabilidade em matéria de governança cultural

Foram realizados dois cursos de pós-graduação Lato Sensu: “Gestão da Cultura”, com 375 horas/aula e 80 participantes; e “Mediação em Arte, Cultura e Educação”, com 360 horas/aula e 160 participantes.

acompanhar a implementação das políticas e programas no âmbito das medidas destinadas a proteger e a promover a diversidade das expressões culturais

Foram realizadas três pesquisas, com os temas: “Diverso: comunidades de práticas de proteção e promoção da diversidade cultural”; “Construção de indicadores de diversidade cultural e cidadania”; e primeira etapa da pesquisa “Mapeamento de políticas públicas de proteção e promoção da diversidade de expressões – Projeto piloto em Belo Horizonte, Minas Gerais”.

A sociedade civil talvez deseje também compartilhar informações sobre: as atividades previstas para os quatro próximos anos, para implementar a Convenção

Está prevista a realização dos seguintes projetos:

- » Mapear políticas públicas de proteção e promoção da diversidade de expressões em quatro cidades;
- » Promover seminários de difusão da metodologia e resultados desse mapeamento;
- » Criar o “I Prêmio nacional de promoção da Diversidade Cultural”, com quatro categorias: a) matéria jornalística, b) pesquisas e estudos, c) redação (para estudantes de ciclo básico e ensino médio), d) boas práticas em promoção da diversidade de expressões (para instituições do terceiro setor, empresas, projetos sociais);
- » Aprofundar pesquisa conjunta com o grupo U-40 para construção de indicadores de diversidade cultural e cidadania;
- » Desenvolver pesquisa sobre as políticas e programas de promoção da diversidade cultural no âmbito do governo federal e suas implicações nos grupos de diversidade e na sociedade civil;
- » Organizar e acompanhar a “Rede de Cidades pela Diversidade Cultural”;
- » Ministrando os seguintes cursos e oficinas: “Desenvolvimento dos Planos Municipais de Cultura e Políticas para a Diversidade” (64 horas/aula); “Mobilização Social e Política Cultural” (24 horas/aula); “Iniciação ao empreendimento criativo para jovens” (64 horas/aula); “Formação para mapeamento participativo” (64 horas/aula); “Modos de lembrar, esquecer e viver: memória e diversidade cultural” (30 horas/aula);
- » Ação formativa “Educação para a Diversidade” (80 horas/aula); “Laboratório de experimentação criativa e artística com a diversidade cultural” (80 horas/aula);

- » Publicar o livro “Novos desafios da diversidade: promover igualdade para promover diversidade”;
- » Criar três Grupos de Trabalho de pesquisa, sobre os temas: Educação, mediações e diálogo intercultural; Diversidade cultural, políticas públicas e governança; Comunicação, espaço midiático e Diversidade;
- » Realizar exposição fotográfica “Imagens da Diversidade”.

os principais desafios encontrados ou antecipados e as soluções adotadas ou vislumbradas para enfrentá-los

Queira descrever quais organizações da sociedade civil contribuíram para esta seção do relatório:

Conselho Nacional de Política Cultural (cf. anexo XI);

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (cf. anexo XI);

Observatório da Diversidade Cultural: organização não-governamental que desenvolve programas envolvendo gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, para produzir informação e conhecimento, e gerar experiências sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. Está sediado em Belo Horizonte. Site: <http://observatoriodadiversidade.org.br/site/>

Coalizão Brasileira para a Diversidade Cultural: fundada em 2005, a Coalizão Brasileira da Diversidade Cultural faz parte da Federação Internacional das Coalizões, como fundadora e membro do seu Conselho Diretor, e trabalhou pela aprovação da Convenção. Atualmente, dedica-se ao levantamento de dados sobre as alternativas de produção e difusão que estão revolucionando o cinema e o audiovisual no Brasil e no mundo.

4. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS E DESAFIOS ENCONTRADOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO

As Partes e outras Partes implicadas devem compartilhar informações a respeito de:

a) os principais resultados obtidos na implementação da Convenção

- » Contribuiu para o estabelecimento de marcos legais nacionais, que deram sustentação às políticas públicas de proteção e promoção da diversidade das expressões culturais no país;
- » Propiciou diretrizes e reflexões, por meio de ações de pactuação, intercâmbio, colaboração de saberes sobre as políticas públicas de cultura e os desafios propostos pela Convenção;
- » Propiciou ampliação gradativa da compreensão e valorização, pela sociedade em geral, do papel da cultura no desenvolvimento e, portanto, das políticas públicas de cultura.

b) os principais desafios encontrados ou antecipados

- » Assimilação gradativa da Convenção por parte da gestão pública federativa (união, estados e municípios);
- » Dificuldades para envolver outras áreas do governo além da cultura;
- » Insipiência de dados e de mapeamentos que permitam conhecer todas as expressões da diversidade cultural brasileira, e sua distribuição no território;
- » Carência de estudos sobre o impacto das políticas implementadas, e de indicadores mais adequados.

c) e as soluções adotadas ou cogitadas para remediá-los

- » Campanha de divulgação da Convenção;
- » Criação de políticas nacionais com a participação dos entes federados, sociedade civil e parceiros que influenciem toda a federação;
- » Criação de um Plano Nacional de Cultura para dez anos, com 53 metas que atendam as questões da diversidade cultural;
- » Criação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais;
- » Realização de parcerias com instituições que avaliem impactos das políticas.

d) as próximas etapas previstas para a implementação da Convenção nos próximos quatro anos, bem como as atividades prioritárias para esse período:

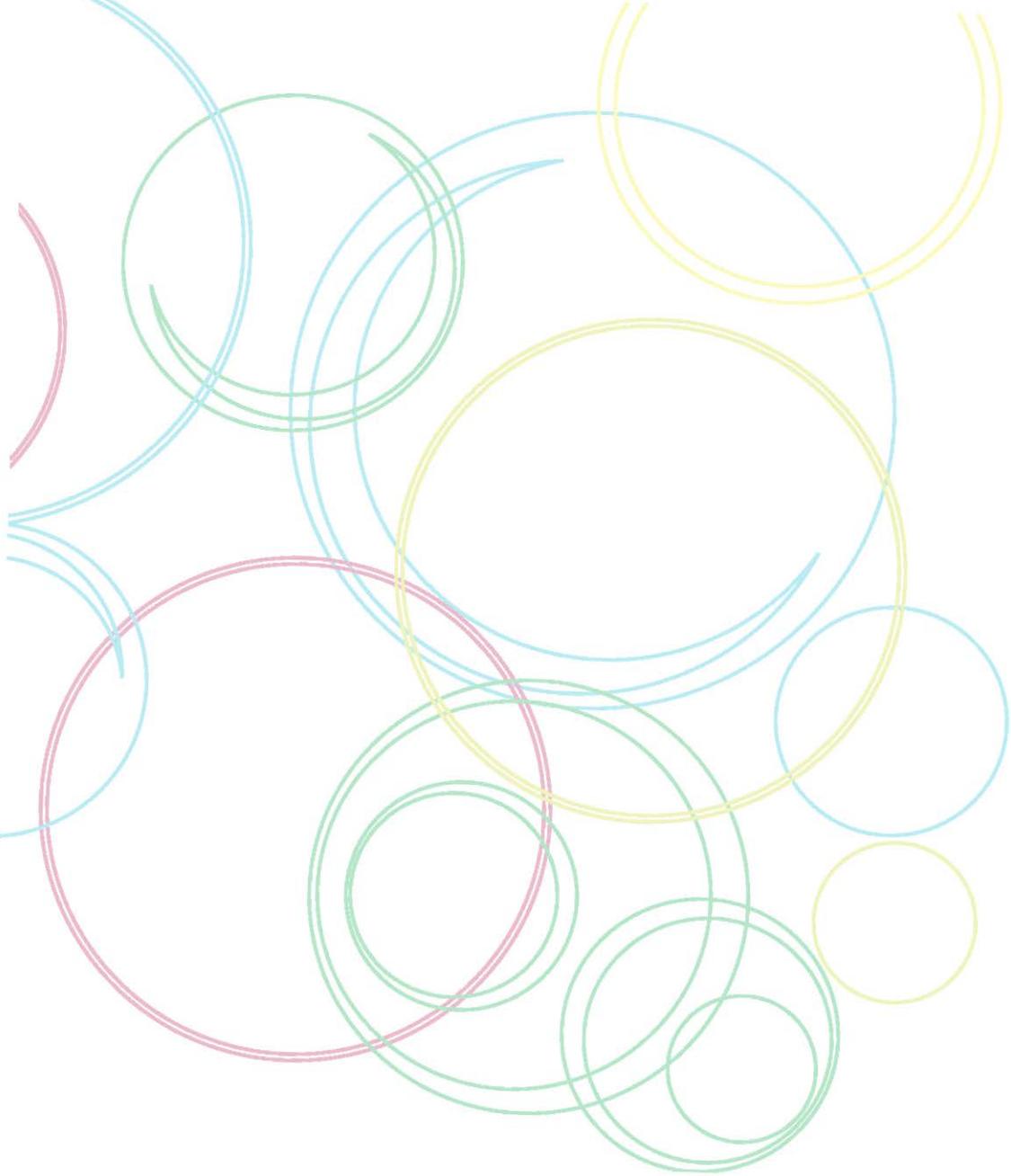
- » Implantar planos estaduais e municipais de cultura com ênfase na diversidade cultural;
- » Implantar planos nacionais setoriais de cultura em 19 setores;
- » Atingir as metas previstas no plano nacional de cultura;
- » Criar um diálogo entre as Convenções do Patrimônio Imaterial e da Diversidade das Expressões Culturais, de forma a ampliar o acesso das comunidades tradicionais aos meios de produção e difusão de suas expressões culturais;
- » Promover e divulgar a diversidade cultural brasileira nos grandes eventos que o Brasil vai sediar – Conferência Rio +20 (2012), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Olimpíadas (2016).



LISTA DOS ANEXOS

Anexo sobre as fontes e as estatísticas do relatório periódico quadrienal

- I – Organograma do Ministério da Cultura
- II – Política 1 – Programa Nacional de Incentivo à Cultura
- III – Política 2 – Programa Brasil, Som e Imagem
- IV – Política 3 – Programa Cultura Viva
- V – Política 4 – Brasil Plural
- VI – Política 6 – Programas de Produção e Difusão Cultural
- VII – Política 7 – Política Nacional do Cinema
- VIII – Política 8 – Programa Cultura Afro-Brasileira
- IX – Cooperação Internacional
- X – Sensibilização e Participação da Sociedade Civil
- XI – Composição do Conselho Nacional de Políticas Culturais





ANEXO SOBRE AS FONTES E AS ESTATÍSTICAS DO RELATÓRIO PERIÓDICO QUADRIENAL

Nome da Parte: Brasil

1. Fontes principais e links:

Favor indicar as referências às principais fontes de informação e aos dados utilizados para redigir esse relatório e que pode ser interessante compartilhar com as outras Partes. Essas referências poderão incluir:

- as recentes estratégias políticas dos poderes públicos na área cultural;
- estudos ou avaliações;
- os últimos trabalhos de pesquisa ou estudos que traçam as grandes linhas do setor cultural ou das indústrias culturais.

As Partes são convidadas a indicar:

- o nome, o autor e os links Internet associados ao documento em questão;
- um resumo de no máximo 100 palavras em inglês e/ou francês se a língua de origem do documento não for nenhuma dessas línguas oficiais e de trabalho do Comitê.
- os nomes e os endereços dos estabelecimentos públicos ou privados, organismos ou redes em seus países que contribuem ativamente para a produção de informação e de conhecimentos nas áreas tratadas pela Convenção.

LIVROS E DOCUMENTOS

LIVRO 1

Sob a direção de: Barros, J.M

Ano de publicação: 2008

Título do livro, do documento ou do relatório:
Diversidade Cultural – da proteção à promoção

Edição: 1ª edição

Local de publicação: Belo Horizonte, Brasil

Editora: Autêntica

Língua original: português

Link Internet: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2011/11/WEB_Diversidade-cultural_080211.pdf

Resumo: Este livro reúne textos que tratam da importância de se promover e proteger a Diversidade Cultural, entendida aqui em sua complexidade a partir de análises que a articulam com a educação, a cultura, as artes e o desenvolvimento humano. Os autores, importantes nomes da Educação, da Antropologia, da Arte-Educação e das Ciências Sociais em geral, mostram as discussões atuais sobre o assunto, sinalizam para onde parece caminhar o Brasil, o governo federal e nossa educação quando o assunto é Diversidade Cultural e tratam, ainda, de educação indígena, da diversidade étnico-racial e da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, promovida pela Unesco. O que diz essa Convenção? O que se pretende com ela? Essas são algumas das questões elucidadas neste livro que se empenha, principalmente, em responder: como promover e proteger nossa diversidade cultural? A publicação é fruto do III Seminário da Diversidade Cultural, realizado pelo ODC, em 2008.

LIVRO 2

Sob a direção de: Barros, J.M. e Kauark, G.

Ano de publicação: 2011

Título do livro, do documento ou do relatório: Diversidade Cultural e Desigualdade de Trocas – Participação, Comércio e Comunicação

Edição: 1ª edição

Local de publicação: São Paulo

Editora: PUC Minas e Itaú Cultural

Língua original: português

Link Internet: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2011/11/livro_diversidade_cultural_e_desigualdade_de_trocas.pdf

Resumo: Resultado da parceria entre o Observatório da Diversidade Cultural (ODC), o Instituto Itaú Cultural, a UNESCO Brasil e a Rede U40 Brasil, este livro procura enfrentar algumas questões que demandam atualização contínua, reunindo perguntas e possíveis respostas trazidas por professores e pesquisadores de diversas instituições e ativistas da diversidade cultural. O livro tem como tema geral “participação, comércio e comunicação, e está dividido em três partes: “diversidade cultural e as relações políticas e comerciais internacionais”, “diversidade cultural e a comunicação” e “diversidade cultural e a desigualdade” reunindo artigos de Jurema Machado, Paulo Miguez, Mariella Pitombo, Lilian Richieri Hanaia, Guilherme Canela, Alexandre Bujokas de Siqueira, Luis Albornoz, Laure Empeaire, Gustavo Lins Ribeiro e introdução de Giselle Dupin, além de textos dos organizadores.

LIVRO 3

Sob a direção de: Barros, J.M.

Ano de publicação: 2009

Título do livro, do documento ou do relatório:

Diversidade Cultural: contextos e sentidos

Edição, volume: Coleção Revista Observatório Itaú Cultural, volume 8

Local de publicação: São Paulo

Editora: Itaú Cultural

Língua original: português

Link Internet: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001516.pdf>

Resumo: Este livro busca mapear ideias e atitudes, trazer ao leitor visões e propostas, revelar realidades e sonhos em torno da importância antropológica, política, econômica e estética expressa pela diversidade cultural. Para tanto, parte do princípio de que a melhor forma de tratar a diversidade é praticando-a como linha editorial. Daí a estrutura da revista e seu mosaico de convidados e temáticas; uma tentativa de convocar a diversidade para se pensar a diversidade cultural.

LIVRO 4

Sob a direção de: Barbosa, F.; Calabre, L.

Título do livro, do documento ou do relatório:

Pontos de Cultura – Olhares sobre o Programa Cultura Viva

Ano de publicação: 2011

Edição: 1ª edição

Local de publicação: Brasília

Editora: Ipea

Língua original: português

Link Internet: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_pontosdecultura.pdf

Resumo: Trata-se de uma coleção de textos e trabalhos acadêmicos, que têm como objeto de estudo o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva e, mais especificamente, os Pontos de Cultura. Os trabalhos giram em torno de questões como a da inclusão de novos atores socioculturais no cenário das políticas culturais e da busca de novos modelos, ou de formas complementares destes, para a gestão pública de cultura, sempre a partir de experiências do programa Cultura Viva. Longe de se tratarem de análises conclusivas, ainda mais tendo em vista o pouco tempo de existência do próprio programa, os trabalhos compõem um mosaico analítico, que permitirá, em momento futuro, um melhor estudo e uma análise mais apurada deste.

LIVRO 5

Sob a direção de: Barbosa, F.; Araújo, H.E.

Ano de publicação: 2010

Título do livro, do documento ou do relatório:

Cultura Viva – avaliação do programa arte educação e cidadania

Edição: 1ª edição

Local de publicação: Brasília

Editora: Ipea

Língua original: português

Link Internet: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/livro_Cultura_Viva.pdf

Resumo: Trata-se de um exercício de exame de um dos programas centrais do Ministério da Cultura. O livro é expressão do acúmulo de conhecimentos do Ipea no acompanhamento e na avaliação de políticas públi-

cas, resultando em um olhar simultaneamente compreensivo e crítico do programa. Apesar dos inúmeros pontos positivos do programa, o leitor poderá encontrar na reflexão ali presente uma cesta de desafios que pode muito bem ser estendida a outras políticas com desenhos similares.

OUTRAS PUBLICAÇÕES: VER BIBLIOGRAFIA (Anexo XII)

PERIÓDICOS

ARTIGO 1

Autor: DaRin, S.

Ano de publicação: 2011

Título do artigo: Dez anos de políticas públicas para o audiovisual brasileiro

Título do periódico: Revista do Observatório Itaú Cultural

Local de publicação: São Paulo

Número: nº 10

Editora: Itaú Cultural

Página de referência: 8-16

Língua de origem: português

Link Internet: <http://www.itaucultural.org.br/bcodemidias/001787.pdf>

Resumo: Desde meados do século XX, o Brasil dedicou-se à construção de um sistema público de proteção e fomento à sua então incipiente indústria cinematográfica, que atingiu resultados apreciáveis em meados dos anos 1980, quando dispúnhamos de uma legislação específica para o setor e de um conjunto de instituições dedicadas. Após uma interrupção durante o governo Collor, os governos seguintes souberam retomar a linha do incentivo à atividade audiovisual nacional. Essa retomada foi desenhada por meio de programas emergenciais de investimento, logo seguidos de uma legislação de incentivos fiscais.

ARTIGO 2

Autor: Novaes, R.

Ano de publicação: 2010

Título do artigo: Juventude e Diversidade – apontamentos sobre novos diálogos entre cultura e direitos

Título do periódico: Cultura e Pensamento

Local de publicação: Belo Horizonte

Editoras: Ana Paula Valois e Inês Quiroga

Página de referência: 16-21

Língua de origem: português

Link Internet: <http://www.culturaejuventude.org/o-evento/revista/>

Resumo: Editada pela ONG Contato – Centro de Referência da Juventude, a revista tem cerca de 200 páginas, que buscam reconstituir, ampliar e dar continuidade às reflexões e debates fomentados artistas, intelectuais e pensadores que participaram do seminário “Cultura e Pensamento: Juventude e Ativismo”, realizado em Belo Horizonte em agosto de 2010.

ARTIGO 3

Autor(es) (nome seguido das iniciais): A. P. Quartim de Moraes

Ano de publicação: 2012

Título do artigo: O livro, a produção e a circulação da cultura

Título do periódico: Cultura e Mercado (blog)

Local de publicação: São Paulo

Editor: Leonardo Brant

Página de referência: seção Pontos de Vista

Língua de origem: português

Link Internet: <http://www.culturaemercado.com.br/pontos-de-vista/o-livro-a-producao-e-a-circulacao-da-cultura/>

Resumo: As vicissitudes do mercado editorial brasileiro inscrevem-se, é claro, no contexto mais amplo do angustiante e ainda incipiente processo de formação cultural do País. Há, no país, um enorme descompasso entre produção e circulação da cultura. Aqui a produção da cultura e, para ficar mais claro, também das artes, em todas as áreas, é rica tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. Em contrapartida, a circulação dessa produção cultural, compreendida como o acesso a ela por parte da população brasileira, ainda é muito precária.

INSTITUIÇÕES, AGÊNCIAS OU REDES

INSTITUIÇÃO 1

Nome da instituição: Instituto Brasileiro de Museus

Site Internet: <http://www.museus.gov.br/a-instituicao/> <http://www.casaruibarbosa.gov.br/index.php>

Coordenadas do contato:

José do Nascimento Júnior

email: presidencia@museus.gov.br

Telefone: (61) 3521-4002

Resumo das principais atividades: é responsável pela Política Nacional de Museus e pela melhoria dos serviços do setor – aumento de visitação e arrecadação dos museus, fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e criação de ações integradas entre os museus brasileiros.

INSTITUIÇÃO 2

Nome da instituição: Fundação Biblioteca Nacional

Site Internet: <http://www.bn.br/portal/> <http://www.casaruibarbosa.gov.br/index.php>

Coordenadas do contato:

Galeno Amorim, presidente

telefone: 55.21.3095 3879

Resumo das principais atividades: Considerada uma das dez maiores bibliotecas nacionais do mundo, é também a maior biblioteca da América Latina – seu acervo é calculado hoje em cerca de nove milhões de itens. É a única beneficiária da Lei 10.994 de 14/12/2004, que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. O principal objetivo da lei do Depósito Legal é assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais. Além disso, coordena as estratégias fundamentais para o entrelaçamento de três dos alicerces da cultura brasileira: biblioteca, livro e leitura. Assim a instituição coordena o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a política de incentivo à leitura através do Proler.

73

INSTITUIÇÃO 3

Nome da instituição, agência ou rede: Casa de Rui Barbosa

Site Internet: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/index.php>

Coordenadas do contato: Wanderley Guilherme dos Santos

presidencia@rb.gov.br

Telefone: 55. 21.3289-4602

Resumo das principais atividades: promove a preservação e a pesquisa da memória e da produção literária e humanística, e congrega iniciativas de reflexão e debate acerca da cultura brasileira.

INSTITUIÇÃO 4

Nome da instituição, agência ou rede: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

Site Internet: <http://www.ipea.gov.br/portal/>

Coordenadas do contato:

Frederico A. Barbosa da Silva

email: frederico.barbosa@ipea.gov.br

Telefone: 55.61.3115.5452

Resumo das principais atividades: Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de TV em canal fechado

INSTITUIÇÃO 5

Nome da instituição: Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

Site Internet: <http://oca.ancine.gov.br/relatorios.htm>

Coordenadas do contato: Manoel Rangel

email: manoelrangel@ancine.gov.br

Telefone: 55.21.3037.6003

Resumo das principais atividades: disponibiliza dados coletados no mercado, análises produzidas por técnicos e estudos/pesquisas produzidas no meio acadêmico e por pesquisadores em geral, atender à crescente e diversificada demanda por maiores informações acerca da produção e do mercado audiovisual brasileiros.

INSTITUIÇÃO 6

Nome da instituição: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Site Internet: <http://www.ibge.gov.br>

Coordenadas do contato: Email: comunica@ibge.gov.br
Telefone: (21) 2142-4651/8787

Resumo das principais atividades: coleta, organiza e disponibiliza informações sobre o Brasil, necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

INSTITUIÇÃO 7

Nome da instituição: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Site Internet: <http://www.iphan.gov.br>
Coordenadas do contato: Email: comunica@ibge.gov.br
Telefone: (21) 2142-4651/8787

Resumo das principais atividades: coleta, organiza e disponibiliza informações sobre o Brasil, necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.

COMUNICAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DISPONÍVEIS

75

Uma abordagem pragmática deve ser adotada para a comunicação de dados estatísticos nos relatórios.

Isto significa que as Partes são convidadas a, na medida do possível, comunicar dados estatísticos que já existem. Esses dados podem provir de pesquisas nacionais, estudos cartográficos etc. Eles figuram, em sua maioria, nos quadros fornecidos nos anexos do Relatório mundial da UNESCO “Investir na diversidade cultural e no diálogo cultural (2009). A seguir, algumas sugestões dos locais onde encontrar dados.

CONTEXTO DEMOGRÁFICO

Queira fornecer dados dos recenseamentos mais recentes ou das pesquisas disponíveis.

A. Estrutura demográfica

- a.1. Ano do recenseamento / pesquisa:
- a.2. População total do país: 191.795.854

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), IBGE, 2009

a.3. Taxa de crescimento anual total (para 1 000 habitantes): 1,17%, Entre 2000 e 2010. Fonte: IBGE, 2011

a.4. Repartição da população por idade e sexo:

Faixas etárias	Total (%)
0 a 24	41,63
25 a 29 (ou outra)	8,59
30 a 44	22,02
45 a 59	16,43
+ de 60	11,33

Fonte dos dados: Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), IBGE, 2009

B. Migração

b.1. Ano do recenseamento/pesquisa: 2.000

b.2. Parte de migrantes na população (%): 510 mil estrangeiros

b.3. Parte de migrantes em porcentagem na população:

- » 15 458 886 pessoas, de 5 anos ou mais de idade, haviam mudado de domicílio nos últimos 5 anos (1995 é ano de referência para o Censo Demográfico 2000).

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2000.

- » Em 2009, 75.800.000 pessoas não eram naturais do município onde moram.
- » Em 2009, 30.270.000 pessoas não eram naturais do Estado onde moram.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

b.4. Emigração estimada (% da população total): Não há informações.

C. Língua e alfabetização

c.1. Se for o caso, queira fornecer a definição de “língua oficial” do seu país: O artigo 13 da Constituição Federal Brasileira, no capítulo sobre a nacionalidade, diz que “A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”, mas não fornece definição.

c.2. Faça uma lista da ou das língua(s) oficial(is):

- » Língua Portuguesa
- » Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: decretada e sancionada pela Lei N° 10.436, de 24 de abril de 2002.

Além disso, alguns municípios brasileiros co-oficializaram, através de leis, outros idiomas, como o Nheengatu, Tukano e Baniwa no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, e a língua Pomerana em Santa Maria de Jetibá (Espírito Santo) e Pomerode, em Santa Catarina. http://pt.wikipedia.org/wiki/L%C3%ADngua_oficial - cite_note-3 Nestes municípios, os serviços públicos são prestados nas línguas indígenas ou de imigrantes, além de serem de ensino obrigatório nas escolas.

77

c.3. Número de línguas faladas: Cerca de 200 línguas, sendo 180 línguas indígenas e cerca de 20 línguas exógenas (japonês, italiano, alemão e outras).

c.4 Taxa de alfabetização: 14.538.921 pessoas, ou 8.9% da população, não sabem ler e escrever (em 2009, para população maior de 10 anos).

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), IBGE, 2009

CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS

A. Total dos fluxos de serviços e de bens culturais

Balança comercial brasileira de bens culturais em 2006 em R\$

TIPOS DE BENS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	BALANÇA COMERCIAL
Característico (Audiovisual, Editorial e Fonográfica)	121.946	233.380	111.434
Conexos (Fonografia)	104.408	326.346	221.938
Auxiliares (Audiovisual, Editorial e Fonográfica)	77.427	1.047.059	969.632
Conexos (Audiovisual e Fonográfica)	5.699.088	1.111.001	4.588.086
Total	6.022.869	2.717.786	3.285.083

Fonte: "Nosotros y los otros – el comercio exterior de bienes culturales en América del Sur"

B. Fluxo das traduções

- » Número total de traduções publicadas
- » Número total de títulos traduzidos e publicados no exterior

PRODUÇÃO CULTURAL, DISTRIBUIÇÃO

A. Filmes

Número de filmes de longa metragem nacionais produzidos por ano:

	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Lançamentos Brasileiros	51	73	82	79	82	75

Fonte: Informe anual 2011 do OCA – Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

% filmes co-produzidos:

Ano:	2007	2008	2009	2010
Co-produções	5	12	7	6
%	6,4%	15,2%	8,3%	8,0%

Fonte: Informe anual 2011 do OCA – Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual

% sociedades de distribuição nacionais

	2007		2008		2009		2010	
Nacionais	7	15%	7	17%	4	8%	4	8%
Estrangeiras	41	85%	35	83%	48	92%	48	92%
Total	48	100%	42	100%	52	100%	52	100%

Fonte: Filme B (2007, 2008) e CCV/SAM (2009/2010)

Obs: Devido à variação das fontes, o número de majors é maior nos anos de 2007 e 2008 porque o filme B trata as empresas de forma separada. Já o número de empresas independentes/nacionais de fato variou ao longo dos anos, principalmente devido ao número de empresas que distribuem um ou dois filmes, sempre nacionais.

Número de cinemas para 1 000 habitantes:

Salas de exibição no Brasil em 2009: 2.120

População residente em 2009: 191.795.854

1 sala para 90 mil habitantes

Fontes: Informe anual 2011 do OCA – Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual e Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD), IBGE, 2009

79

Número de Cinemas por municípios, segundo tamanho populacional, 2009

	CINEMAS				
	0	1	2 até 5	6 ou mais	Ignorado
Brasil	91,30	6,18	1,96	0,49	0,05
Até 5.000	99,64	0,36	-	-	-
De 5.001 a 20.000	98,53	1,43	-	-	-
De 20.001 a 100.000	81,85	16,29	1,71	-	0,15
De 100.001 a 500.000	30,30	35,50	29,44	4,76	-
Mais de 500.000	-	2,78	50,00	44,44	2,78

Fonte: MUNIC, IBGE, 2009

B. Programas de rádio e de TV

Duração total de teledifusão anual por tipo de programa (em horas):

Categorias	Número de horas
Animação	3181:35:00
Documentário	1448:50:00
Ficção	13180:17:00
Institucional	861:55:00
Obra Audiovisual Jornalística	12719:13:00
Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	40097:45:00
Registro/transmissão de Evento Esportivo	1457:46:00
Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	1089:59:00
Reality Show	673:35:00
Telecompras e Informerciais	5366:59:00
Videoaula	1738:11:00
Videomusical	3762:35:00
Total Geral	85578:40:00
Fora do ar	2021:20:00
Tempo Efetivo	87600:00:00

Fonte: OCA – Relatórios

Horas de programação na TV por assinatura, 2010

Quantidade de canais monitorados	16
Total de Horas:	118969:28:50
Programação Brasileira	9784:31:08
Programação Estrangeira	109184:57:42

Fonte: OCA – Relatórios

Duração total de radiodifusão anual (TV e rádio) para os programas que tratam dos povos autóctones (em horas):

Não há informação

Duração total de radiodifusão anual (TV e rádio) por tipo de produção de programas (nacional/estrangeira, em horas):

Total de horas de radiodifusão por ano e tipo de programação

	Origem	Horas
Programas	Nacionais	72116:36:00
(exceto filmes)	Estrangeiros	9628:19:00
	Total	81744:55:00
Filmes	Nacionais	518:02:00
(exceto curtas e médias metragens)	Estrangeiros	3315:43:00
	Total	3833:45:00

Fonte: OCA – Relatórios

Quantitativo de obras por nacionalidade na TV aberta e por assinatura em 2010

	TV aberta	TV por assinatura
Brasileiras	1199	1482
Estrangeiras	1850	6613
Total	3049	8095

Fonte: OCA – Relatórios

Obs: Não há informações de programação nacionais e estrangeiras em horas

C. Livros

Número de títulos publicados: 54.754 títulos publicados em 2010

Fonte: Câmara brasileira do Livro (CBL)/Sindicato Nacional de editores de Livros (SNEL)/ Fundação Instituto de pesquisas econômicas (FIPE)

Número de editoras: 750 editoras em 2010

Fonte: Câmara Brasileira do Livro (CBL)/Sindicato Nacional de editores de Livros (SNEL)/ Fundação Instituto de pesquisas econômicas (FIPE)

Número de livrarias: 2.980 livrarias em 2009

Fonte: Associação Nacional de Livrarias (ANL), "Diagnóstico do Setor Livreiro – 2009"

D. Música

Unidades totais de CDs vendidos em 2007: 25,4 milhões

Unidades totais de DVDs vendidos em 2007: 5,8 milhões

Fonte: Associação Brasileira de Produtores de Discos, 2007.

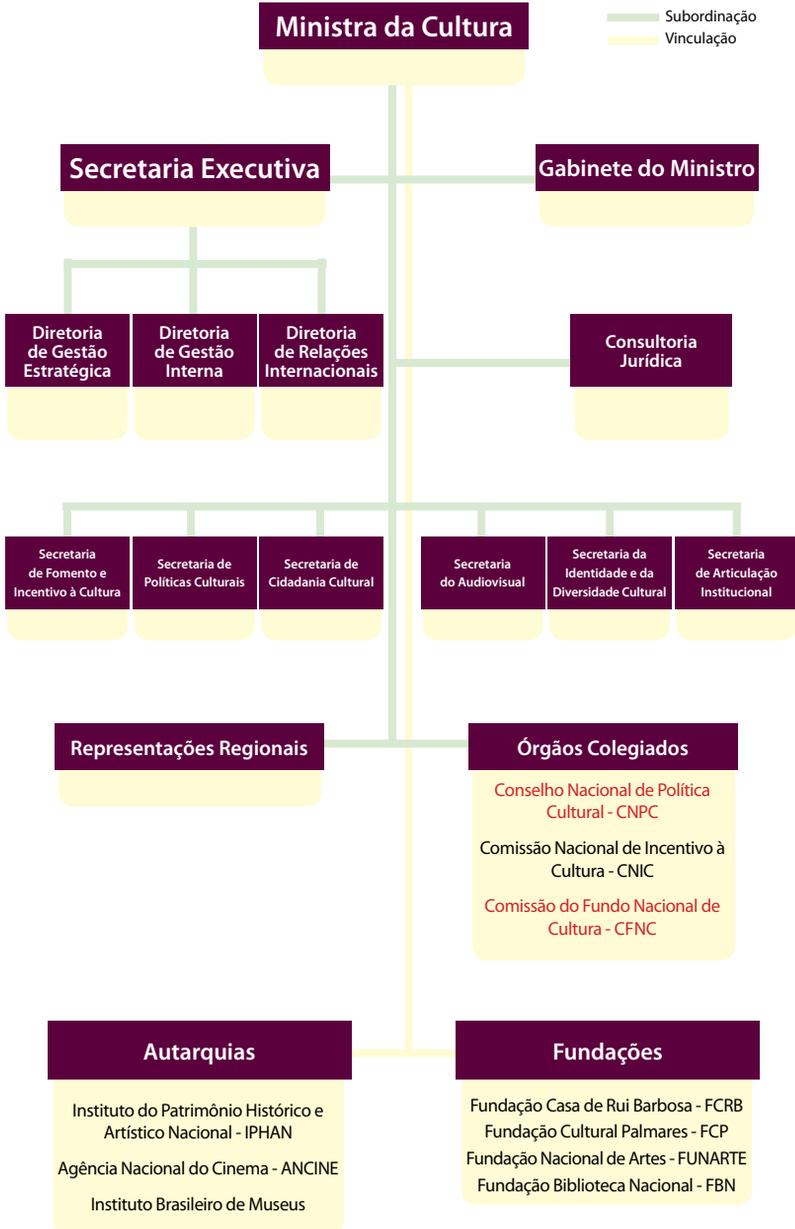
Proporção de municípios por existência de estabelecimentos de comércio, serviços e lazer, segundo tamanho populacional dos municípios - 2009

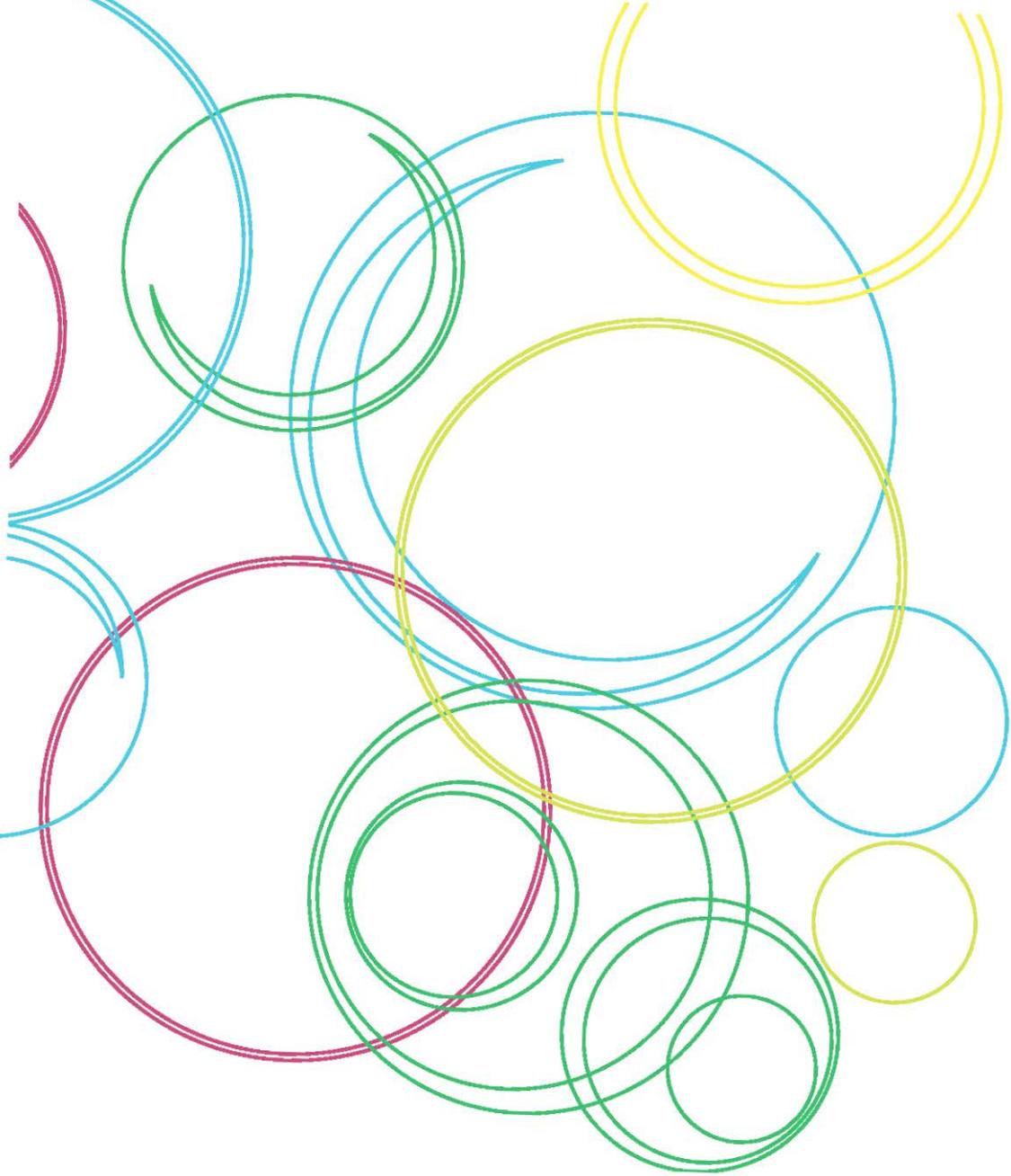
Região e Tamanho de Município (população)	Livraria	Loja de DVDs Discos/Fitas/CDs	Videolocadora
Brasil	28,0	44,9	69,6
Até 5.000	8,0	20,0	39,4
De 5.001 a 20.000	18,9	39,0	70,7
De 20.001 a 50.000	45,0	65,9	88,6
De 50.001 a 100.000	76,9	85,8	93,4
De 100.001 a 500.000	84,5	88,8	95,7
Mais de 500.000	95,0	95,0	97,5

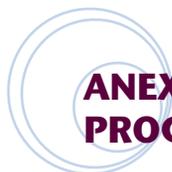
MUNIC, IBGE, 2009



ANEXO I ORGANOGRAMA







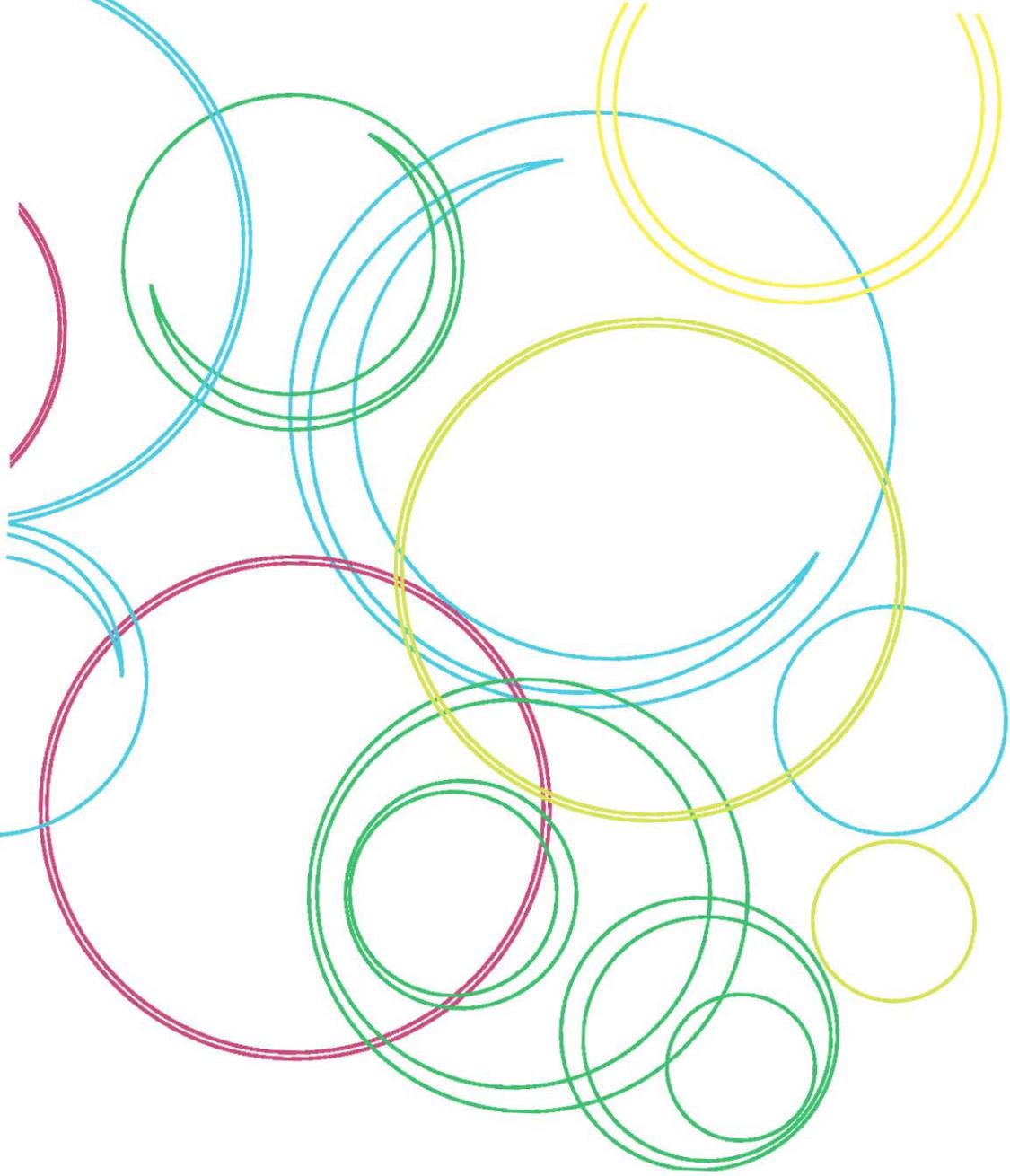
ANEXO II PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO À CULTURA

Projetos culturais aprovados por meio do Incentivo Fiscal

	2007	2008	2009	2010	2011*	2007-2011
Projetos	1.271	1.354	874	1.221	1.449	6.169
Diversidade						
Valor Aprovado (R\$)	608.286.882	759.037.581	530.785.791	990.367.659	981.698.154	3.870.176.067
Valor Captado (R\$)	126.345.716	143.233.032	75.955.735	201.551.181	80.185.146	627.270.810
Projetos	6.358	6.873	5.163	6.792	7.887	33.073
Total incentivado						
Valor Aprovado (R\$)	3.044.650.031	3.961.785.994	3.159.435.321	4.712.053.475	5.472.928.424	20.350.853.246
Valor Captado (R\$)	989.410.498	960.376.263	979.863.666	1.162.111.421	1.237.146.130	5.328.907.977

Fonte: Salic. Dados atualizado em 10/02/2012. Sujeitos a alterações.

* Os projetos aprovados em 2010 e 2011 ainda são passíveis de captação.





ANEXO III PROGRAMA BRASIL, SOM E IMAGEM

POLÍTICA DE EDITAIS

Desde 2008, a SAV promove editais públicos para a selecionar projetos de audiovisual a serem apoiados. Essa opção procura valorizar critérios objetivos e transparentes, e está em consonância com outras ações desenvolvidas no âmbito do Ministério da Cultura. Assim, programas já consolidados, como o *DocTV*, e novas iniciativas, como *XPTA.LAB*, *AnimaTV*, *Nós na Tela*, *Nossa Onda* e outros, foram realizados por meio de editais. Os projetos inscritos são selecionados por comissões formadas por especialistas de cada área, externos aos quadros da Secretaria.

Editais para Desenvolvimento de roteiros

Tradicionalmente, a SAV publica editais de apoio ao desenvolvimento de roteiros cinematográficos de ficção inéditos, de longa metragem. Para o de 2008, inscreveram-se 934 projetos, dos quais 10 foram selecionados, recebendo, cada um, R\$ 50 mil. No edital de 2009, 891 projetos foram inscritos, com 10 selecionados, recebendo, cada um, um apoio de R\$ 50 mil. Em 2010, esse edital dividiu-se em três: *Desenvolvimento de Roteiros Cinematográficos para Roteiristas Profissionais*, que apoiou com R\$ 50 mil cada um dos sete projetos selecionados; *Desenvolvimento de Roteiros Cinematográficos com Temática Infantil*, que contemplou três projetos, com R\$ 50 mil cada; e o edital *Desenvolvimento de Roteiros Cinematográficos para Roteiristas Estreantes*, que selecionou 12 projetos, que receberam R\$ 25 mil cada, além de um acompanhamento do desenvolvimento dos roteiros por consultores especialmente contratados, e do direito de participar de um seminário com especialistas em roteiro.

Edital Inclusão Social: Programa Nós na Tela

A inclusão social foi o princípio norteador do programa *Nós na Tela*, concurso de apoio à produção de obras audiovisuais de curta metragem, voltado a jovens das classes C, D e E, entre 17 e 29 anos, envolvidos em projetos sociais.

Este programa foi um aperfeiçoamento do edital lançado pela SAv em 2008. Voltado para o mesmo público de participantes ou egressos de movimentos populares que ministram cursos de linguagem audiovisual, a nova versão foi oferecida pela SAv em 2009, com habilitação de 143 propostas de todas as regiões do Brasil e posterior seleção de 20 documentários ou telerreportagens sobre o tema *Cultura e Transformação Social*. Em fevereiro de 2010, os contemplados participaram de oficina de desenvolvimento de projetos.

O programa foi implementado em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca e com a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM), que assegurou a veiculação das obras na rede de canais comunitários do país, na forma do programa *Nós na Tela*, que incluiu trechos de *making of* dos vídeos, entrevistas com os realizadores e com os responsáveis pelos movimentos populares onde são realizados cursos em linguagem audiovisual. O concurso incluiu, ainda, uma mostra competitiva entre os 20 vídeos, com distribuição de três prêmios em dinheiro, além do oferecimento de estágios em emissoras públicas de televisão para dois membros da equipe de cada vídeo premiado. Ao reunir os 20 contemplados, a mostra possibilitou uma avaliação do projeto, visando o seu aperfeiçoamento em futura edição. O valor de apoio foi de R\$ 600 mil, sendo R\$ 30.000,00 para cada projeto apoiado.

Inclusão: Programa Revelando os Brasis

O programa *Revelando os Brasis* convoca habitantes de cidades com até 20 mil habitantes a apresentarem propostas de realização de vídeos. Os vídeos selecionados são veiculados na televisão. Desde a criação do projeto, em 2004, foram realizadas quatro edições. Em 2008, o programa lançou seu terceiro edital, que selecionou 40 projetos. Os responsáveis por esses projetos participaram de oficinas de capacitação antes de produzir seus vídeos, e seus trabalhos foram veiculados na TV ao longo de 2009. Em agosto de 2009, uma caravana de exibição das obras que integraram a edição anterior do programa começou a percorrer cidades do interior do país. Os vídeos produzidos também foram lançados numa coleção em DVD, o que permite a ampliação de sua difusão.

O programa *Revelando os Brasis* visa transformar a realização audiovisual em um instrumento de inclusão social e fortalecimento da cidadania. Ao selecionar argumentos propostos por não profissionais que vivem fora dos grandes centros urbanos, e ao proporcionar forma-

ção básica a futuros realizadores, o programa mobiliza comunidades em torno da produção dos vídeos, e incorpora novos pontos de vista sobre a diversidade cultural brasileira. Além disso, amplia as possibilidades de geração de emprego e renda em cidades pequenas e médias.

A realização é do Instituto Marlin Azul, com patrocínio da Petrobras e a parceria estratégica da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura. O projeto conta também com a parceria do Canal Futura de TV, e os apoios da TV Brasil e da empresa Riofilme. Nas três primeiras edições, participaram do projeto 120 cidades de todas as regiões do Brasil.

Edital Inclusão Social: FicTV

Em dezembro de 2008, a SAv fez a sua primeira incursão no fomento à produção independente de teledramaturgia, por meio do programa *FicTV*. Em 2009, foram selecionados, por concurso público, produtores de oito pré-projetos de minisséries, portadores de uma visão original sobre a juventude brasileira das classes C, D e E. O objetivo era selecionar projetos que fugissem dos estereótipos frequentemente associados a esses jovens, e provocar a sociedade a debater os problemas que eles enfrentam. Essas produções estão sendo veiculadas pela TV Brasil, parceira do programa. No primeiro semestre de 2010, um novo edital selecionou três séries completas, de 13 capítulos cada.

O *FicTV* conta com apoio da Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais, e da Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC). Parte substancial dos subsídios para a formatação do edital do programa *FicTV* foi proporcionada pelo Seminário Juventude e Teledramaturgia, que, em outubro de 2008, na Cinemateca Brasileira, reuniu especialistas em desenvolvimento de conteúdos para juventude, profissionais de televisão e produtores de teledramaturgia.

O investimento desse edital é de R\$ 9,8 milhões, sendo R\$ 250 mil para 08 episódios pilotos e R\$ 2,6 milhões para 03 minisséries completas.

Inclusão Social: Nossa Onda

A SAv lançou, em março de 2010, o programa *Nossa Onda*, que selecionará, por concurso público, 52 conteúdos radiofônicos ficcionais e documentais. Este edital foi pioneiro no fomento à produção radiofônica brasileira, e é voltado aos jovens das classes C, D e E. Esta ação foi feita em parceria com a Sociedade Amigos da Cinemateca e com a Asso-

ciação Brasileira de Rádios Comunitárias, o que permite a sua veiculação em emissoras comunitárias de todo o país.

DocTv

O Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário Brasileiro, DOCTV, nasceu em 2003, como política da Secretaria do Audiovisual voltada à produção de documentários e à TV Pública. O DOCTV atua em toda a cadeia produtiva do documentário, criando ambientes de mercado, auxiliando na formação de profissionais, garantindo a regionalização da produção e a difusão do conteúdo em âmbito nacional. Todos os estados participam do Programa, por meio de suas TVs ou Instituições Públicas, em associação com a produção independente, formando a Rede DOCTV.

As oficinas de capacitação são um elemento essencial do programa. Antes mesmo da realização do concurso *DocTV II* foram realizadas oficinas de formatação de projetos em 24 estados, e no *DocTV III*, em 20 estados, contemplando, ao todo, 1.333 realizadores. Após a seleção, todos os autores contemplados nas duas edições participaram de oficinas de desenvolvimento de projetos. No *DocTV IV* foram realizadas 23 oficinas de formatação de projetos em 20 estados e no Distrito Federal, que mobilizaram mais de 600 realizadores. Depois, os 35 autores contemplados participaram de uma Oficina para Desenvolvimento de Projetos, com duração de uma semana, e de uma oficina de Desenho Criativo de Produção, com mais uma semana de duração.

Lançada pela SAV em 2008, a quarta edição do programa *DocTV* apoiou a produção de 55 documentários, sendo 35 realizados com recursos do programa, e 20 viabilizados por meio das carteiras especiais, que são parcerias com instituições estaduais. A gestão da quarta edição foi feita pela Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (Abepec). Os parceiros são: TV Brasil, TV Cultura e a Associação Brasileira de Documentaristas. Os autores contemplados participaram de três oficinas de capacitação, o que é fundamental para a formação de novos profissionais no âmbito da produção de documentários. A teledifusão da série começou em julho de 2009 e prosseguiu até 2010.

DocTV América Latina

Ainda em 2008, a SAV apresentou a dois organismos multilaterais internacionais projetos de coprodução e teledifusão internacional

de carteiras de documentários a serem veiculadas por redes de televisão pública. O primeiro deles, aprovado em julho pela Conferência das Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Iberoamericanas, CAACI, foi a segunda edição do programa *DocTV Ibero América*, denominada *DocTV América Latina (Latinoamerica)*, nos demais países participantes), dando sequência à edição veiculada em 2007. Fruto da experiência brasileira na gestão do programa *DocTV*, esta versão internacional resultou na realização de concursos nacionais em que os 14 países participantes – Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Peru, Porto Rico, Uruguai, Venezuela e Costa Rica – escolheram um projeto de documentário, participaram de um processo de capacitação e formaram uma rede continental inédita para teledifusão da série, para exibição em 2010.

Em junho de 2009, o Brasil realizou concurso nacional para seleção de seu projeto, e continua sendo o principal país que contribui para o Fundo *DocTV IB*, fundo financeiro que viabiliza o programa, orçado em US\$ 1,2 milhões. A participação brasileira se eleva a US\$ 500 mil, com aporte efetuado em 2008. A unidade gestora desta edição está sediada no Instituto de Cine y Audiovisual de Argentina (INCAA). Os projetos nacionais foram selecionados e produzidos em 2009, e estão sendo veiculados desde 2010, em rede continental de emissoras de televisão públicas. Mas, os países ibéricos não aportaram recursos ao fundo, nem realizaram seus concursos nacionais, o que consolidaria o caráter latino-americano do programa.

DocTV CPLP

Em novembro de 2008, os ministros da Educação e da Cultura dos países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) aprovaram a proposta brasileira de execução do programa *DocTV CPLP*, outro projeto internacional de série de televisão, desenvolvido a partir da experiência do *DocTV*. Todos os oito países que formam a comunidade realizaram seus concursos para escolha do projeto nacional, todos em fase avançada de produção. Cada projeto recebeu o equivalente a € 50 mil. Brasil e Portugal contribuíram ao *Fundo DocTV CPLP* com € 500 mil, cada um, num total de € 1 milhão. Dividiram também a coordenação técnica do programa, por meio do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I.P. (ICA-IP) e o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), em coordenação com o Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Empresa Brasileira de Comunicação é parceira no Brasil para a teledifusão dos programas das séries internacionais *DocTV Ibero América* e *DocTV CPLP*.

Produção de filmes de curta-metragem

A SAv financia a produção de obras cinematográficas de curta-metragem inéditas por meio de editais públicos. São três categorias de editais:

- » *Curta-Metragem Ficção, Documentário ou Experimental*, que teve, em 2008, 1107 projetos inscritos e 20 selecionados, recebendo R\$ 80 mil, cada um; em 2009, inscreveram-se 873 projetos, selecionando-se 20 realizadores para um apoio de R\$ 80 mil.
- » *Curta-Metragem Digital Ficção, Documentário ou Experimental*, destinado exclusivamente a pessoas físicas integrantes ou egressas de projetos sociais, que teve 163 projetos inscritos e 20 selecionados, recebendo R\$ 30 mil, cada um; em 2010, foram 20 selecionados, cada um recebendo apoio no valor de R\$ 80 mil.
- » *Curta-Metragem Ficção com Temática Infanto-Juvenil*, edital que teve 196 inscritos, 20 selecionados e apoio de R\$ 60 mil para cada um.

Curta-metragem de animação ambiental – Tela Verde

O objetivo do *Edital Curta-metragem de Animação Ambiental – Tela Verde*, lançado em abril de 2009, é despertar na sociedade um olhar crítico, estimulando a busca de soluções e novos comportamentos sobre a questão socioambiental. Ele é realizado em parceria entre a SAv e a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. Esse edital viabilizou a produção de dez microfilmes de animação sobre o tema *Aquecimento Global e Mudanças Climáticas*, escolhidos a partir dos 167 projetos inscritos. Cada realizador recebeu R\$ 20 mil para a produção dos vídeos, de um minuto de duração. Os vídeos estão sendo exibidos em TVs públicas do país. A segunda versão deste edital, lançada em 2010, teve como objetivo financiar a produção de interprogramas sobre o tema *Consumo Sustentável e Biodiversidade*.

Olhar Brasil

O programa *Olhar Brasil* tem como objetivo regionalizar o apoio à produção independente no país, por meio de editais públicos lançados em convênio com os Estados da federação brasileira. Em 2006, foram realizados convênios com instituições localizadas em onze estados.

Em 2009, foi inaugurado o Núcleo de Produção Digital (NPD) de Niterói, no Rio de Janeiro, em parceria com a prefeitura daquela cidade. Além disso, as cinco instituições suplentes no primeiro edital foram convocadas a apresentar planos de trabalho atualizados para criação de novos NPDs em outras cinco grandes cidades do país. Todos os convênios foram assinados ao longo de 2009, e os novos núcleos receberam equipamentos digitais de captação de imagem/som e de edição, bem como R\$ 100 mil cada um, para ações de capacitação. Numa segunda fase, eles recebem uma suplementação de recursos para realizar oficinas de formação.

Foi criado um portal na internet para dinamizar a comunicação entre os núcleos, difundir, via *streaming*, as produções, divulgar as oficinas e melhor integrar o *Olhar Brasil* com os demais programas da SAV.

Desde 2010, a SAV está trabalhando na implementação de mais dez NPDs, e pretende fazer com que o programa esteja presente em todas as unidades da Federação.

XPTA.LAB

Em 2009, a SAV lançou o concurso *Laboratórios de Experimentação e Pesquisa em Tecnologias Audiovisuais – XPTA.LAB*. O programa tem o objetivo de fomentar os grupos que desenvolvem pesquisas no campo das linguagens eletrônicas, e fortalecer núcleos de excelência comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias audiovisuais a serem usadas por artistas, cineastas, programadores e produtores. A primeira edição do concurso recebeu 27 inscrições de laboratórios, e aprovou quatro planos de trabalho. Além do projeto principal, cada laboratório formou consórcio com, pelo menos, outras três instituições, ou pesquisadores isolados, para o desenvolvimento de outros projetos de pesquisa cada, totalizando 52 produtos – obras de arte midiáticas, jogos eletrônicos, *softwares*, *hardwares* e produtos audiovisuais interativos, entre outros. Cada laboratório recebeu R\$ 850 mil para investir nos 13 projetos de pesquisa. Em 2011, todos os protótipos resultantes foram apresentados em uma feira de inovação tecnológica.

Jogos Eletrônicos – BrGames

A SAV desenvolveu o *Programa de Fomento à Produção e Exportação do Jogo Eletrônico Brasileiro (BRGames)*, em parceria com a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFTTEX), o

Festival Internacional de Linguagem Eletrônica (FILE), e com apoio da Associação Brasileira das Desenvolvedoras de Jogos Eletrônicos (ABRA-GAMES). A primeira edição foi realizada em 2009, e foram recebidas 201 inscrições, sendo selecionados sete projetos de demos jogáveis, apresentados por desenvolvedores de jogos, e três projetos apresentados por empresas do setor. Neste último caso, 80% do valor foram viabilizados por meio de investimento público e 20% viabilizados por meio de contrapartida das empresas selecionadas. Os autores dos jogos participaram, ainda, de uma oficina de desenvolvimento dos projetos e de uma feira internacional para negociação dos demos, com vistas a transformá-los em jogos completos. Todos os demos produzidos no âmbito do *BRGames* estão disponíveis para *download* gratuito no site do programa (<http://www.brgames2009.com.br>). Com base no grande número de projetos inscritos, o que evidencia uma demanda reprimida no setor, a SAv lançará em 2012 uma nova edição do *BRGames*.



ANEXO IV PROGRAMA CULTURA VIVA

Os Pontos de Cultura são entidades públicas ou privadas, sem fins lucrativos, que desenvolvem atividades de formação, produção e difusão cultural junto às comunidades locais. Não existe um modelo único, nem de instalações, nem de programação ou atividade. São aspectos comuns a todos os Pontos o aspecto transversal da cultura e a gestão compartilhada entre o Ponto, o poder público e a comunidade. O Ministério da Cultura fornece, a cada Ponto de Cultura, um kit multimídia que inclui câmeras digitais, filmadoras, ilhas de edição, estúdios de som, computadores, gravadores digitais etc. Essa tecnologia permite a transformação dos participantes dos Pontos em produtores de conteúdo cultural.

Além dos Pontos, o Programa também cria os Pontões de Cultura, que têm como objetivo promover o intercâmbio e a difusão da cultura nos âmbitos regional e nacional, nas mais diversas linguagens e formas. Eles atuam com capacitação e formação dos agentes de cultura vinculados aos Pontos de Cultura; com a criação e apresentação de obras artísticas realizadas em conjunto por dois ou mais Pontos de Cultura; com a criação de mecanismos de distribuição, comercialização e difusão dos produtos culturais produzidos pelos Pontos de Cultura; e com a organização de festivais, encontros, fóruns e outras atividades que promovam o encontro, a troca de experiências e a articulação entre Pontos de Cultura.

O Ministério promove também, regularmente, encontros dos Pontos de Cultura de todo o país, chamados Teias, com o objetivo de viabilizar e incentivar a troca de informações e experiências, e promover a convivência.

OUTRAS AÇÕES:

GRIÔS

Edital Griô: visava conceder bolsas no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) a Griôs e Mestres de Tradição Oral, referências dos saberes da cultura popular tradicional. A estratégia é disponibilizar auxílio financeiro por meio de bolsas para os Mestres detentores destes saberes, com o objetivo de perpetuar seus conhecimentos sem deixar de aproveitar a força do relato oral.

Objetivos: agrupar saberes e métodos de educação de tradição oral que valorizam Griôs e/ou Mestres e facilitam o vínculo afetivo e cultural entre educadores, educandos, pais, avós, comunidade e escola, fortalecendo a identidade local e favorecendo a construção do conhecimento crítico para dialogar com o Brasil e o mundo.

Foi formada uma rede com 50 Pontos de Cultura, envolvendo 250 Griôs e Mestres de Tradição Oral, sábios mantenedores das culturas populares. Homens e Mulheres que, não raro, são aposentados e analfabetos; e carregam consigo séculos de conhecimentos, transmitidos de geração em geração, por meio da oralidade. A proposta dessa Ação é reconhecer no Brasil esses sábios da tradição cultural popular brasileira – fundamentais para o fortalecimento da identidade de crianças, jovens e adolescentes, e imprescindíveis à construção da cidadania – e envolvê-los nos conteúdos dos currículos escolares, de forma a integrar os saberes da cultura popular com os saberes do ensino formal.

Em 2008, foi publicado o Edital Bolsas de Incentivo Griô, com o objetivo de selecionar 100 projetos, sendo 75 de iniciativa de Pontos de Cultura já conveniados e 25 de iniciativa de outras entidades privadas sem fins lucrativos de natureza cultural. Para as entidades selecionadas foram repassadas bolsas de incentivo a Griôs aprendizes, Griôs e/ou Mestres de tradição oral, no valor de R\$ 380,00 mensais, durante o período de 36 meses prorrogáveis por mais 24 meses.

AGENTE ESCOLA VIVA

A Bolsa Agente Cultura Viva 2009 teve por finalidade selecionar projetos de Pontos de Cultura cujo foco seja o protagonismo juvenil, o empoderamento social e o desenvolvimento pessoal e social de quatro jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, envolvidos em uma das ações do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Griô, Cultura Digital, Cultura e Saúde e Ludicidade). Com a Bolsa Agente Cultura Viva 2009, o Programa buscou estimular o empoderamento social, e incentivar o protagonismo da juventude por meio da apropriação de ferramentas e mecanismos de criação, produção e fruição cultural e artística, de forma a promover o desenvolvimento pessoal e social de jovens envolvidos nas diferentes redes sociais.

Houve também a possibilidade de inscrição de jovens envolvidos nos eixos temáticos:

Criação, Circulação e Difusão da Produção Artística dos Pontos de Cultura, que teve em vista incentivar o protagonismo dos jovens dos Pontos de Cultura envolvidos nas redes de interações estéticas e na rede audiovisual no âmbito do Programa Cultura Viva. Consiste no desenvolvimento de um processo de criação e produção artística associada às trocas de experiências, linguagens, conhecimentos e realidades, levando em consideração a realização de eventos e o intercâmbio e compartilhamento de experiências desenvolvidas nos Pontos de Cultura.

Cultura e Cidadania, que teve o objetivo de incentivar o protagonismo dos jovens dos Pontos de Cultura envolvidos em ações de saúde, meio ambiente, economia solidária, e de todas as ações socioeducativas que possam surgir no âmbito do Programa Cultura Viva.

Além destas, a iniciativa Agente Escola Viva foi elaborada com o fim de conceder bolsas a Pontos de Cultura que apresentassem projetos pedagógicos de caráter cultural realizados em parceria com escolas públicas de nível fundamental e/ou médio, e organizações estudantis. Lançada por meio do Edital de Divulgação Nº 3, de 14 de julho de 2009, a Bolsa Agente Escola Viva 2009 visava o incentivo a projetos conjuntos, reunindo Pontos de Cultura, escolas públicas de nível fundamental e/ou médio e organizações estudantis, entendidas estas como coletivos de uma determinada escola que se reúnem em função de alguma causa, temática ou objetivos afins, como por exemplo, grêmios estudantis, grupos de teatro, bandas de música, grupos de hip hop, grupos esportivos etc., todos com atuação direta e efetiva para a construção do diálogo coletivo entre cultura e educação, bem como para colaborar para a melhoria do sistema público de ensino.

Esta Ação foi orçada em R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) tendo em vista a liberação de recursos referentes a um novo edital da iniciativa “Mediadores Culturais – Griô” (meta: 700 bolsas). Para inscrever-se nesse Edital, era necessário apresentar um Projeto Pedagógico realizado em parceria com uma escola ou universidade pública, envolvendo até seis Griôs e Mestres, devendo contar, obrigatoriamente, com um Griô Aprendiz, integrante e atuante da entidade proponente, e pelo menos um Griô e um Mestre de tradição oral. Além disso, previa o início do pagamento dos projetos selecionados

para participar da iniciativa Agente Cultura Viva (meta: 300 bolsas) e da iniciativa Agente Escola Viva (300 bolsas).

Em linhas gerais, a Escola Viva contempla iniciativas que envolvam os seguintes critérios: o conhecimento da cultura brasileira – linguagens, arte, manifestações populares e de educação patrimonial; que busquem a integração das artes, patrimônio e equipamentos culturais com a escola e a comunidade; que desenvolvam com a comunidade escolar ações inovadoras de educação cultural e lúdicas, inclusive, abrindo-se à sociedade em geral; que estimulem a abertura de escolas nos finais de semana, podendo promover uma efetiva interligação com os Pontos de Cultura, em um processo de troca entre as expressões vivas da cultura do entorno escolar e a comunidade; que promovam atividades nos recessos escolares com foco em ações que envolvam oficinas culturais e recreativas, brincadeiras, passeios a museus, parques, teatros e outros elementos de lazer, espetáculos artísticos etc.

As escolas, por sua vez, têm a missão de lidar e se atualizarem diante dos desafios colocados pela sociedade contemporânea, as novas tecnologias da informação, as desigualdades sociais, a construção do conhecimento de forma integrada aos saberes de sua comunidade, entre tantos outros.

TEIA

São encontros de todos os Pontos de Cultura do país. Foram realizadas quatro TEIAs: São Paulo, em 2006; Belo Horizonte, em 2007; Brasília, em 2008; e Fortaleza, em 2010. A TEIA é o maior evento da diversidade cultural brasileira e revela para o Brasil a rica produção cultural dos Pontos de Cultura, além de possibilitar a troca de experiências entre os pontos tendo em vista a capacitação conjunta de seus participantes. Durante o evento, são realizadas reuniões, oficinas, seminários, exposições e apresentações culturais.

APOIO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS – PONTOS DE CULTURA

A Ação visa promover, ampliar e garantir o acesso da sociedade – especialmente de populações, comunidades ou segmentos excluídos em decorrência de aspectos econômicos, sociais ou culturais – aos meios de fruição, produção e difusão cultural, objetivando a constituição

de uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras em diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, inclusive a digital.

Concretiza-se no apoio ao desenvolvimento de projetos, envolvendo aporte financeiro e técnico para adequação de espaços, aquisição de equipamentos e outros insumos; realização de ações complementares a projetos culturais de natureza integrada, envolvendo a formação de agentes culturais e de público participante, bem como a inclusão digital e a dinamização da rede de Pontos de Cultura. Os recursos utilizados na execução dessa ação são orçamentários e são aplicados na instalação dos Pontos de Cultura e no apoio à formação das redes de Pontos.

A instalação dos Pontos de Cultura e a difusão das suas atividades contribuem para fortalecer as parcerias já existentes, criar novos relacionamentos e dar visibilidade às entidades selecionadas dentro de uma rede mais ampla. Os convênios realizados com o MinC são fundamentais, pois, além de permitirem a realização de novos projetos, dão credibilidade às entidades envolvidas, possibilitando captação de recursos com o poder local e junto a empresas e entidades patrocinadoras.

Desde o início do programa, o Governo Federal contribuiu para o apoio e o funcionamento de 3.109 Pontos de Cultura localizados em todo o território nacional.

O resultado físico da Ação 8886 - Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura é computado por meio da soma dos Pontos de Cultura "individuais" apoiados, dos Pontos de Cultura pertencentes às Redes de Pontos de Cultura apoiadas e dos Pontões apoiados.

O montante realizado de 3.109 espaços culturais apoiados abrange:

- » O número total de Pontos de Cultura previstos para implantação em 69 Redes de Pontos de Cultura que foram objeto de acordo entre o Ministério da Cultura, estados e municípios – 2.388 Pontos de Cultura;
- » As parcerias firmadas diretamente entre o Ministério da Cultura e os Pontos de Cultura - 622 Pontos de Cultura;
- » Além destes, foram instalados 99 Pontões de Cultura com o objetivo de articular ações englobando os diversos pontos já implantados, alcançando 26 estados.

O grande número de Pontos de Cultura apoiados por meio de parcerias com Estados e Municípios é resultado da estratégia adotada na implantação do Programa Cultura Viva. A partir de 2008, foi adotada uma sistemática para intensificar a descentralização na implantação dos Pontos de Cultura em consonância com os objetivos e metas do Programa Mais Cultura, programa formado por um conjunto de ações que integram vários programas do PPA e criado mediante Decreto 6.226, de 04/10/07, publicado no Diário Oficial da União em 05/10/2007 e que tem como base o estabelecimento de Acordos de Cooperação com as Unidades da Federação.

Essa sistemática constitui-se na substituição gradual dos convênios realizados com entidades da sociedade civil e alguns governos municipais (Pontos individuais, Pontões e redes de Pontos de Cultura selecionados por meio dos Editais de Divulgação lançados anteriormente) por convênios diretos com estados e alguns municípios da Federação, visando a implantação de Redes de Pontos de Cultura estaduais e municipais.

Esses novos convênios já são voltados, por princípio, para a formação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura. Constituem convênios negociados de forma direta, por meio do Programa Mais Cultura e neles está acordado um número total de pontos a serem implantados pelos estados e municípios pactuantes, com base em Editais por eles lançados.

Além disso, o estabelecimento de Redes de Pontos de Cultura em parceria com estados e municípios contribui para a institucionalização e consolidação do Programa Mais Cultura e do Programa Cultura Viva como políticas públicas, uma vez que instaura o apoio aos Pontos de Cultura a partir de um vínculo firmado com outros entes federados. Este vínculo constitui um elemento de estabilização, fortalecimento e continuidade das ações e atividades concernentes aos programas do MinC.

REDE DE PONTOS

Além de Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva atua positivamente no incentivo à criação ou fortalecimento de Redes de Pontos de Cultura. Inicialmente, as redes foram selecionadas por meio do Edital de Nº 4, publicado no Diário Oficial da União de 20 de abril de 2005. Uma Rede é constituída por diversos Pontos de Cultura organizados em um conjunto por um estado ou município.

O estabelecimento de Redes de Pontos de Cultura em parceria com estados e municípios contribui para a institucionalização e consolidação do Programa Cultura Viva como política pública, uma vez que instaura o apoio aos Pontos de Cultura a partir de um vínculo firmado com outros entes federados.

Conforme apontado acima, o modo pelo qual as redes de Pontos de Cultura são formadas foi alterado a partir da criação do Programa Mais Cultura. Contudo, permanece a idéia de que o apoio a Redes de Pontos de Cultura deve ser flexível para adequar-se às características das diversas unidades da Federação. Essa flexibilização se reflete em um modelo diferenciado de definição das contrapartidas dos convênios, conforme os diversos estados. Isso permite adequar o valor das contrapartidas à capacidade de comprometimento financeiro dos estados e municípios.

PONTÕES

Além da formação de Redes de Pontos de Cultura por meio do Edital N.º 4, o Programa Cultura Viva também conta com a criação de Pontões de Cultura, voltados para a consolidação e fortalecimento de potenciais Redes de Pontos de Cultura. Pontões de Cultura constituem elementos nodais da Rede, atuando principalmente na dinamização dos contatos entre os Pontos, com foco temático ou regional, como por exemplo Pontão Guerreiros Alagoanos.

Esse Pontão realiza projetos com os Pontos de Cultura de sua área para incrementar a visibilidade e sustentabilidade destes, inclusive através da inserção de seus produtos em programações (Artnor, Caravana Cultural, Nordeste Criativo e outros); atua na gestão compartilhada com os Pontos de Cultura através de reuniões, grupo de discussão e encontros da rede; além de oferecer oficinas de Arte para a rede da qual é atrator: construção de Instrumentos de percussão, prática de ensaio, atabaque e pandeiro.

Dessa forma, **Pontos de Cultura, Redes de Pontos de Cultura e Pontões** reúnem-se em uma estratégia de descentralização que visa ao mesmo tempo assegurar a diversidade nascida das diversas experiências individuais de cada projeto/Ponto de Cultura e a organicidade advinda dos percalços e superações oriundos de uma vivência comum, como uma Rede de iniciativas e vontades criadoras que constitui o cerne do Programa desenvolvido por esta UJ.

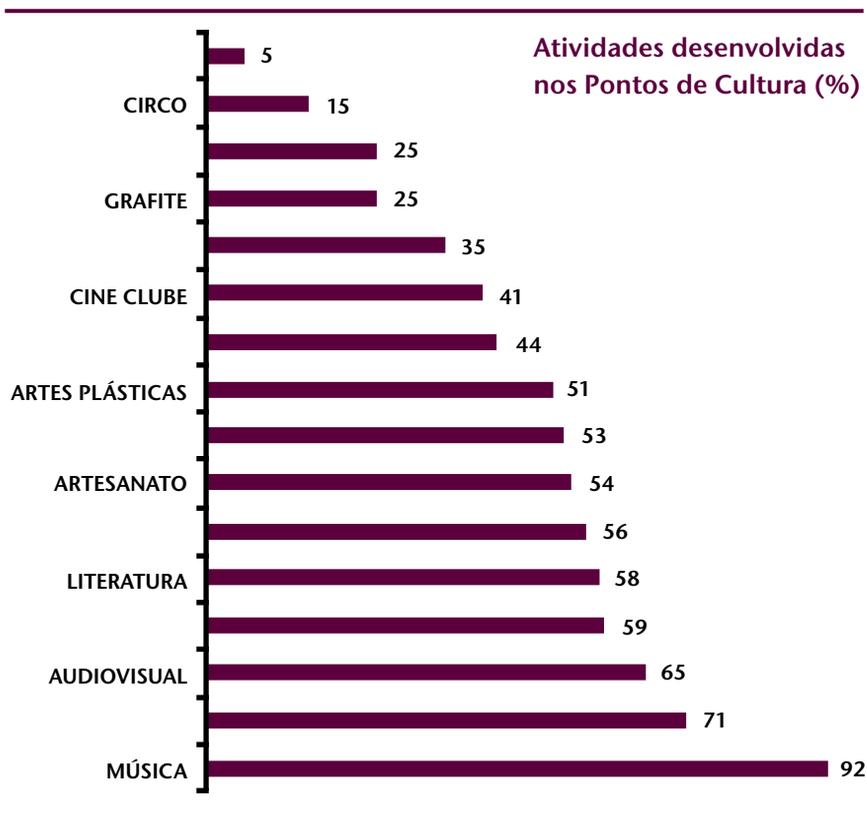
Cabe destacar, que os recursos repassados por meio de convênios aos Pontos de Cultura estão distribuídos em todas as Unidades da Federação

Assim como têm alcançado grande cobertura geográfica, os Pontos de Cultura alcançam diversos temas e públicos, bem como um grande espectro de linguagens artísticas e lúdicas, sejam elas tradicionais ou experimentais. Nesse sentido, a descentralização de recursos e atividades constitui elemento central da concepção do Programa Cultura Viva.

Essa diversidade é demonstrada nos resultados das pesquisa avaliativa realizada pelo IPEA e pela FUNDAJ, que apontam os benefícios alcançados por meio do desenvolvimento das Redes de Pontos de Cultura. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados na TEIA 2010. O objetivo da pesquisa foi visitar e entrevistar todos os Pontos e não apenas uma amostra desta população. Primeiramente, como levantamento dos temas trabalhados pelos Pontos de Cultura, apurou-se o que grande parte dos Pontos tem espaços para desenvolver diferentes atividades, a exemplo de salas de aula (90% dos Pontos), sala de projeção audiovisual (71%), laboratório de informática (70%), bibliotecas (68%), sala de exposição (66%), entre outros espaços para atividades (laboratório de fotografia, brinquedoteca, discoteca, etc.).

Os Pontos de Cultura também realizam atividades em diversos campos das artes e da cultura, como se constata no Gráfico abaixo. Vale destacar, no entanto, que as artes tradicionais estão presentes, mesmo atualizados em gêneros mesclados ou hibridizados e contemporâneos, a exemplo da musicalidade hip hop, na atualização e utilização de tecnologias para proteger e valorizar tradições (a exemplo dos usos dados ao audiovisual por grupos indígenas), ou na presença de atividades populares, sejam tipicamente urbanos (grafite) ou considerados tradicionais, como a dança gaúcha, capoeira artesanatos e literatura de cordel, para ficar com poucos exemplos.

O Gráfico mostra as atividades desenvolvidas pelos Pontos de Cultura. Destaquem-se as cinco mais presentes quais sejam, música (92% têm atividades nessa área), manifestações populares (71%), audiovisual (65%), teatro (59%) e literatura (58%). Artesanato é a sexta atividade com 54%.



Quanto ao público-alvo, definido como foco do Programa em Modelo Lógico formulado junto ao IPEA e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e que corresponde em grande parte aos participantes das atividades dos Pontos tem-se a seguinte definição: Populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural. Adolescentes e jovens expostos a situação de vulnerabilidade social. O abaixo resume as três primeiras opções assinaladas como o público preferencial (ou observado pelos gestores) do Programa Cultura Viva

Indicadores Institucionais

Para efeito de acompanhamento e avaliação do alcance do Programa 1141 - Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania - na sociedade foi adotado o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura, que serve também para avaliação global do Programa no âmbito do Plano Plurianual.

Apesar do índice ter sido chamado de “acesso à cultura”, não significa que ele se propõe a avaliar se o Programa Cultura Viva está atendendo a toda a população brasileira, inclusive porque nem os Pontos de Cultura e suas ações transversais são as únicas formas de garantir acesso à cultura à sociedade brasileira, nem o Programa tem como meta esse grau de universalidade. Seria pretensão, dados os recursos físicos, financeiros e institucionais disponíveis imaginar que um programa como o Cultura Viva estaria voltado para a totalidade da população do país. Além disso, ao contrário da educação e da saúde, ainda que o acesso à cultura também seja interpretado como um direito, o acesso à cultura envolve escolhas individuais. Cabe a cada indivíduo escolher que tipo de manifestação cultural e artística deseja apreciar ou mesmo praticar. Do ponto de vista legal, não ocorre na cultura o que ocorre na educação, que além de um direito envolve uma obrigação das famílias de garantir a frequência dos filhos nas escolas, ou na saúde, que obriga os pais a manter em dia a vacinação e demais acompanhamentos preventivos de si próprios e dos filhos; caso contrário, poderão ser cobrados judicialmente por quaisquer prejuízos decorrente do não cumprimento de tais tipos de obrigação. Nesses casos, portanto, faz sentido acompanhar o grau de universalização do atendimento, o que não faz sentido na cultura.

O Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura adotado envolve, portanto, apenas as populações que os Pontos se propõem a atender. E não como uma obrigação, mas como um parâmetro de acompanhamento para avaliar o alcance do Programa, identificar possíveis distorções que mereceriam uma avaliação para correção de rumos, tanto no que diz respeito a melhorias dos critérios de seleção ou uma avaliação qualitativa de um ou outro Ponto que demonstre pouca eficiência no atendimento. Dentro desses parâmetros, o Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura é um indicador de efetividade.

É importante também alertar que o referido indicador não tem valor estatístico. Os dados recebidos não passaram por nenhum tratamento específico de comprovação e averiguação, uma vez que a pesquisa não foi feita in loco, com pesquisadores indo a cada Ponto de Cultura coletar as informações e buscando documentos que comprovassem que as informações apresentadas pelos representantes legais dos projetos seriam corretas. Essa seria a situação ideal, mas o Ministério da Cultura ainda não dispõe

de recursos para tanto e, além disso, não seria eficiente para o acompanhamento caso a opção seja por monitorar a evolução desse indicador, por exemplo, a cada dois meses.

Além disso, uma outra razão para reforçar o fato de que o índice não tem valor estatístico é o fato de que os Pontos são muito diferentes entre si, tanto no objeto, como nas atividades a que se propõem e na realidade em que se encontram. Eles não são, portanto, totalmente comparáveis entre si e nem é do interesse do MinC de que assim o sejam, uma vez que uma das bases do Programa é assegurar a diversidade das comunidades envolvidas. Os idealizadores do Programa entendem, como aliás tem sido consenso entre os estudiosos da globalização ou de aceleração do fenômeno da modernidade, que é cada vez mais equivocado se pensar a sociedade de forma homogênea, como de resto é a tendência natural da burocracia estatal.

Fica claro, portanto, que o referido índice não teria como apresentar validade estatística. A idéia é utilizá-lo como um dos parâmetros de acompanhamento mais geral do potencial de atendimento dos Pontos de Cultura, podendo contribuir para identificar e mapear as diversas modalidades de Pontos de Cultura existentes e para apontar em que medida Pontos com características semelhantes podem estar sendo mais eficientes que outros quanto ao número de pessoas atendidas. É claro que os Pontos não podem ser avaliados somente pelo parâmetro do índice. Outros indicadores deverão ser avaliados, como tipo de atividade desenvolvida, qualidade pedagógica dessas atividades, características da comunidade envolvida, aceitação do ponto na comunidade e mesmo os problemas que envolvem o público alvo, como é o caso dos pontos que atendem jovens em situação de conflito com a lei. Mas o índice pode servir como uma primeira fonte de referência, não só para averiguar se os pontos estão ampliando o atendimento, mas também para indicar quais os pontos e regiões que mereceriam uma atenção e um acompanhamento mais detalhado por parte do MinC.

O Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura é determinado por:

$$\text{ÍndCultura} = (\text{POfinasCursos} + \text{NºdeExpectadores}) / \text{PopulaçãoAtendidapeloPonto}$$

Onde:

ÍndCultura é o índice de acesso à cultura entre as comunidades atendidas pelos Pontos de Cultura;

POficiasCursos é a parcela da população que participou de oficinas, cursos e demais formas de capacitação promovidas pelos Pontos de Cultura;

NºdeExpectadores a parcela da população que participou, na condição de espectador, ou de platéia, de eventos ou de espetáculos ou mesmo que utiliza o Ponto eventualmente para usar algum aparelho disponibilizado pelo Ponto, tal como biblioteca, videoteca e telecentro;

PopulaçãoAtendidapeloPonto corresponde ao total da população que o Ponto de Cultura se propõe a atender.

O índice deve variar de 0 a 1, indicando um atendimento maior quanto mais próximo de um e menor quanto mais próximo de zero.

O responsável pelo cálculo/medição do “Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura” é a Secretaria de Programas e Projetos Culturais do Ministério da Cultura.

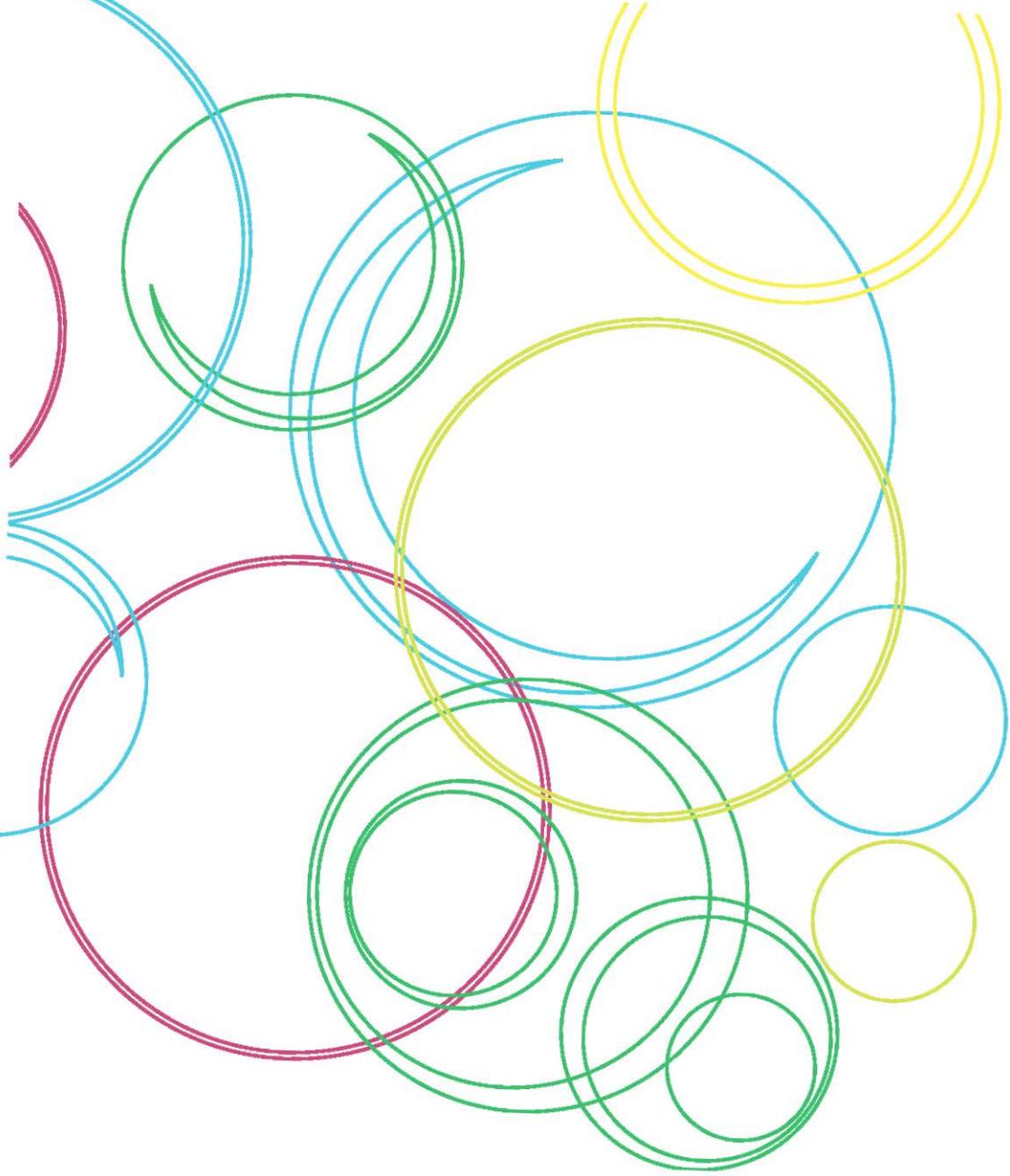
Por outro lado, um dos principais objetivos da já mencionada pesquisa avaliativa coordenada pelo IPEA é a construção de novos indicadores que possibilitem a ampliação e o aprofundamento da capacidade avaliativa acerca do Programa. Nesse sentido, a pesquisa também propiciou a formação de uma “cesta” de indicadores que permitirão a avaliação do programa sob diversos aspectos complementares.

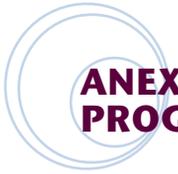
Neste sentido, o IPEA aponta que o programa ofereceu fortes elementos de amadurecimento de políticas públicas locais e de estratégias flexíveis para ampliar os processos democráticos relativos ao mundo cultural. Para mensurar estes elementos e processos o IPEA propôs o quadro de indicadores abaixo apresentado, que vem sendo objeto de debate entre o MinC e aquele Instituto.

QUADRO SÍNTESE DOS INDICADORES DOS PONTOS DE CULTURA

Indicadores de esforço	Absolutos	Médias e %
Nº pessoas que trabalham permanente no Ponto	4.081	11
Nº de voluntários	1.507	4
Nº remunerados	2.574	7
Freqüentadores habituais dos Pontos	124.489	323
Freqüentadores habituais ligados à comunidade	85.833	223
Freqüentadores esporádicos	1.164.161	3.496
Indicador de Infra estrutura		
Nº no Pontos em situação precária	36	9,4%
Indicador de Acessibilidade		
Nº de Pontos com problemas de acesso ao público em geral	138	36%
Nº de Pontos com problemas de acesso ao portador de necessidades especiais	149	39%
Indicador de Sustentabilidade		
Fonte principal - MINC	287	74%
Nº Pontos com outros parceiros financeiros	321	83,4%
Nº de Pontos que mantém relação estável com outras instituições	375	97,4%
Nº de Pontos com atraso de repasse	336	87,3%
Tempo de atuação (> do que 5 anos entre respondentes)	75%	75%
Total recebido (média dos respondentes)	42.826.616	124.135
Indicador de Participação		
Nº Pontos com planejamento	367	95,3%
Nº Pontos com participação da comunidade no planejamento	67	17%
Indicador de Inclusão econômica		
Nº de Pontos que geram renda para os participantes	260	68%

Por todo o exposto, fica claro que a comprovação em termos de eficiência, efetividade, confiabilidade e consistência dos indicadores será um processo gradativo, que se implementará à medida que se aperfeiçoem pela própria aplicação, no decorrer do tempo, valendo destacar inclusive que está em curso nova pesquisa avaliativa, desta vez destacando a atuação dos Pontos e a formação da Rede dos Pontos de Cultura.





ANEXO V PROGRAMA BRASIL PLURAL

O Programa Brasil Plural divide-se em várias ações:

CULTURA DOS POVOS INDÍGENAS: As ações para este segmento têm como objetivo fortalecer e valorizar as identidades, manifestações e expressões das culturas dos diversos povos indígenas existentes no Brasil, e são elaboradas em conjunto com suas lideranças.

Atividades desenvolvidas:

GT Indígena

Criado em 2005, o Grupo de Trabalho para as Culturas Indígenas tem como principal objetivo discutir e indicar políticas públicas para as culturas indígenas, em parceria com os povos indígenas, contemplando efetivamente a interlocução com representações desses povos. Uma das ações exitosas propostas pelo GT Indígena foi a instituição do *Prêmio Culturas Indígenas*, promovido por editais públicos executados com recursos da Petrobras, por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

109

Editais

Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã (2006)

467 inscrições habilitadas, representando cerca de 350.000 indígenas, quase a metade da população existente no território Brasileiro. Foram premiadas 82 iniciativas, com R\$ 15.000,00 cada uma.

Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xukuru (2007)

697 inscrições habilitadas, promovidas por um total de 193 dos cerca de 225 povos existentes do país; 102 projetos premiados com R\$ 24.000,00 cada.

Prêmio Culturas Indígenas – Edição Marçal Tupã (2009)

a) Catálogos

Os dois editais do Prêmio Indígena tiveram como produto a publicação de um catálogo com todas as iniciativas inscritas, o que contribuiu para

o mapeamento das iniciativas que os povos indígenas empreendem para a preservação de suas culturas.

b) Oficinas de Capacitação em Audiovisual para Realizadores Indígenas

O Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias promove, em parceria com o Ministério, oficinas de audiovisual em comunidades indígenas, para a formação de realizadores. Os filmes resultantes destas oficinas são finalizados e divulgados.

c) Pontos de Cultura Indígenas:

Com esta ação, o MinC possibilita que comunidades indígenas de difícil acesso recebam recursos do Governo Federal para potencializar suas atividades por meio do desenvolvimento de conteúdos audiovisuais, do acesso à internet e da realização de projetos de valorização e divulgação das expressões culturais tradicionais, além de permitir o desenvolvimento de materiais de divulgação sobre suas próprias culturas. O projeto piloto da metodologia diferenciada para a implementação de 30 Pontos de Cultura Indígena foi desenvolvido com a parceria da Fundação Nacional do Índio, do Ministério da Justiça, e com da Associação Cultura e Meio Ambiente/Rede Povos da Floresta.

Os 30 Pontos de Cultura criados em 2009 e 2010 estão divididos em três pólos: Alto Rio Juruá (Marechal Thaumaturgo – AC), Alto e Médio Rio Negro (São Gabriel da Cachoeira - AM) e Escola dos Professores Indígenas (Rio Branco - AC). Cada comunidade recebeu um kit multimídia com computador desktop com acesso à internet banda larga, DVD, câmera filmadora digital, câmera fotográfica digital, caixas de som, fones de ouvido, microfone, kits de painel fotovoltaico (energia solar), bateria etc. Após a recepção do kit, foi realizada capacitação para inclusão digital e audiovisual, em parceria com o Ponto de Cultura Vídeo nas Aldeias.

Em 2010, foi realizado diretamente pelo Ministério da Cultura, chamamento público para seleção de Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos para implementação de mais Pontos de Cultura Indígena, em outras regiões do país. Foram selecionadas sete propostas, das quais quatro já encontram-se conveniadas com o Ministério e duas estão em processo de negociação.

Para 2012, há a previsão de iniciar a implementação de outros 79 Pontos de Cultura Indígena, distribuídos entre as cinco regiões do país,

sendo 24 na região Sul, 9 na região Sudeste, 16 na região Centro Oeste, 8 no Nordeste e 22 na região Norte.

CULTURAS POPULARES: As ações para este segmento têm como objetivo fortalecer e valorizar as identidades, manifestações e expressões das culturas populares existentes no Brasil, e têm sido elaboradas em conjunto com o segmento das culturas populares, em discussões realizadas, principalmente, durante encontros, seminários e oficinas de escuta.

A Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC), desde a sua criação, em 2005, já investiu aproximadamente 9 milhões em prêmios e convênios nos editais para as culturas populares.

Atividades desenvolvidas:

a) Editais

Os Editais específicos para este segmento têm como objetivo reconhecer a contribuição do trabalho dos praticantes das culturas populares brasileiras, bem como fortalecer e divulgar suas manifestações. Já foram realizados os seguintes editais públicos:

- » Edital Fomento às Expressões das Culturas Populares (2005)
- » Prêmio Culturas Populares - Edição 100 anos de Frevo (2007)
- » Prêmio Culturas Populares - Edição Mestre Humberto de Maracanã (2008)
- » Prêmio Culturas Populares - Edição Mestra Dona Izabel (2009)

b) Oficinas, Encontros e Seminários realizados:

- » I Seminário Nacional de Políticas Públicas para Culturas Populares – Brasília, 2005
- » Oficina de Escuta “Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares”, 2006
- » II Seminário Nacional de Políticas Públicas para Culturas Populares e I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares – Brasília, 2006
- » Encontro Mestres do Mundo – Juazeiro do Norte, 2008
- » Encontro Sul-Americano das Culturas Populares – Caracas, Venezuela, 2008

CULTURAS CIGANAS: Atividades desenvolvidas: as ações para este segmento têm como objetivo promover ações que fortaleçam e valorizem as identidades, manifestações e expressões das culturas dos povos ciganos existentes no Brasil, e são elaboradas em conjunto com suas lideranças, por meio de um Grupo de Trabalho.

a) Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas

Criado em 2006, reúne representantes dos povos ciganos e do poder público, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas de inclusão sociocultural de suas comunidades, por meio de ações para integração, visibilidade e acessibilidade de suas atividades e produtos artístico-culturais, desenvolvidas em acampamentos provisórios ou concentrações urbanas. Uma das propostas desse GT foi a criação de um edital de premiação de iniciativas exemplares que promovem expressões culturais ciganas.

b) Edital Prêmio Culturas Ciganas

Criado com o objetivo de promover, fortalecer e divulgar as expressões culturais ciganas no Brasil. A 1ª edição, realizada em 2007, teve 118 inscrições e premiou 20 iniciativas exemplares, com R\$ 10.000,00 cada. Em 2010, a 2ª edição contemplou 30 iniciativas, num total de R\$ 300 mil em prêmios.

DIVERSIDADE SEXUAL: As ações do Ministério da Cultura para o segmento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) têm como objetivo valorizar a identidade social dessas minorias, e promover sua aceitação. Estão relacionadas com o Programa do Governo Federal “Brasil sem Homofobia”, de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT, e são elaboradas em conjunto com suas lideranças, por meio de um Grupo de Trabalho.

a) Grupo de Trabalho de Cultura LGBT

O Grupo de Trabalho LGBT, criado em 2004, por meio de Portaria Ministerial, é integrado por lideranças e representantes do movimento, e coordenado pela SID. Sua missão consiste em subsidiar o MinC na discussão e indicação de políticas públicas culturais para o segmento.

b) Editais

Já foram publicados seis editais específicos para o segmento LGBT, com o objetivo de incentivar projetos de combate à homofobia e apoiar as paradas de orgulho LGBT.

- » Parada do Orgulho GLBT (2005)
- » Concurso “Cultura GLBT” (2006)
- » Concurso “Cultura GLBT” (2007)
- » Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLBT (2008)
- » Concurso Público Prêmio Cultural GLBT (2008)
- » Concurso Público Prêmio Cultural LGBT (2009) – investiu um total de R\$ 1.242.000,00, e contemplou produções videográficas, radiofônicas, artes plásticas, teatro, cultura digital e centro de referência e memória.

FOMENTO ÀS MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DA JUVENTUDE: Apoio a projetos e realização de projetos de valorização de adolescentes e jovens.

Atividades desenvolvidas:**a) Encontro Nacional de Rappers e Repentistas**

Promovido em 2007, em parceria com o governo do Estado da Paraíba, esse evento proporcionou um diálogo entre as várias linguagens artísticas ligadas à cultura do hip-hop com as linguagens do repente, da embolada, do coco e do cordel. Demonstrando, na prática, que a tradição e a contemporaneidade são complementares e não excludentes, o evento promoveu debates as semelhanças e diferenças entre essas linguagens, bem como sobre seu potencial educativo e transformador.

b) Hip-Hop

O Ministério realizou, em 2008, uma reunião com lideranças do movimento Hip-Hop e especialistas do tema, para recolher subsídios para a política voltada para a juventude, e formatar um projeto de edital de premiação de iniciativas exemplares da cultura Hip-Hop no Brasil, com o objetivo de identificar, fortalecer e divulgar essas manifestações.

c) Edital Prêmio Cultura Hip-Hop – Edição Preto Ghoetz (2010).

135 projetos contemplados. Total de R\$ 1.755.000 investidos.

CULTURA E SAÚDE

a) Loucos pela Diversidade

Esta ação reconhece a produção estético-artística e cultural de pessoas em sofrimento psíquico e ou com transtorno mental como parte da diversidade cultural brasileira. Além disso, a iniciativa de aproximação das políticas do MinC com o campo da saúde mental fortalece a política do Ministério da Saúde e a implementação da reforma psiquiátrica. Em 2009, a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural do MinC realizou o Edital do Prêmio Cultural Loucos pela Diversidade, com o objetivo de promover a inclusão cultural de pessoas em sofrimento mental. Ele foi desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde, e contou com o apoio da Caixa Econômica Federal, por meio da Lei de Incentivo à Cultura. O edital premiou 55 iniciativas artístico-culturais produzidas no campo da saúde mental, em quatro categorias: instituições públicas, organizações da sociedade civil, grupos autônomos e pessoas físicas.

b) Projeto Vidas Paralelas

O projeto Vidas Paralelas é uma ação inovadora no campo da cultura e da saúde do trabalhador brasileiro, que propõe dialogar e difundir, por meio de mídias digitais e interativas, o cotidiano de representantes de diferentes categorias de trabalho, formais e informais, estabelecendo condições para o intercâmbio de informações e experiências. Ao valorizar a construção simbólica da questão de saúde e segurança do trabalho, o projeto estimula o trabalhador a expressar-se artisticamente, como forma de transformação social, recriação do ambiente de trabalho, consciência crítica e reflexiva sobre suas próprias vidas e estratégia de enfrentamento da realidade.

Com este Projeto, está sendo desenvolvida uma metodologia específica para orientar o processo de formação em inserção digital dos trabalhadores, e de sua própria atuação no decorrer do projeto.

O projeto tem o apoio de Centrais Sindicais, Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, universidades, educadores comunitários. Os trabalhadores participam de uma oficina de capacitação para participar. A produção dos trabalhadores – fotos, vídeos, textos, poemas e outros – está disponível no blog <http://www.cultura.gov.br/vidasparalelas>



ANEXO VI AÇÕES DA FUNDAÇÃO NACIONAL DA CULTURA

ARTES CÊNICAS

Prêmio Pró-cultura de Estímulo ao Circo, Dança e Teatro – Tem como finalidade aprimorar, desenvolver e consolidar as linguagens do circo, dança e teatro a partir da ampliação de sua capacidade de produção, difusão, circulação e estruturação. Em 2011, foram premiados 197 projetos, distribuídos por todas as regiões do país.

Prêmio Funarte Festivais de Artes Cênicas – Permite que projetos de festivais organizem mostras de espetáculos e atividades de formação e reflexão. Em 2010, o prêmio beneficiou 36 projetos.

Bolsa Funarte de Residências em Artes Cênicas – Oferece a profissionais de teatro, dança e circo a oportunidade de participar de intercâmbios e residências, no Brasil ou no exterior. Em 2010, foram concedidas 43 bolsas.

Circo

Programa de Apoio ao Circo – Concede prêmios e bolsas de estudos na área do circo, com o *Prêmio Aquisição de Lona Circense e Acessórios* e as *Bolsas para Incentivo à Criação ou Aperfeiçoamento de Números Circenses*. Em 2007, foram contemplados 162 projetos circenses, para elaboração de novos números artísticos, pesquisas e aquisição de lona nova. Em 2008, a Funarte e o Ministério da Cultura, em parceria com a Fundação Athos Bulcão, contemplaram 52 circos com os prêmios, e concederam 100 bolsas de Incentivo à criação.

Bolsas para Incentivo à Pesquisa da Arte Circense – A pesquisa foi incentivada em 2008, com a concessão de 10 bolsas.

Prêmio Funarte Carequinha de Estímulo ao Circo – Tem como objetivo incentivar a montagem e a circulação de espetáculos, projetos de

pesquisa, de experimentação de linguagem e de arte-educação, entre outros. Beneficiam grupos, companhias, trupes, empresas, associações e artistas independentes, que podem assim montar e difundir espetáculos, realizar pesquisas de linguagem, adquirir equipamentos e promover a arte-educação, entre outras ações. Em 2009, foram contemplados 212 projetos; em 2010, 101 projetos; e em 2011, 115 projetos.

Escola Nacional de Circo – Criada em 1982, no Rio de Janeiro, é a única instituição de ensino diretamente mantida pelo Ministério da Cultura. A escola oferece um Curso Técnico em Artes Circenses e realiza cursos regulares de formação e reciclagem de artistas. Ao se estabelecer como legítimo espaço cultural circense, a escola cria meios de preservar e difundir a tradição milenar dessa arte. Aberta à reflexão e à experimentação, contribui também para a renovação da linguagem do circo. A admissão é realizada por concurso público.

Bolsa para Formação em Artes Circenses – Com essa bolsa, a Funarte cria condições materiais para que jovens de outros Estados do país possam participar das atividades da Escola de Circo, situada no Rio de Janeiro. Em 2010, foram beneficiados 15 jovens, e em 2011, a bolsa foi concedida a 30 jovens das diferentes regiões do país.

Dramaturgia

Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Artística e Produção Crítica em Dramaturgia, Dança e Teatro – São destinadas a artistas, críticos e outros profissionais das artes, para desenvolverem projetos de criação e de reflexão crítica nos segmentos das artes cênicas. Em 2008 foram contemplados 30 projetos.

Prêmio Luso-Brasileiro de Dramaturgia Antonio José da Silva – Criado em 2006, por meio de protocolo internacional assinado entre o Instituto Camões (Portugal) e a Funarte (Brasil) para fortalecer as relações culturais entre os dois países, no âmbito do teatro. Tem o objetivo de incentivar a escrita dramática em língua portuguesa, e impulsionar o surgimento de novos autores. Podem concorrer textos teatrais inéditos, criados por dramaturgos brasileiros ou portugueses. Desde sua criação, vem sendo concedido anualmente.

Teatro

Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz – Realizado por meio de edital público nacional, tem o objetivo de financiar projetos de grupos teatrais para montagens de espetáculos, projetos de pesquisa teórica ou prática em teatro adulto, teatro para infância e juventude, teatro de bonecos e teatro de rua. Em 2009, foram contemplados 175 projetos; em 2010, foram 68 projetos; e 111 projetos em 2011.

Prêmio Funarte Artes Cênicas na Rua – Beneficia projetos de grupos, companhias, trupes e artistas independentes que buscam, nas apresentações de rua, um novo significado para o conceito de espaço público. Contemplou 96 projetos em 2009; 62 em 2010; e 63 projetos em 2011.

Dança

Prêmio Funarte de Dança Klauss Vianna – Realizado por meio de edital público nacional, tem o objetivo de selecionar grupos ou companhias de dança para montagens de espetáculos, projetos de pesquisa teórica ou prática. Contemplou 94 projetos em 2009; 40 projetos em 2010; e 64 projetos em 2011.

117

Formação

Centro Técnico de Artes Cênicas – Criado em 1987, trata-se de um serviço mantido pela Funarte, que provê consultoria e realiza visitas técnicas e treinamento, com o objetivo de reciclar, organizar e difundir conhecimentos técnicos em artes cênicas no Brasil, nas áreas de cenotécnica, cenografia, arquitetura cênica, indumentária, administração e produção teatral.

Circuito de Qualificação em Artes Cênicas – Criado em 2008, esse circuito proporciona a artistas, técnicos e pesquisadores do setor a oportunidade de aprimorar seus saberes nas áreas de Interpretação, Teatro de Rua, Clown, Dança Popular, Dança Contemporânea, Dramaturgia, Técnicas Cênicas (figurino, maquiagem, caracterização e produção) e Metodologia do Ensino em diversos municípios brasileiros. Em 2011, foi oferecida uma *Capacitação Artística e Técnica em Circo, Dança e Teatro*, que realizou 106 oficinas, em diversas cidades do país, visando à qualificação e reciclagem de 1.885 profissionais da área. Isso pos-

sibilitou um intercâmbio de informações preciosas e transformou cada participante em agente multiplicador de conhecimento.

Cenografia

A Funarte ampliou ainda mais sua atuação internacional. O reconhecimento do talento e do trabalho do artista brasileiro ultrapassou as fronteiras do país. Em 2011, na *Quadrienal de Praga*, maior evento de cenografia do mundo, o Brasil conquistou a *Triga de Ouro*, que é o prêmio máximo, concedido ao país pelo conjunto de sua participação.

Espaços Físicos

Recuperação de Espaços – Em 2011, a Funarte reabriu um dos espaços cênicos mais tradicionais do Rio de Janeiro, o Teatro Dulcina, com uma programação que reuniu alguns dos artistas mais consagrados do país, além de um ícone do teatro mundial (Peter Brook), alcançando ampla repercussão e reconhecimento, não só da classe artística, mas também da imprensa especializada. A programação especial permitiu levar bons espetáculos teatrais ao público, a preços populares. Após a programação de reabertura, o Teatro Dulcina foi ocupado por produções selecionadas publicamente.

Ocupação de Teatros Públicos – Regularmente, a Funarte publica um edital público nacional para receber projetos de ocupação dos seus teatros no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Participam do processo seletivo companhias, grupos, empresas, associações e cooperativas. Em 2010, foram selecionados para ocupar esses teatros 13 projetos de artes cênicas, que ofereceram uma intensa programação, com espetáculos, oficinas, palestras e debates. Em 2011, foram selecionados nove projetos, que ofereceram ao público 359 atividades e 680 apresentações cênicas.

ARTES VISUAIS

A Funarte cumpre sua missão de estimular e difundir ainda mais a produção contemporânea brasileira, ampliando os espaços da experimentação, investigação, reflexão e aprofundamento da expressão artística em nosso país.

Projeto Rede Nacional de Artes Visuais – Com o objetivo de difundir e fomentar a reflexão e a produção artística em todos os estados brasileiros, o projeto, que conta com o patrocínio da empresa Petrobrás, promove a circulação de profissionais e a formação de platéias, por meio de oficinas, palestras, exposições e atividades pedagógicas. Em 2007, a Rede atuou em 60 municípios, com a realização de 62 atividades, entre oficinas, palestras e seminários. Foram premiados 64 projetos de artistas que exibiram suas obras nas Galerias Funarte. Em 2008, o projeto concedeu 24 prêmios a instituições culturais de todas as regiões do país, para promover debates sobre artes visuais em seu próprio Estado. Foram contemplados, em 2010, 40 projetos de artistas, e 45 projetos em 2011.

Projeto Conexão Artes Visuais – Com patrocínio da empresa Petrobras, o projeto promoveu festivais, salões, palestras, debates, cursos e mapeamentos em todo o Brasil, fomentando a reflexão crítica, promovendo a circulação e a qualificação de profissionais, e estimulando a formação de plateias. Também possibilita o lançamento de publicações específicas do setor. Em 2007, foram viabilizados 36 projetos de artes visuais, em todo o Brasil. Em 2009, foram atividades ligadas às artes visuais em todo o Brasil, e, em 2010, outros 30 projetos foram concretizados.

Prêmio Pró-cultura de Estímulo às Artes Visuais – Visa o reconhecimento e o estímulo às iniciativas que contribuem, de forma exemplar, para a promoção da organização sistêmica do campo das artes visuais e a valorização das linguagens artísticas visuais nacionais, por meio da sua pesquisa, informação, formação, produção e circulação. São premiadas quatro categorias: Bibliotecas Básicas de Artes Visuais, Periódicos e Revistas sobre Artes Visuais, Pesquisa de Acervos Artísticos- Obras de referência e Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça. Em 2011, foram contemplados 31 projetos de todo o país.

Prêmio de Artes Plásticas Marcantonio Vilaça – Criado em 2006, tem como objetivo incentivar produções artísticas inéditas destinadas ao acervo de oito instituições museológicas públicas e privadas sem fins lucrativos. Inicialmente, selecionava e adquiria obras para complementação de acervo das instituições, mas em 2009, passou a premiar apenas obras inéditas. Em cada edição, o prêmio é concedido a 15 projetos, três em cada região do país.

Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Artística e à Produção Crítica em Artes Visuais e Fotografia – São destinadas a artistas críticos e outros profissionais das artes para desenvolverem projetos de criação de obras inéditas, e de reflexão crítica em artes visuais e fotografia. Essas bolsas resultam em ações, obras e processos inéditos para apresentação ou exposição pública. Em 2008, foram concedidas 25 bolsas, e em 2010 as bolsas beneficiaram dez proponentes.

Prêmio Funarte de Arte Contemporânea – Tem como objetivo estimular a multiplicidade e a diversidade de linguagens e tendências, em seus vários tipos de manifestação, estimular a produção artística e promover sua difusão, bem como a reflexão e a troca de informações por toda a comunidade ligada às artes visuais. Os editais do Prêmio dão ampla liberdade quanto às linguagens a serem utilizadas nos projetos, que podem ser direcionados a qualquer público. Os premiados ocupam os espaços de exposição da Funarte nas cidades de Recife, Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2010, o prêmio foi concedido a 15 criações, que ocuparam essas galerias. Em 2011, foram selecionadas 20 criações.

Fotografia

Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia – Criado em 2001, contempla projetos de reflexão crítica ou produção artística, relacionados à fotografia. Em 2010, o Prêmio foi concedido a 36 projetos inéditos.

Prêmio de Apoio a Festivais de Fotografia, Performances e Salões Regionais – Por meio desta iniciativa, a Funarte garante a periodicidade e a qualidade de festivais, salões e outros eventos imprescindíveis à difusão e à circulação das artes visuais brasileiras. Além disso, impulsiona a produção artística regional e a formação de novas plateias para as criações contemporâneas. O investimento total no programa é de R\$ 2,4 milhões. Em 2010, o prêmio viabilizou a realização de 15 projetos.

Bienais de Arte

Em 2011, a Funarte financiou a participação do artista brasileiro Artur Barrio na *Bienal Internacional de Veneza*, Itália.

MÚSICA

Projeto Pixinguinha – Criado em 1977, tem como objetivo promover a produção e circulação de espetáculos musicais pelo país. Em 2007, o projeto comemorou seu 30º aniversário, com a promoção de dez caravanas musicais, em 16 cidades das cinco regiões do País, com a apresentação de 80 espetáculos para um público de 28.303 pessoas. Em 2008, o *Projeto Pixinguinha* premiou 54 projetos de produção, sendo dois de cada estado brasileiro, para a realização de 162 espetáculos musicais, a preços populares, e a produção de 54 CDs.

Programa Nacional de Bandas de Música – Tem como objetivo a concessão de prêmios para aquisição de instrumentos a bandas de música sinfônica em atividade. Em 2007, o Programa concedeu, por meio de edital público, 138 prêmios a bandas de todo o Brasil, para aquisição de instrumentos de sopro. Em 2008, o *Programa* concedeu verbas para aquisição de instrumentos de sopro a 143 bandas, que fizeram cinco apresentações cada banda, o que envolveu 5.720 músicos, com uma média de público de 214.500 pessoas.

Painéis para Bandas de Música e de Regência Coral – Estimula o funcionamento das tradicionais bandas de música sinfônica em atividade no país, por meio da promoção de cursos de regência coral e bandas de música em várias cidades. Em 2007, foram premiados 11 projetos, beneficiando 1.010 pessoas, entre músicos, maestros de bandas, regentes e coralistas. Em 2008, foram realizados 10 Painéis, que beneficiaram 1.012 pessoas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Em 2009, os Painéis levaram o ensino da música a seis municípios brasileiros. Em 2010, os Painéis de Regência Coral levaram o ensino da música para músicos e regentes de bandas de cinco municípios brasileiros, qualificando cerca de 300 pessoas. Em 2011, foram realizados em três municípios, sendo qualificadas 1.090 pessoas.

Bienal de Música Brasileira Contemporânea – Trata-se da mais importante mostra de música erudita realizada no Brasil. Em 2007, a Funnarte realizou a 17ª edição da Bienal. Em 2009, a Bienal promoveu dez concertos no Rio de Janeiro. Em 2011, a 19ª edição da Bienal reuniu 520 intérpretes, que apresentaram 11 concertos e 74 obras inéditas de 74

compositores, além de quatro orquestras sinfônicas e pequenos conjuntos, solistas e coros. O público foi de 3.700 pessoas.

Bolsas Funarte de Estímulo à Criação Artística e Produção Crítica – Composição em Música Popular Brasileira e Erudita – São bolsas destinadas a artistas, críticos e profissionais das artes, para desenvolverem projetos de criação e reflexão crítica em música popular e erudita. Em 2008, foram concedidas 25 bolsas.

Pauta Funarte de Música – Em 2009, foram selecionados cantores, instrumentistas e grupos para compor a programação musical em salas do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, a preços populares.

Prêmio Funarte de Composição Clássica – Em 2010, foram selecionadas 59 obras eruditas para integrar a programação da *XIX Bienal de Música Brasileira Contemporânea*. Pela primeira vez, os compositores escolhidos para a Bienal receberam uma quantia em dinheiro.

Prêmio Funarte de Concertos Didáticos – Tem como objetivo selecionar projetos para a realização de concertos didáticos em escolas da rede pública, por duos, trios, quartetos ou quintetos vocais e/ou instrumentais de músicos brasileiros ou radicados no país. Em 2010, foi concedido a 17 proponentes, e viabilizou vários concertos em escolas da rede pública.

Prêmio Circuito Funarte de Música Clássica – Tem como objetivo viabilizar a realização, em todo o país, de recitais de música de concerto, com duos, trios, quartetos ou quintetos, formados por músicos brasileiros. Em 2010, contemplou 12 projetos, promovendo recitais em todo o país.

Prêmio Circuito Funarte de Música Popular – Tem como objetivo viabilizar a realização, em todo o país, de apresentações de música popular. Em 2010, foi concedido a 12 proponentes.

Prêmio de Apoio à Gravação de Música Popular – Tem como objetivo fortalecer a produção de música popular brasileira. Em 2010, contemplou 20 projetos de produção de CDs.

Prêmio de Produção Crítica em Música – Tem como objetivo incentivar o desenvolvimento de trabalhos teóricos e reflexivos sobre a música brasileira, popular ou erudita. Em 2010, contemplou dez autores.

O Prêmio Pró-cultura de Apoio a Palcos Musicais Permanentes – Em 2011, contemplou 15 projetos de produção de programação musical e/ou promoção de melhorias de infraestrutura.

Prêmio de Apoio a Festivais e Mostras de Música – Em 2011, contemplou 57 projetos para a realização de festivais e mostras nacionais e internacionais de música popular e/ou erudita.

Prêmio de Apoio a Bandas de Música – Em 2011, contemplou 167 projetos, propiciando a aquisição de instrumentos de sopro específico e de percussão.

Prêmio de Ocupação das Salas Funarte – Seleciona, por meio de edital público, projetos para compor uma programação diversificada para quatro salas de música, no Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, com shows e atividades complementares, como oficinas, palestras e lançamentos de CDs. A agenda inclui também apresentações eruditas, e as entradas têm preços populares. Em 2011, foram selecionados quatro projetos para ocupar essas salas. Para cada um dos espaços, os projetos escolhidos criaram uma intensa programação, com shows e atividades complementares, como oficinas, palestras e lançamento de CDs. Foram realizadas 82 atividades e 84 apresentações musicais.

Feira Música Brasil – Criada em 2008, é reconhecida como espaço de articulação da cadeia produtiva da música e de discussão das políticas públicas do setor. A Feira inclui rodadas de negócios, oficinas de capacitação e palestras para discussão de temas sobre a produção, difusão, circulação e educação musical para artistas, empresários, produtores, gestores, entidades, selos, gravadoras.

ARTES INTEGRADAS

Prêmio Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura – Realizado em parceria com a Secretaria de Cidadania

Cultural do Ministério da Cultura, tem como objetivo apoiar o intercâmbio cultural e estético entre artistas do campo da Arte Contemporânea e a rede de Pontos de Cultura, por meio da realização de projetos de residências artísticas, potencializado aquelas instituições como espaços de experimentação e de reflexão crítica. Em 2008, foram concedidos 93 prêmios, que beneficiaram artistas de todas as regiões do país. Em 2009 foram beneficiados 127 artistas, de diversos segmentos, que desenvolveram projetos integrados a ações de Pontos de Cultura de todo o país. Em 2010, a Funarte concedeu 137 bolsas, para artistas de diversos segmentos.

Bolsas de Estímulo à Literatura – Tem como objetivo estimular a pesquisa e a publicação de obras sobre artes cênicas, artes visuais, música e arte-educação. São destinadas a artistas, escritores e outros profissionais para desenvolverem projetos de criação literária individual, nos gêneros lírico e narrativo (conto, crônica, novela, poesia e romance), que resultaram em obras inéditas para publicação ou divulgação pública. Em 2007, foram concedidas 10 bolsas, que possibilitaram a pesquisa e publicação de 17 edições. Em 2008, também foram concedidas 10 bolsas. Em 2009, foram distribuídas 20 bolsas, impulsionando a produção de textos literários inéditos.

Bolsas Funarte de Estímulo à Produção Crítica sobre Interfaces dos Conteúdos Artísticos e Culturas Populares – São destinadas a críticos, pesquisadores, artistas, professores, estudantes e outros profissionais das artes para desenvolverem trabalhos de reflexão crítica sobre atividades ou processos, artistas, grupos ou instituições, nos diversos segmentos que compõem as manifestações artísticas contemporâneas, onde possam ser identificados e reconhecidos diálogos ou referências concretas com expressões, artistas ou processos históricos da chamada cultura popular. Em 2008, foram concedidas cinco bolsas.

Bolsas Funarte de Estímulo à Produção Crítica sobre Conteúdos Artísticos em Mídias Digitais/Internet – São destinadas a críticos, pesquisadores, artistas, professores, estudantes e outros profissionais das artes para desenvolverem trabalhos de reflexão crítica sobre atividades ou processos, artistas, grupos ou instituições, nos diversos segmentos que compõem as manifestações artísticas contemporâneas, onde possam ser

identificados e reconhecidos diálogos, experiências, produtos ou referências concretas nas chamadas mídias digitais, de comunicação ou difusão por meio da internet. Em 2008, foram concedidas cinco bolsas. Em 2009, foram concedidas 15 bolsas, que propiciaram condições materiais para pesquisadores, teóricos, artistas e estudantes se dedicarem à produção de conhecimento crítico sobre a atual arte brasileira e sua relação com as tecnologias digitais. Em 2010, foram concedidas 60 bolsas, criando condições para que pesquisadores, teóricos e artistas criassem conteúdos para a web ou se dedicassem à produção de conhecimento sobre a arte e sua relação com as tecnologias digitais.

Bolsa de Produção Crítica sobre Culturas Populares e Tradicionais – Têm como objetivo promover trabalhos de reflexão sobre a cultura nacional. Em 2010, beneficiou 30 autores.

Bolsas de Criação Literária e Bolsas de Circulação Literária – Têm como objetivo estimular a criação literária e a distribuição das obras. Em 2010, foram concedidas 60 bolsas de criação literária e 50 de circulação.

Programa Microprojetos Mais Cultura – Lançado em 2009, tem como objetivo promover a diversidade cultural da região semiárida brasileira, por meio do financiamento de projetos de artistas, grupos artísticos independentes e produtores culturais da região. As iniciativas contempladas tiveram como beneficiários jovens entre 17 e 29 anos da região. Seis segmentos artísticos vêm sendo atendidos pelo programa: artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual e artes integradas. Sua realização foi possível através de parceria com a Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura do Ministério da Cultura, o Banco do Nordeste, o Instituto Nordeste Cidadania e as Secretarias de Cultura dos 11 Estados que compõem a região semiárida do país.

- *Microprojetos Mais Cultura Amazônia Legal* – A Fundação tem financiado projetos de artistas, grupos e produtores da região da Amazônia, com o objetivo de promover a diversidade cultural da região. Coordenado pela Funarte e pela Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, a ação atende os segmentos de artes visuais, artes cênicas, música, literatura, audiovisual, artes integradas, artesanato, cultura afro-brasileira, cultura popular, cultura indígena, design e moda. Cada proponente recebe de 1 a 35 salários mínimos para concretizar sua pro-

posta. Em 2010, o programa contemplou 903 projetos que beneficiam, prioritariamente, jovens da região com idade entre 17 e 29 anos.

Microprojetos Mais Cultura – Bacia do Rio São Francisco – Lançado em 2010, por meio de edital público, selecionou 1.050 projetos para fomentar e incentivar artistas, produtores, grupos, expressões e projetos artísticos e culturais, beneficiando jovens de 17 a 29 anos, em 504 municípios que compõem a Bacia do Rio São Francisco, nos estados da Bahia, Alagoas, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e no Distrito Federal.

Festivais – Em 2007, a Funarte apoiou a realização de 20 festivais nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, que atraíram 591 mil pessoas. Em 2008, foram apoiados 26 Festivais ou Mostras de artes cênicas e artes visuais, nas diversas regiões do país, que beneficiaram um público de 826,2 mil pessoas.

Cenografia – Em 2007, a Funarte financiou a participação de artistas brasileiros na *11ª Exibição Internacional de Cenografia e Arquitetura Cênica*, na República Tcheca.

Capacitação – Desde 2008, a Funarte, em parceria com as Secretarias de Cultura dos Estados, realiza a capacitação de artistas, técnicos, agentes, produtores e gestores nas áreas de artes cênicas, artes visuais e música, com recursos oriundos de dotações da Comissão de Educação do Congresso Nacional. Os objetivos foram estabelecer troca de saberes entre os diversos profissionais envolvidos, e formar multiplicadores desse aprendizado técnico. Desde então, já foram beneficiados 25.000 pessoas.

Edições de livros – A Funarte oferece ao público um catálogo de publicações diferenciado, com obras que difundem pesquisas, estudos, teses e conhecimentos técnicos das artes, suprindo uma lacuna deixada pelo mercado, com obras de baixo interesse comercial. A Fundação lança também títulos com o intuito de resgatar e difundir a história da arte brasileira nas áreas de artes plásticas e dramaturgia. Em 2009, a Funarte editou e lançou 24 livros que formam, em conjunto, um pequeno inventário da cultura brasileira. Os temas das publicações foram a vida e obra de grandes nomes do mundo das artes, além de manifestações culturais

como o choro, o maxixe, o carnaval, a história do teatro e do circo no Brasil, coletâneas de textos da crítica de arte, cadernos técnicos sobre cenotécnica, iluminação, arquitetura cênica e preservação fotográfica. Em 2010, a Funarte publicou três edições que contribuem para ampliar o conhecimento sobre artes no país, nas áreas da Iconografia Teatral, da história da música popular brasileira, e da fotografia, com o 7º volume da coleção *Cadernos Técnicos de Conservação Fotográfica*, que atende a uma demanda dos profissionais da fotografia, ao apresentar um estudo sobre montagem de fotografia em exposições. A Funarte oferece ao público um catálogo diferenciado, com obras que difundem pesquisas, estudos, teses e conhecimentos técnicos das artes. Além das edições publicadas, a Funarte adquiriu direitos de publicação de uma série de outros livros. Também foi formada uma comissão julgadora para selecionar cinco textos literários, previamente contemplados com a edição 2010 da *Bolsa Funarte de Criação Literária*.

Portal das Artes – Em 2009, foi lançado o site *Portal das Artes*, que integra todos os ambientes *on-line* da Funarte, com a proposta de ir além da simples cobertura institucional. Ao acessá-lo, o internauta pode realizar inscrições para participar dos projetos da Fundação, adquirir informações atualizadas no Mapa dos Teatros do Brasil e pesquisar a programação dos espaços culturais da instituição no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Brasília. Patrocinado pelas empresas Petrobras e Itaú Cultural, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o Portal também coloca ao alcance do público notícias culturais, livros para *download* e novos itens de acervo digitalizados. Em 2010, o Portal foi ampliado e passou a incluir a área do Brasil Memória das Artes, que disponibiliza itens digitalizados do acervo do Centro de Documentação da Funarte. Com patrocínio das empresas Petrobras, Itaú Cultural e Companhia Siderúrgica Nacional, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, o projeto permitiu que fotos, filmes, desenhos, publicações, partituras, arquivos sonoros e textos fossem higienizados, acondicionados, catalogados e, enfim, lançados na web. O conteúdo está contextualizado por textos e vídeos recentes, produzidos pela equipe do Portal.

Centro de Conservação e Preservação Fotográfica – Criado em 2009, é um setor da Fundação de caráter técnico, voltado para a recuperação e preservação de acervos fotográficos brasileiros públicos e

privados. Pioneiro na América do Sul, o Centro é hoje uma referência internacional nesse setor.

Centro de Documentação – Criado em 2009, reúne mais de um milhão de documentos sobre artes plásticas e gráficas, música, fotografia, teatro, dança, circo, ópera, cinema e vídeo. O acervo é público e está aberto para pesquisas sobre arte e cultura.

Manutenção de Espaços – Sempre preocupada em modernizar as instalações dos seus espaços culturais, a Funarte investe em grandes obras e projetos de manutenção. Em 2010, a instituição esteve voltada para a reforma de sua regional em Minas Gerais, que agora está preparada para receber mostras e espetáculos das mais diversas linguagens artísticas, e ganhou também uma Livraria, onde estarão disponíveis, para compra e pesquisa, as publicações da instituição. A Fundação devolveu ao público do Rio de Janeiro um de seus mais importantes teatros. Totalmente reformado, o Teatro Dulcina ganhou novo sistema de ar condicionado, modernos equipamentos de luz, camarins e poltronas mais confortáveis. Uma reforma completa foi realizada também na Casa Funarte Paschoal Carlos Magno, em Santa Teresa (RJ). Além da pintura da fachada e da troca de pisos, a climatização do Teatro Duse, que funciona no interior da Casa, recebeu especial atenção.

Discussão sobre Políticas para as Artes - A Funarte retomou uma importante tradição que havia se perdido ao longo das últimas décadas. A partir de sua criação nos anos 1970, a instituição promoveu ações que visavam a reflexão sobre as políticas para as artes em âmbito nacional, com o objetivo de contribuir para a inovação, a formulação e o aperfeiçoamento das ações de fomento à cultura. Em 2011, foi realizado o *Encontro Funarte de Políticas para as Artes*, que recuperou essa linha de atuação ao reunir, durante três dias, especialistas, estudiosos e interessados nas questões relativas à área das políticas públicas para as artes, com o objetivo de divulgar trabalhos e promover debates no campo das ações políticas, das reflexões históricas e teóricas. As discussões tiveram como pano de fundo cinco eixos temáticos: arte e tecnologia; fomento; artes e economia criativa; gestão de políticas culturais; arte e sustentabilidade.



ANEXO VII POLÍTICA NACIONAL DE CINEMA

DADOS SOBRE PRODUÇÃO CULTURAL E DISTRIBUIÇÃO

FILMES

Número de filmes de longa metragem nacionais produzidos por ano:

TABELA 1 – Nº DE LONGAS-METRAGENS BRASILEIROS POR ANO

Lançamentos Brasileiros	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	51	73	82	79	82	75

Fonte: Informe anual 2011 do OCA – Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual
Consideram-se filmes produzidos como aqueles lançados no ano.

Porcentagem de filmes de longa metragem co-produzidos:

TABELA 2 – COPRODUÇÕES BRASILEIRAS POR ANO

Ano	Coproduzidas	Não coproduzidas	Total	% de coproduções
2007	5	77	82	6,40%
2008	12	67	79	15,20%
2009	7	75	82	8,30%
2010	6	69	75	8,00%
Total	30	288	318	9,4%

Fonte: OCA – Relatórios

Porcentagem de sociedades de distribuição nacionais:

TABELA 3 – QUANTITATIVO DE DISTRIBUIDORAS BRASILEIRAS E ESTRANGEIRAS

	2007		2008		2009		2010	
Nacionais	7	15%	7	17%	4	8%	4	8%
Estrangeiras	41	85%	35	83%	48	92%	48	92%
Total	48	100%	42	100%	52	100%	52	100%

Fonte: Filme B (2007, 2008) e CCV/SAM (2009/2010)

Obs: Devido à variação das fontes, o número de majors é maior nos anos de 2007 e 2008 porque o filme B trata as empresas de forma separada. Já o número de empresas independentes/nacionais de fato variou ao longo dos anos, principalmente devido ao número de empresas que distribuem um ou dois filmes, sempre nacionais.

TABELA 4 - DISTRIBUIDORAS

Distribuidoras em atuação – por títulos exibidos e público (total e filmes nacionais)				
	Obras	%	Público	%
Sony/Disney (Columbia)	66	12,99%	30.546.024	22,73%
Paramount/Universal	30	5,91%	26.345.739	19,61%
Fox	32	6,30%	25.081.393	18,67%
Warner	26	5,12%	17.369.719	12,93%
Zazen	1	0,20%	11.023.475	8,20%
Paris (SM)	34	6,69%	8.938.884	6,65%
Playarte	35	6,89%	4.499.544	3,35%
Imagem (Wmix)	40	7,87%	4.317.114	3,21%
Europa (Cannes)	27	5,31%	2.097.174	1,56%
Califórnia (Antonio Fernandes)	16	3,15%	1.739.932	1,29%
Downtown (Freespirit)	10	1,97%	892.027	0,66%
Imovision (Tag Cultural/ Reserva Nacional)	54	10,63%	711.178	0,53%
Pandora (Providence)	32	6,30%	126.451	0,09%
Filmes da Mostra	13	2,56%	116.134	0,09%
Videofilmes	5	0,98%	89.087	0,07%
Espaço Filmes (Spectateur)	9	1,77%	80.560	0,06%
Accorde Audiovisuais	2	0,39%	70.764	0,05%
Raiz Filmes	5	0,98%	57.443	0,04%
Ab Filmes	4	0,79%	50.788	0,04%
Serendip	6	1,18%	39.226	0,03%
G7 Cinema	3	0,59%	36.138	0,03%
Filmes do Estação	7	1,38%	26.266	0,02%
Bras Filmes	1	0,20%	24.149	0,02%
Panda	4	0,79%	16.843	0,01%
Moviemobz (Rain)	10	1,97%	10.742	0,01%
Caliban	1	0,20%	9.572	0,01%
Imax (Cinearte Pompéia)	1	0,20%	8.601	0,01%
Ciclorama	1	0,20%	7.431	0,01%
Bonfilm	1	0,20%	4.703	0,00%
Polifilmes	5	0,98%	4.246	0,00%
Walper Ruas	1	0,20%	2.822	0,00%
Pipa	4	0,79%	2.679	0,00%
Riofilme	2	0,39%	2.666	0,00%

Distribuidoras em atuação – por títulos exibidos e público (total e filmes nacionais)				
M. Schmiedt Produções	1	0,20%	2.115	0,00%
Símio Filmes	1	0,20%	1.809	0,00%
Usina Digital	1	0,20%	1.805	0,00%
Santa Fé Filmes 1900	1	0,20%	1.661	0,00%
Moro Comunicação	1	0,20%	1.205	0,00%
Copacabana Filmes	1	0,20%	1.197	0,00%
Gávea Filmes (De Felippes)	1	0,20%	994	0,00%
Idéia Forte	1	0,20%	929	0,00%
T.A.O. Produções Artísticas	1	0,20%	879	0,00%
Vitrine Filmes*	2	0,20%	827	0,00%
Teia filmes	2	0,39%	818	0,00%
Filmes do Rio de Janeiro	1	0,20%	453	0,00%
Vega Filmes	1	0,20%	85	0,00%
Miração Filmes	1	0,20%	73	0,00%
Sereia Filmes	1	0,20%	73	0,00%
Casa Azul	1	0,20%	49	0,00%
Cinegrama	1	0,20%	34	0,00%
TV Zero Cinema	1	0,20%	ND	0,00%
Cinemascópio	1	0,20%	ND	0,00%
Total	508	100,00%	134.364.520	100,00%

*O valores totais e percentuais de público referem-se apenas ao filme "Terras". Fonte: Informe SAM 2010

Número de cinemas para 1 000 habitantes:

Segundo dados do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, em 2010, existiam 2.206 salas de exibição no país. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, o Brasil conta com 190.732.694 residentes. Portanto, há uma sala de exibição para cada 86 mil habitantes.

TABELA 5 - NÚMERO DE SALAS DE CINEMA POR ANO

Ano	Salas
2005	2.045
2006	2.095
2007	2.160
2008	2.278
2009	2.120
2010	2.206

PROGRAMAS DE RÁDIO E DE TV

Duração total de teledifusão anual por tipo de programa (em horas)

Horas de Programas Exibidos na TV Aberta por Categoria 2007 a 2009:

TABELA 6 – HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV ABERTA

	2007	2008	2009
Categoria	Horas	Horas	Horas
Total Educação	4057:21:00	3400:38:00	3207:57:00
Total Entretenimento	37087:05:00	40912:17:00	42207:57:00
Total Informação	9098:20:00	11264:13:00	11964:45:00
Total Publicidade	9023:27:00	9887:42:00	6944:06:00
Total Outros	11215:43:00	12463:48:00	12294:33:00
Total Geral	70481:56:00	77928:38:00	76619:18:00
Fora do Ar	4014:04:00	1127:22:00	2220:42:00
Tempo efetivo	74496:00:00	79056:00:00	78840:00:00

Fonte: OCA – Relatórios

Em 2010, houve uma alteração na metodologia para definição de tipos e categoria de programas, conforme tabela a seguir.

Horas de Programas Exibidos na TV Aberta por Categoria, em 2010:

TABELA 7 – HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV ABERTA EM 2010

2010		
Categoria	Tipo	Total
Obra/programa não Seriado(a)	Animação	141:28:00
	Documentário	517:30:00
	Ficção	3648:57:00
	Institucional	858:35:00
	Obra Audiovisual Jornalística	16:55:00
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	83:30:00
	Registro/transmissão de Evento Esportivo	1457:46:00
	Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	645:39:00

Categoria	Tipo	Total
Obra/programa Seriada(o)	Animação	3040:07:00
	Documentário	931:20:00
	Ficção	9531:20:00
	Institucional	3:20:00
	Obra Audiovisual Jornalística	5518:40:00
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	40014:15:00
	Programa Jornalístico	7183:38:00
	Reality Show	673:35:00
	Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	444:20:00
	Telecompras e Informerciais	5366:59:00
	Videoaula	1738:11:00
	Videomusical	3762:35:00
Total Geral		85578:40:00
Fora do ar		2021:20:00
Tempo Efetivo		87600:00:00

Fonte: OCA – Relatórios

TABELA 8 – HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV ABERTA POR TIPO DE PROGRAMA EM 2010

Categorias	Total
Animação	3181:35:00
Documentário	1448:50:00
Ficção	13180:17:00
Institucional	861:55:00
Obra Audiovisual Jornalística	12719:13:00
Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	40097:45:00
Registro/transmissão de Evento Esportivo	1457:46:00
Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	1089:59:00
Reality Show	673:35:00
Telecompras e Informerciais	5366:59:00
Videoaula	1738:11:00
Videomusical	3762:35:00
Total Geral	85578:40:00
Fora do ar	2021:20:00
Tempo Efetivo	87600:00:00

Percentual de Horas de Programas Exibidos na TV Aberta por Categoria, em 2010:

TABELA 9 – PERCENTUAL DE HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV ABERTA EM 2010

Categoria	Tipo	Total
Obra/ programa não Seriada(o)	Animação	0,2%
	Documentário	0,6%
	Ficção	4,3%
	Institucional	1,0%
	Obra Audiovisual Jornalística	0,0%
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	0,1%
	Registro/transmissão de Evento Esportivo	1,7%
	Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	0,8%
	Total	8,6%
Obra/ programa Seriada(o)	Animação	3,6%
	Documentário	1,1%
	Ficção	11,1%
	Institucional	0,0%
	Obra Audiovisual Jornalística	6,4%
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	46,8%
	Programa Jornalístico	8,4%
	Reality Show	0,8%
	Registro/transmissão de Evento Não Esportivo	0,5%
	Telecompras e Informerciais	6,3%
	Videoaula	2,0%
	Videomusical	4,4%
Total	91,4%	

Fonte: OCA – Relatórios

O monitoramento da programação de televisão por assinatura é realizado por amostragem dos canais, e as horas de programação se verificam na tabela abaixo.

Acompanhamento da programação de TV por assinatura, de 2007 a 2010:

TABELA 10 – HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV POR ASSINATURA

Ano	Quantidade de canais monitorados	Total de Horas	Programação Brasileira		Programação Estrangeira	
			Horas	%	Horas	%
2007	13	72918:26:48	1128:55:50	1,5%	71789:30:58	98,5%
2008	12	84762:00:00	8461:06:00	10,0%	76300:54:00	90,0%
2009	12	82846:06:00	5399:12:00	6,5%	77447:00:00	93,5%
2010	16	118969:28:50	9784:31:08	8,2%	109184:57:42	91,8%

Fonte: OCA – Relatórios

Em 2010, foi realizada uma pesquisa por categoria de obras audiovisuais para a TV por assinatura (15 canais selecionados):

TABELA 11 - HORAS DE PROGRAMAÇÃO NA TV ABERTA POR TIPO DE PROGRAMA EM 2010

Categoria	Total
Animação	2457:26:37
Documentário	2587:36:56
Ficção	109723:48:35
Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	876:00:29
Programa Jornalístico	110:05:00
Registro/transmissão de Evento Esportivo	112:20:41
Registro/transmissão de Evento não Esportivo	811:45:26
Videomusical	1169:25:06
Reality-Show	1121:00:00
Total Geral	118969:28:50

Fonte: OCA – Relatórios

TABELA 12 – PERCENTUAL DE TIPOS DE PROGRAMAÇÃO NA TV POR ASSINATURA EM 2010

135

Categoria	Tipo	Total	
Obra/ programa não Seriada(o)	Animação	1674:42:48	1,4%
	Documentário	1530:28:39	1,3%
	Ficção	88707:39:33	74,6%
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	78:31:45	0,1%
	Programa Jornalístico	78:00:00	0,1%
	Registro/transmissão de Evento Esportivo	3:30:00	0,0%
	Registro/transmissão de Evento não Esportivo	811:45:26	0,7%
	Videomusical	231:01:56	0,2%
Total		93115:40:07	78,3%
Obra/ programa Seriada(o)	Animação	782:43:49	0,7%
	Documentário	1057:08:17	0,9%
	Ficção	21016:09:02	17,7%
	Obra de Variedade Ancorada por Apresentador	797:28:44	0,7%
	Obra Jornalística	32:05:00	0,0%
	Reality-Show	1121:00:00	0,9%
	Registro/transmissão de Evento Esportivo	108:50:41	0,1%
	Videomusical	938:23:10	0,8%
Total		25853:48:43	21,7%

Fonte: OCA – Relatórios

Duração total de radiodifusão anual (TV e rádio) por tipo de produção de programas (nacional/estrangeira, em horas).

TABELA 13 – TOTAL DE HORAS DE RADIODIFUSÃO POR ANO E TIPO DE PROGRAMAÇÃO

	Origem	2007		2008		2009		2010	
		Horas	%	Horas	%	Horas	%	Horas	%
Programas (exceto filmes)	Nacionais	60774:29:00	91,1	65402:23:00	89,4	64078:54:00	89,2	72116:36:00	88,2
	Estrangeiros	5943:23:00	8,9	7779:44:00	10,6	7747:43:00	10,8	9628:19:00	11,8
	Total	66717:52:00	100	73182:07:00	100	71826:37:00	100	81744:55:00	100
Filmes (exceto curtas e médias metragens)	Nacionais	494:58:00	14,8	601:38:00	14,1	585:55:00	13,1	518:02:00	13,5
	Estrangeiros	2839:07:00	85,2	3657:13:00	85,9	3903:21:00	86,9	3315:43:00	86,5
	Total	3334:05:00	100	4258:51:00	100	4489:16:00	100	3833:45:00	100

Fonte: OCA – Relatórios

TV aberta:

TABELA 14 – QUANTITATIVO DE OBRAS POR NACIONALIDADE NA TV ABERTA EM 2010

Obras nacionais e estrangeiras veiculadas na TV aberta - 2010		
	Número	%
Brasileiras	1.199	39,30%
Estrangeiras	1.850	60,70%
Total	3.049	100%

Fonte: OCA – Relatórios

TV por assinatura:

TABELA 15 – QUANTITATIVO DE OBRAS POR NACIONALIDADE NA TV ABERTA EM 2010

Obras nacionais e estrangeiras veiculadas na TV aberta - 2010		
	Número	%
Brasileiras	1.482	18,31%
Estrangeiras	6.613	81,69%
Total	8.095	100,00%

Fonte: OCA – Relatórios

CONSUMO CULTURAL/PARTICIPAÇÃO

Entradas de cinema para 1 000 habitantes.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 o Brasil conta com 190.732.694 residentes. Portanto há 754 bilhetes de cinema vendidos para cada mil habitantes.

TABELA 16 – BILHETERIA DE CINEMA POR ANO

	Total	Brasileiros	Estrangeiros
2005	89.761.095	10.744.280	79.016.815
2006	90.283.635	9.932.474	80.351.161
2007	89.319.290	10.310.965	79.008.325
2008	89.960.164	9.143.052	80.817.112
2009	112.683.201	16.092.300	96.590.901
2010	134.836.600	25.687.247	109.149.353
2011	143.886.208	17.869.385	126.016.823

Fonte: OCA – Relatórios

137

CONECTIVIDADE, INFRA-ESTRUTURA, ACESSO

% de sociedades públicas de rádio e televisão

Não possuímos dados sobre o percentual de sociedades públicas de televisão, apesar de ser possível ter uma ideia aproximada em função da verificação dos dados da Radiobras e sabendo-se que parte das redes independentes também são públicas:

TABELA 17 – QUANTITATIVO DE EMISSORAS DE TV POR UF

UF	Ministérios das Comunicações - Emissoras de Televisão					
	TV Comercial			TV Educativa		
	Total	Fase C	Total Geral	Total	Fase C	Total Geral
AC	4		4	1		1
AL	3	1	4	2		2
AM	6		6	1		1
AP	4		4	1		1
BA	12		12	4		4

UF	Ministério das Comunicações - Emissoras de Televisão					
	TV Comercial			TV Educativa		
	Total	Fase C	Total Geral	Total	Fase C	Total Geral
CE	7	1	8	8	1	9
DF	10		10	2		2
ES	7	1	8	7		7
GO	14		14	7		7
MA	10		10	3		3
MG	23	1	24	50	8	58
MS	8	2	10	3		3
MT	8		8	3		3
PA	8		8	2		2
PB	7		7	3		3
PE	9		9	5		5
PI	7		7	3		3
PR	28		28	16	1	17
RJ	13		13	7		7
RN	5		5	3		3
RO	7		7			0
RR	2		2			0
RS	22	1	23	8	1	9
SC	17		17	10		10
SE	3		3	2		2
SP	40		40	36	2	38
TO	4		4	1		1
Brasil	288	7	295	188	13	201
Total - emissoras outorgadas com decreto legislativo						
Fase C - processo em tramitação no Congresso Nacional aguardando decreto legislativo						
As outorgas e consignações para entidades federais - TV Câmara, Senado Justiça e EBC, estão contidas nas TVs Educativas						
Fonte: ANATEL, Sistema de Controle de Radiodifusão (SRD) janeiro de 2011						

Fonte: Radiodifusão - Uma Abordagem Numérica (página 49)

AS EMISSORAS E SUAS REDES:

TABELA 18 – EMISSORAS E REDES DE TV

Rede	Própria	Afiliada	Retransmissoras	Total
Globo	15	79	2894	2988
SBT	8	42	1477	1527
Bandeirantes	9	20	1139	1168
Record	5	25	746	776
TV Omega (Rede TV!)	5	10	157	172
Padre Anchieta	1	13	457	471
Radiobras	3	5	159	167
Rádio e Televisão OM Ltda.	2	2	182	186
Rede 21	1	2	14	17
Canção Nova	2	0	272	274
Rede Mulher	1	1	496	498
Abril	1	0	69	70
Canal Brasileiro (Joven Pan)	1	0	78	79
Rede Família	1	0	18	19
Vida	1	0	473	474
Rede Boas Novas	0	1	21	22
Independente (sem vínculo)	45	0	485	530
Total	101	200	9.137	9.438

Fonte: Elaborado a partir dos dados da ANATEL Sistema de Controle de Radiodifusão – SRD em janeiro de 2011 (<http://sistemas.anatel.gov.br/srd/Telalistagem.asp?PagSRD=/SRD/Relatorios/TV/Tela.asp&op=5&SISQModulo=6293>) e sites das emissoras

TABELA 19 – REDES DE TV POR VÍNCULO

Rede	Própria	%	Afiliada	%	Retransmissoras	%	Total	%
Radiobras	3	3,0%	5	2,5%	159	1,7%	167	1,8%
Independente (sem vínculo)	45	44,6%	0	0,0%	485	5,3%	530	5,6%
Total	101	100%	200	100%	9.137	100%	9.438	100%

Fonte: OCA – Relatórios

ANEXO VII b ANCINE

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ingressos Totais	90.865.988	102.958.314	144.733.498	89.761.095	90.283.635	89.319.290	89.960.164	112.683.201	134.836.600	143.886.208
Renda Total (R\$)	529.558.406	647.590.276	766.939.146	644.145.666	694.965.217	712.623.707	729.522.782	969.782.850	1.260.372.943	1.437.801.236
Ingressos Filmes Brasileiros	7.299.790	22.055.249	16.410.957	10.744.280	9.932.474	10.310.965	9.143.052	16.092.300	25.687.247	17.869.385
Renda Filmes Brasileiros (R\$)	40.360.345	134.087.505	110.144.572	73.854.761	73.725.826	79.095.892	70.244.803	131.955.388	225.957.181	163.270.076
Ingressos Filmes Estrangeiros	83.566.198	80.903.065	98.322.541	79.016.815	80.351.161	79.005.325	80.817.112	96.590.901	109.149.353	126.016.823
Renda Filmes Estrangeiros (R\$)	489.198.061	513.502.771	656.794.574	570.290.905	621.239.391	633.527.815	659.277.979	837.847.462	1.034.415.762	1.274.531.160
PMI Total	5,83	6,29	6,68	7,18	7,70	7,98	8,11	8,61	9,35	9,99

Participação de Filmes Brasileiros (Ingressos)	8,03%	21,42%	14,30%	11,97%	11,00%	11,54%	10,16%	14,28%	19,05%	12,42%
--	-------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------	--------

Lançamentos Brasileiros	30	30	51	51	73	82	79	82	75	99
Lançamentos Estrangeiros	167	195	251	227	264	254	244	235	228	240



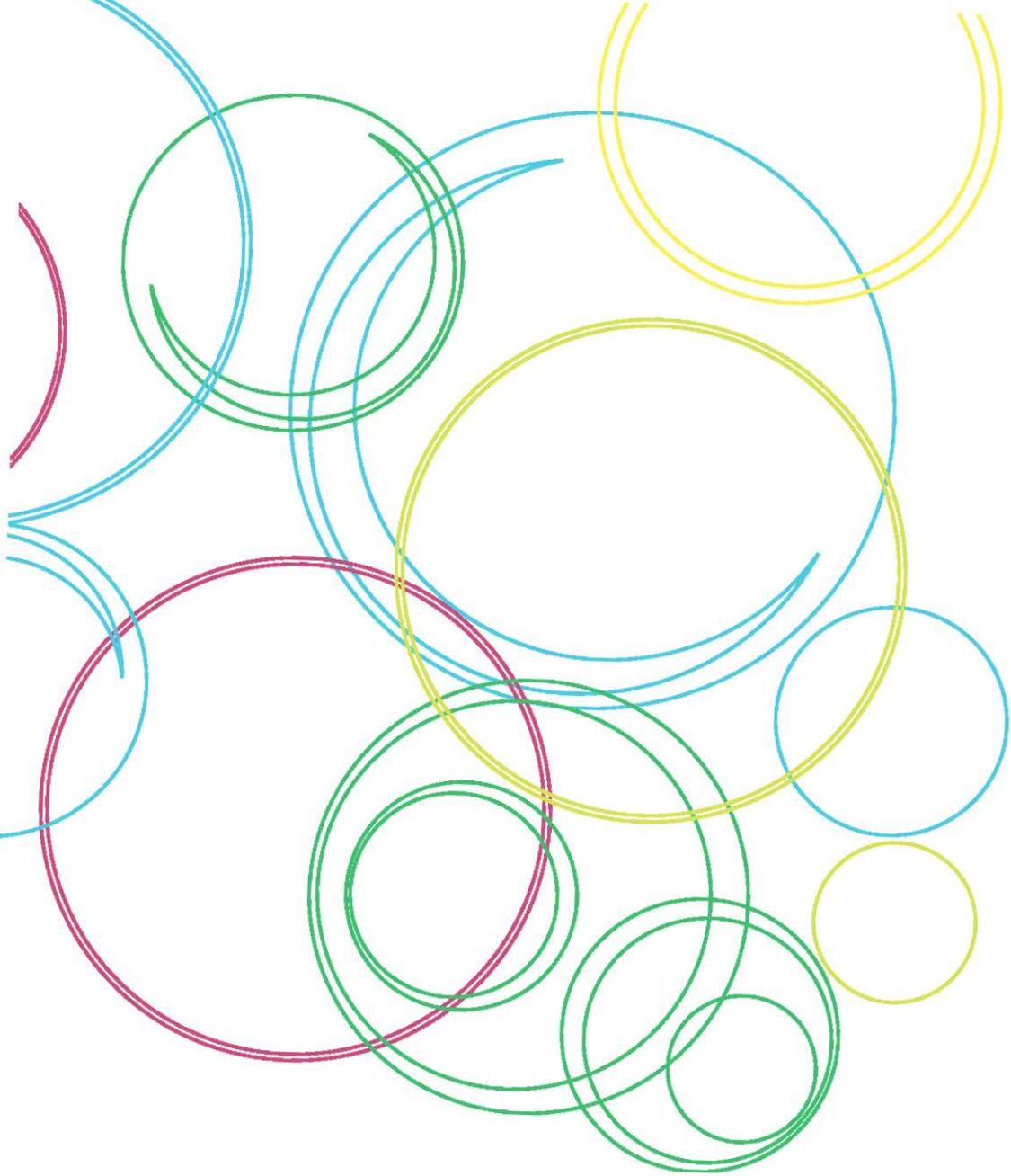
ANEXO VIII PROGRAMA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Na tabela 1 pode-se observar o resultado das ações desenvolvidas nas comunidades quilombolas, no período de 2007 a 2010, com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento a partir de mecanismos que garantam a autosustentabilidade das comunidades envolvidas.

TABELA 1- AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FCP NAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS – 2007-2010

Ano	Comunidade Atendida	Pessoa Capacitada	Comunidade assistida	Bem preservado	Total
2007	378	-	261	235	874
2008	13	-	2	37	52
2009	20	-	3	7	30
2010*	50	90	21	7	168
Total	461	90	287	286	1.124

Fonte: Avaliação SIGPLAN 2007 a 2010





ANEXO IX COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

A) COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O AUDIOVISUAL

Acordos bilaterais assinados na área do Audiovisual:

ALEMANHA

Acordo de Co-Produção Cinematográfica Brasil-Alemanha - 17/fev/2005
Decreto Presidencial Nº 6.375, de 19/fev/2008

ARGENTINA

Acordo de Co-Produção Brasil-Argentina - 18/abr/1988
Decreto Nº 3.054, de 07/mai/1999

CANADÁ

Acordo de Co-Produção Brasil-Canadá - 27/jan/1995
Decreto Nº 2.976, de 01/mar/1999

CHILE

Ajuste complementar no âmbito da Cooperação e da Co-Produção Cinematográfica Brasil-Chile - 25/mar/1996

ESPANHA

Acordo de Co-Produção Brasil-Espanha - 02/dez/1963

FRANÇA

Acordo de Co-produção Brasil-França - Agosto de 2010

ÍNDIA

Acordo de Co-produção Audiovisual Brasil-Índia - 04/jun/2007
Decreto Nº 7.597, de 1º/nov/2011

ITÁLIA

Acordo de Co-Produção Brasil-Itália - 09/nov/1970 e troca de notas.
Decreto Nº 74.291, de 16/jul/1974.

PORTUGAL

Acordo de Co-Produção Brasil-Portugal - 03/fev/1981

Decreto Nº 91.332, de 14/jun/1985

VENEZUELA

Acordo de Co-Produção Brasil-Venezuela - 17/mai/1988

Decreto Nº 99.264, de 25/mai/1990

Acordos multilaterais de Audiovisual assinados pelo Brasil:

- » Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana
- » Acordo para Criação do Mercado Comum Cinematográfico Latino-Americano
- » Acordo Latino-Americano de Co-Produção Cinematográfica
- » Protocolos de Cooperação assinados entre a ANCINE e órgãos cinematográficos de outros Países:
 - » Protocolo de Cooperação com o INCAA - Argentina
 - » Protocolo de Cooperação com o Consórcio Audiovisual da Galícia
 - » Protocolo de Cooperação com o ICAU - Uruguai
 - » Protocolo Luso-Brasileiro de Co-Produção Cinematográfica

Estímulo à co-produção internacional:

Acordos de co-produção assinados:

Entre 2007 e 2010, foram assinados quatro acordos bilaterais: Índia (2007), Itália (2008), Israel (2009) e França (2010), sendo que o acordo com Israel e a atualização do acordo com a Itália não se encontram ainda em vigor. Eles se somam aos acordos já existentes com Argentina, Alemanha, Canadá, Chile, Espanha, Itália, Portugal e Venezuela.

No âmbito multilateral, o único acordo voltado para co-produção ainda em vigor, é o Acordo Latino-Americano.

Programas de fomento direto:

Edital de Co-produção Luso-Brasileiro: está respaldado no Acordo de Co-produção Cinematográfica entre os Governos do Brasil e de Portugal, assinado em 03 de fevereiro de 1981 (Decreto nº 91.332, de 14/06/1985) e no Protocolo celebrado entre o Instituto de Cinema e do Audiovisual, ICA, e a ANCINE, em 17/07/2007.

DESEMPENHO DOS FILMES QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROTOCOLO LUSO-BRASILEIRO – APOIOS BRASIL (MAJORITÁRIOS PORTUGAL)

Nome do projeto	Produtora BR	UF	Produtora PT	Valor Concedido (R\$) (3)	Ano apoio	Espectadores em Portugal (2)	Espectadores no Brasil (1)
A Arte de Roubar (ex-Naturezas Mortas)	CCFBR Produções Audiovisuais	SP	Stoptine Filmes	266.225,50	2006	1.377	-
Call Girl	Lagoa Cultural e Esportiva	RJ	MGN	298.940,00	2006	232.581	-
Entre os Dedos	Plateau Produções	SP	Clap Filmes	312.000,00	2007	3.903	624
América	Dezenove Som e Imagens	SP	FF Filmes Fundo/UKBAR	295.128,00	2007	-	-
Duas Mulheres	Taiga Filmes e Vídeo	RJ	Costa do Castelo	316.500,00	2008	3.176	147
O Último Voo do Flamingo	Videofilmes	RJ	Fado Filmes	316.500,00	2008	2.705	-
O Grande Kilapy	Raiz Produções Cinematográficas	SP	David e Golias	256.500,00	2009	-	-
José & Pilar (ex-União Ibérica)	02 Filmes	SP	Jumpcut	256.500,00	2009	20.352	36.618
Tabu (ex-Aurora)	Gullane Entretenimento S/A	SP	O Som e a Fúria Produção	345.000,00	2010	-	-
Operação Zebra	IOIO Produções Cinematográficas	SP	Curtas e Longas Produções	345.000,00	2010	-	-

(01) Fonte – Tabela OCA – Projetos de Co-Produção Internacional Concluídos por Ano de Finalização com Renda e Público

(02) Fonte – Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA, I.P.)

(03) A conversão dos valores para reais (R\$) pode variar de acordo com a data de liberação dos recursos. Dados de março de 2011

DESEMPENHO DOS FILMES QUE RECEBERAM RECURSOS DO PROTOCOLO LUSO-BRASILEIRO – APOIOS PORTUGAL (MAJORITYS BRASIL)

Nome do projeto	Produtora PT	Produtora BR	UF	Ano Apoio	Espectadores em Portugal (2)	Espectadores no Brasil (1)
A Primeira Missa (3)	Utopia Azul	Crystal Cinematográfica LTDA	RJ	2006	-	-
Entre a Dor e o Nada (4)	Filmes do Tejo II	Meios de Produção e Comunicação LTDA	RJ	2006	-	-
Budapeste	Stopleveline Films	Nexus Cinema e Vídeo LTDA	SP	2007	Exibição em curso (1ª semana 1.493)	97.542
No Meu Lugar (ex-Vórtice)	Fado Filmes	Videofilmes Produções Artística LTDA	RJ	2007	-	5.227
As Doze Estrelas	Filmes Liberdade	Lapfilme Produções Cinematográficas LTDA	SP	2008	-	-
Capitães da Areia	MGN Filmes	Lagoa Cultural e Esportiva LTDA	RJ	2008	-	-
Samba que Mora em Mim (ex-Cresci na Mangueira)	Filmes do Tejo II	Bossa Nova Films Criações e Produções LTDA	SP	2009	-	810
Quase Memória	David & Gollias	J.Sanz Produção Audiovisual LTDA	RJ	2009	-	-
A Montanha	Stopleveline Films	Tres Mundos Cine Y Vídeo LTDA/Primo Filmes LTDA	RJ/SP	2010	-	-
O País do Desejo	Fado Filmes	Bananeira Filmes LTDA		2010	-	-

(1) Fonte – SADIS, Filme B

(2) Fonte – Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA, I.P.)

(3) Projeto Cancelado

(4) Produtora nacional renunciou ao direito ao apoio
Dados de março de 2011

Programa de fomento direto Brasil-Galícia: seguindo o exemplo do Protocolo Luso-Brasileiro, foi firmada, em 21 de setembro de 2007, uma parceria com a região da Galícia, na Espanha, por meio de Protocolo de Colaboração entre a ANCINE e o Consórcio Audiovisual da Galícia. O objetivo deste mecanismo de fomento é ampliar a atuação das empresas produtoras nacionais no mercado internacional e favorecer o intercâmbio cultural e econômico entre os signatários.

DADOS DOS PROJETOS APOIADOS PELO PROGRAMA DE FOMENTO DIRETO BRASIL-GALÍCIA

Apoiados pela ANCINE					
Edital	Empresa Brasileira	UF	Empresa Galega	Valor do apoio (R\$)	Título do Filme
2008	CCF BR Produções Audiovisuais LTDA	SP	Continental Producciones, S.L.	300.000,00	O sexo dos anjos
2009	Bossa Nova Films Criações e Produções LTDA	SP	Keltia Produccions, S.L.	100.000,00	Brasil somos nós
Apoiados pelo Consórcio Audiovisual da Galícia					
Edital	Empresa Brasileira	UF	Empresa Galega	Valor do apoio (R\$)	Título do Filme
2008	Meios de Produção e Comunicação LTDA (MPC & Associados)	RJ	Ficción Producciones, S.L.	120.000,00	Entre a dor e o nada
2009	Pulsar Produções Artísticas e Culturais LTDA.	RJ	Filmanova Invest, S.A.	120.000,00	Onde está a felicidade
2009	Bossa Nova Films Criações e Produções LTDA.	SP	Keltia Produccions S.L.	40.000,00	Brasil somos nós

Programa de Cooperação Brasil-Itália: foi assinado em 27 de novembro de 2009, o Protocolo de Cooperação entre o Ministério de Bens e Atividades Culturais – Direção Geral do Cinema, da Itália, e a Agência Nacional do Cinema, do Brasil. Com base neste Protocolo, foi iniciado em 2010 um programa de cooperação bilateral entre a Agência Nacional do Cinema (Brasil), a Direzione Generale per il Cinema (Itália) e a Fundação Centro Experimental de Cinematografia (Itália), para beneficiar o desenvolvimento de projetos de obras cinematográficas de longa-metragem, do tipo ficção, com potencialidade para serem coproduzidos, e a produção de projetos de obra cinematográfica de curta-metragem, do tipo ficção, com temática referente às relações entre o Brasil e a Itália.

VALORES CONCEDIDOS – EDITAL DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO BRASIL-ITÁLIA 2010

Itens de Premiação e Apoio	Valor do apoio (euro)	Valor do apoio (reais)*
Linha A – Premiação curta-metragem	5.000,00	11.168,00
Linha B – Apoios laboratório autor iniciante	8.000,00	17.868,80
Linha B – Premiação autor iniciante	25.000,00	56.340,00
Linha C – Premiação autor não iniciante	50.000,00	112.680,00
Valor total concedido	€ 88.000,00	R\$198.056,80

*Os valores de câmbio podem variar conforme a data de empenho.

Encontros de produtores:

Realizados no período 2008-2011 (com apresentação de projetos):

Multilaterais:

- » 1º Encontro de Produtores do MERCOSUL: 21 e 22 de abril de 2008, em Buenos Aires;
- » 2º Encontro de Produtores do MERCOSUL: 28 e 29 de setembro de 2008, no Rio de Janeiro.

Bilaterais:

- » Brasil-Alemanha: 06 de fevereiro de 2009, em Berlim;
- » Brasil-Galícia: 13 a 14 de junho de 2008, em La Coruña;
- » Brasil-Galícia: 13 a 16 de março de 2009, em Salvador;
- » Brasil-Espanha: 13 e 14 de novembro de 2008, em Madri;
- » Brasil-Espanha: 25 e 26 de novembro de 2010, em São Paulo;
- » Brasil-França: 20 de junho de 2009, em São Paulo;
- » Brasil-França: 04 de junho de 2010, no Rio de Janeiro;
- » Brasil-França: 13 de maio de 2011, em Cannes.

Programa de apoio à participação de filmes brasileiros em festivais internacionais

A seguir um histórico dos recursos concedidos até 2010:

Programa de Apoio – Ações realizadas						
Ano	Curtas	Médias	Longas	Envios	Passagens	Festivais
2006	22	-	25	31	47	25
2007	30	-	41	47	74	34
2008	30	-	44	63	73	32
2009	13	18	32	62	72	34
2010	28	07	40	71	96	44

Entre os filmes apoiados por este Programa destacam-se alguns dos ganhadores de importantes premiações em festivais internacionais, tais como:

- » No Festival de Berlim 2008 apoiamos o ganhador do Urso de Ouro, Tropa de Elite, além dos curtas-metragem Café com Leite e Tá, premiados em mostras específicas;
- » No Festival de Cannes 2008, o curta-metragem Muro ganhou o Prêmio “Regard Neuf” na seção Quinzena dos Realizadores;
- » No Festival de Havana 2009, destaca-se o longa-metragem Viajo Porque Preciso, Volto Porque Te Amo, ganhador de três prêmios, incluindo o da Federação Internacional de Críticos de Cinema – FIPRESCI;
- » Ainda em 2009, dois curtas-metragem brasileiros ganharam o troféu das suas categorias nos festivais de Toulouse – Atlântico, e Cartagena – Pelo ouvido;
- » Em 2010, o Festival de Biarritz premiou os filmes brasileiros: Diário de uma busca (melhor documentário), Sonhos roubados (interpretação feminina) e 5X Favela, Agora por Nós Mesmos (melhor filme do júri popular);
- » No Festival de Santa Maria da Feira 2010, o longa-metragem Os inquilinos foi o grande ganhador, com os títulos de Melhor filme, Melhor filme pelo júri popular, Melhor ator (Marat Descartes) e Melhor atriz (Ana Carbatti).

Representação do Brasil em organismos internacionais do setor audiovisual:

CACI: Conferência de Autoridades Cinematográficas da Iberoamérica. Um dos programas que a CACI mantém é o DOCTV IB, que nasceu da ampliação do Programa DOCTV, realizado no Brasil pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura em conjunto com a Rede Pública de Televisão. Seguindo o exemplo do programa brasileiro, este visa implantar um vasto programa de fomento ao documentário iberoamericano, envolvendo produtores e realizadores independentes, órgãos governamentais e emissoras públicas de televisão nos países participantes.

Programa DocTV IB: O aporte da ANCINE ao Fundo DOCTV IB visa a contribuir financeiramente para a produção de documentários em todos os países participantes do Fundo, incentivando o intercâmbio cultural entre os povos e a formação de mercados voltados para o documentário ibero-americano.

150

Em novembro de 2011, o governo brasileiro promoveu o Seminário Internacional “Políticas Públicas de Financiamento do Audiovisual”, que reuniu membros do setor audiovisual e os principais dirigentes dos institutos nacionais de cinema e audiovisual, de países integrantes da CACI. No primeiro evento desse porte, realizado no âmbito da CACI, os participantes puderam compartilhar análises e resultados obtidos por meio dos diversos modelos de políticas de financiamento apresentados pelos palestrantes

Programa Ibermedia: a ANCINE é a instituição brasileira responsável por efetuar a contribuição anual ao Fundo Ibero-Americano de Ajuda IBERMEDIA. Abaixo, o histórico de apoio financeiro a projetos brasileiros:

CONTRIBUIÇÕES BRASILEIRAS AO PROGRAMA IBERMEDIA

Ano	Projetos habilitados	Projetos selecionados	Apoio financeiro a projetos brasileiros (US\$)
2006	29	17	495.783,00
2007	27	16	746.909,00
2008	21	14	723.660,00
2009	12	12	599.064,00
2010	17	13	572.098,00

MERCOSUL - RECAM: Reunião Especializada de Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL. A ANCINE contribui anualmente para a manutenção da RECAM

Avaliação e Indicadores da Política:

Indicadores que medem a efetividade das ações da ANCINE para a circulação do produto audiovisual brasileiro no mercado externo são bastante exíguos. O número de premiações e citações na imprensa especializada estrangeira permitem medir, com um grau de acurácia (accuracy) relativo, a aceitação da cinematografia brasileira no exterior. A aceitação dos programas, por parte dos realizadores, é outro bom indicador. Os resultados de espectadores de obras audiovisuais em coprodução também permitem atestar se tais políticas estão resultando na ampliação esperada de público, para obras que, teoricamente, compartilhariam valores culturais pertinentes aos países envolvidos. Interessante ressaltar o número de acordos internacionais que foram assinados nos últimos anos, revelando um interesse cada vez maior pela cooperação na área, sobretudo com o Brasil, não afetado por crises econômicas recentes e com potencial de financiamento e de mercado de exibição cada vez mais pujantes.

151

B) BALANÇO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL BRASILEIRA NO PERÍODO 2008-2011:

Por meio das ações implementadas nesse período, foi possível aumentar consideravelmente os laços de cooperação entre o Brasil e seus parceiros – tendo as parcerias, também, sido diversificadas, com ênfase nas parcerias Sul-Sul.

Essas ações de cooperação permitiram, especialmente, um avanço na promoção do acesso à cultura, e na valorização da memória social e da diversidade cultural da região do MERCOSUL. Cabe ressaltar, como exemplo, a promoção do intercâmbio técnico e artístico, e as atividades desenvolvidas no âmbito da Reunião Especializada das Autoridades Cinematográficas e Audiovisuais do MERCOSUL (RECAM).

No espaço Ibero-Americano, tem-se logrado a superação de entraves comuns para o acesso à diversidade e o fortalecimento das iden-

tidades culturais de cada país. A adesão do Brasil aos programas multilaterais criados no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB) com o apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) – Iberescena, Iberorquestras, Iberutas, Ibermedia, Ibermúsicas, Ibermuseus e DOCTV Ibero-América (recentemente convertido em DOCTV América Latina) – foi importante para o fortalecimento dessas iniciativas, que têm gerado importantes resultados, como o intercâmbio de artistas e a viabilização de integração entre diferentes setores culturais dos Estados ibero-americanos.

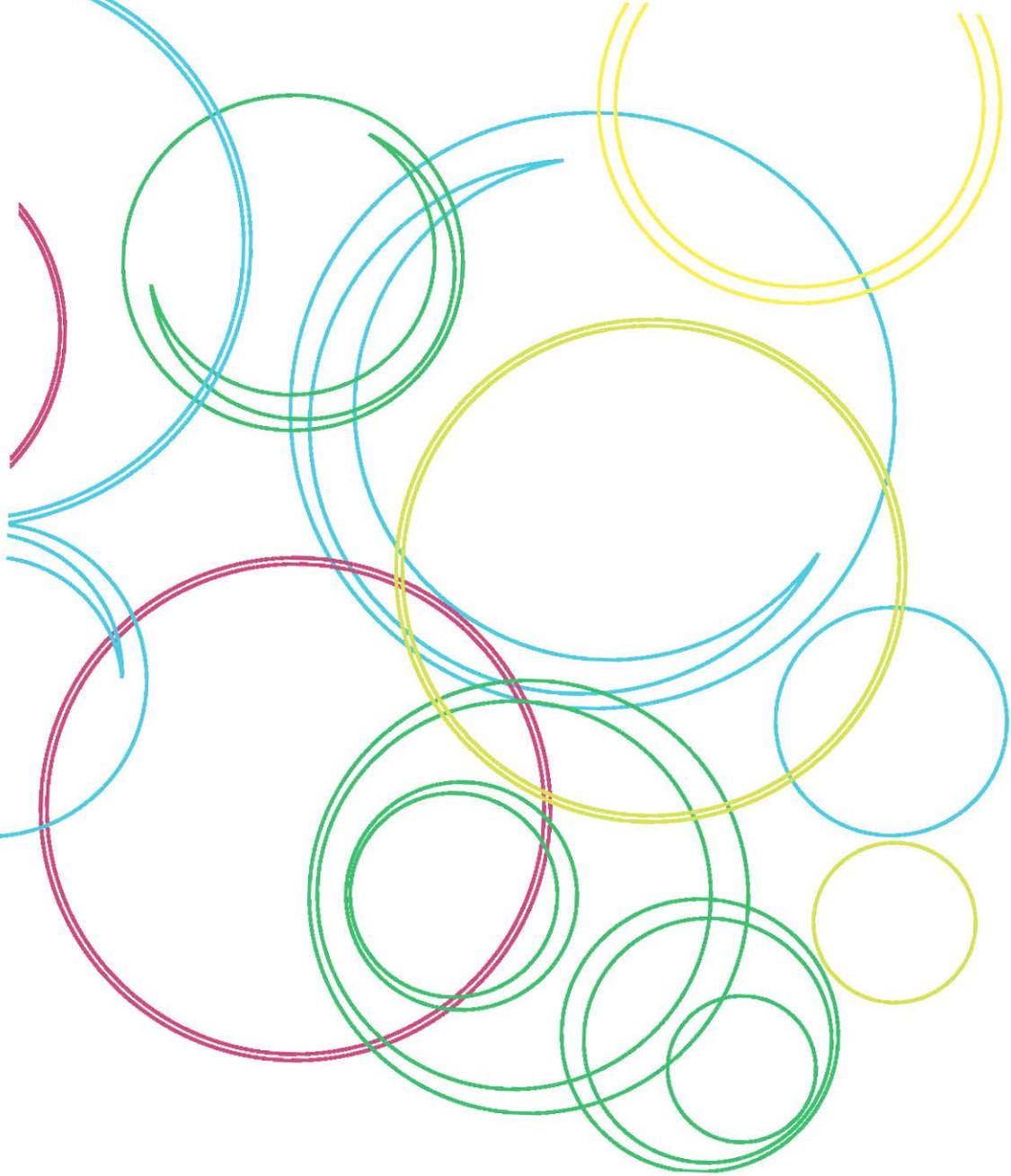
No contexto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), conseguiu-se estabelecer ação integrada em prol do fortalecimento da Língua Portuguesa e das manifestações culturais lusófonas, com iniciativas como o DOCTV CPLP, cuja primeira edição obteve repercussão internacional em 2010, devido à reprodução ampla dos documentários produzidos por equipes dos países integrantes do bloco. Por meio de instrumentos de apoio e fomento voltados para a sociedade civil, como editais de intercâmbio, chamadas públicas para celebração de convênios e termos de parceria, o Brasil possibilitou a participação de indivíduos e grupos, no exterior, em eventos ou cursos de formação na área cultural.

A assinatura de diversos acordos bilaterais pelo Brasil tem sido fundamental na aproximação da cultura brasileira com a de outros países. Entre os desdobramentos estão a criação e a realização de reuniões das Comissões Mistas Culturais, por meio das quais são propostas políticas públicas voltadas para o intercâmbio cultural, o que aumenta o acesso dos bens e serviços culturais brasileiros aos mercados estrangeiros e vice-versa. Entre 2007 e 2011, foram assinados 32 desses instrumentos bilaterais, sendo a maioria com países em desenvolvimento.

No que se refere às atividades artísticas levadas a cabo no âmbito das Embaixadas, Consulados e Delegações brasileiras no exterior, sua realização tem promovido a diversidade das manifestações culturais do Brasil e divulgado novos talentos. Ressalte-se que o número de artistas beneficiados foi ampliado e o trabalho de artistas de pouca visibilidade foi estimulado, o que contribuiu para a difusão da produção artística nacional contemporânea e para a divulgação de aspectos menos conhecidos da diversidade cultural brasileira no exterior.

Note-se que essas ações de promoção cultural implementadas pelo Brasil contribuíram, também, para a disseminação do Programa

Cultura Viva, permitindo o reconhecimento e o interesse por parte de alguns países em implantar o modelo dos Pontos de Cultura, com o objetivo de potencializar a diversidade cultural brasileira concentrada nas comunidades que vivem no exterior, tornando possível que as políticas públicas voltadas para a cultura atendam não apenas os residentes nacionais, mas que sejam usufruídas pelos brasileiros domiciliados em outros países.





ANEXO X SENSIBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

A participação dos cidadãos nas decisões de governo tem sido, desde 2003, um dos pilares da política cultural do Estado brasileiro, expressa, entre outras iniciativas, na realização da Conferência Nacional de Cultura (CNC), na institucionalização do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), na elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC) e nas consultas à sociedade em geral sobre propostas de regulação da vida cultural, particularmente os projetos de leis de incentivo à cultura e de proteção dos direitos autorais.

As conferências, realizadas em 2005 e 2010, foram antecedidas de encontros municipais, estaduais e setoriais, que elegeram delegações para a etapa nacional. A primeira CNC mobilizou cerca de 60.000 pessoas e a segunda contou com aproximadamente 226.000 participantes. Ambos os eventos discutiram exaustivamente a política cultural desde o nível local, passando pelo estadual até o nacional, chegando, ao final, a uma lista de prioridades votadas em grandes reuniões plenárias. Além dos delegados que vieram dos estados e municípios, fizeram-se representar os seguintes setores: arquitetura, arquivos, arte digital, arte visual, artesanato, audiovisual, circo, cultura afro-brasileira, culturas indígenas, culturas populares, dança, design, livro, leitura e literatura, moda, museus, música, patrimônio imaterial, patrimônio material e teatro. Na segunda CNC os encontros setoriais indicaram representantes para o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC)

O CNPC foi instituído por Decreto Presidencial em 2005, mas efetivamente instalado em 2007. É um órgão colegiado integrante da estrutura administrativa do Ministério da Cultura, composto por 59 membros, sendo 19 representantes do Poder Público Federal, 4 representantes do Poder Público dos Estados e do Distrito Federal, 4 representantes do Poder Público Municipal, 20 representantes das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, 8 representantes de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos, e 3 personalidades com comprovado saber na área cultural, indicados pelo Ministro da Cultura. Além desses, há um representante das entidades ou organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de inclusão social por intermédio da cultura.

Os treze representantes dos segmentos técnico-artísticos e os sete da área do patrimônio cultural são indicados pelos membros da sociedade civil, organizados em Colegiados Setoriais, instâncias que também integram o CNPC. Os Colegiados Setoriais discutem e seus representantes submetem ao plenário do Conselho as diretrizes, políticas e estratégias dos respectivos segmentos. Atualmente existem os Colegiados de Circo, Dança, Teatro, Artes Visuais, Literatura, Livro e Leitura, Moda, Culturas Indígenas, Cultura Popular e Música (que indica 2 representantes para o Conselho, sendo 1 da música popular e 1 da música erudita). Em 2011 foram criados os Grupos de Trabalho que discutiram as regras de instalação, em 2012, de mais 10 colegiados setoriais, que se somarão aos 9 já existentes e que constituirão, junto com o plenário, uma sólida estrutura de participação e representação dos segmentos técnico-artísticos e do patrimônio cultural brasileiros.

A principal atribuição do CNPC é a de formular “políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional” (art. 5º do Decreto 5520). A pauta do Conselho tem sido ocupada pela discussão de temas relevantes para a cultura brasileira. Em 2011, por exemplo, foram discutidas as diretrizes e metas do Plano Plurianual de Governo, que tem validade para quatro anos; as propostas de revisão das leis de direito autoral e de incentivo à cultura; as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para 2011 e 2012; as interfaces entre o Plano Nacional de Educação e o Plano Nacional de Cultura (PNC); e a discussão, definição e aprovação das metas do PNC para o período de 2011 a 2020, tema que por mais de uma vez ocupou a pauta do CNPC.

Muitas dessas discussões, particularmente as que se referem às novas propostas de leis para a cultura, foram ampliadas para toda a sociedade. Por meio de consultas públicas, realizadas através da permissão de acesso a plataformas eletrônicas, qualquer cidadão pôde apresentar suas idéias e sugestões. Dessa forma foi possível aprofundar a discussão das matérias, aperfeiçoar os projetos de leis e estabelecer metas de longo prazo para a política cultural brasileira.

PARTES

Além das ações citadas no relatório, os gestores e técnicos do Ministério da Cultura participaram, como palestrantes convidados, de diversos seminários e congressos de cultura realizados em diversas cidades do país, abordando o conteúdo e os desafios da Convenção de 2005. Pode-se citar, dentre estes:

- » Seminários Diversidade Cultural realizados pelo Observatório da Diversidade Cultural em 2008, 2009, 2010 e 2011;
- » Seminário “Cultura e Diversidade no Plano Nacional de Cultura: perspectivas e desafios”, Salvador, 2011;
- » 5ª Reunião do Fórum Mundial Urbano da ONU-HABITAT, com o tema Diversidade Cultural nas Cidades, 2010;
- » 3º Seminário Nacional de Cultura Popular, Limoeiro do Norte, Ceará, 2010.
- » 1ª Mostra de Vídeo Etnográfico da Universidade Federal de Goiás, 2010;
- » 6ª edição do Encontro da Mídia Legal, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010;
- » II Congresso de Cultura Ibero-Americana, OEI, São Paulo, 2009;
- » Mesa sobre Diversidade Cultural do 3º Festival Cinema na Floresta, em Alta Floresta, Mato Grosso, 2009;
- » Semana “Diálogos Interculturais: conhecimento e tecnologia”, promovida pela Universidade de Goiás, 2009.

157

os gestores e técnicos do Ministério contribuíram com textos para publicações do próprio Ministério e de outras instituições, abordando o conteúdo e desafios da Convenção de 2005. Publicações:

- » “Diversidade Cultural, da proteção à promoção”, José Márcio Barros (org.), Editora Autêntica, Belo Horizonte: 2008.
- » “Diversidade Cultural: contextos e sentidos”, publicação do Observatório Itaú Cultural, nº 8, abr./jul 2009, São Paulo.
- » “Diversidade Cultural e Desigualdade de Trocas – participação, comércio e comunicação”, José Márcio Barros (org.), Observatório Itaú Cultural, São Paulo: 2011.

SOCIEDADE CIVIL

O Observatório da Diversidade Cultural promoveu os seguintes Cursos e Oficinas:

- » Curso “Desenvolvimento e Gestão Cultural”, com 2.250 participantes e 600 membros da rede de observadores da diversidade cultural;
- » Jornadas descentralizadas de Gestão Cultural, com participação de técnicos do Ministério da Cultura e de especialistas, tendo como público alvo: jovens, líderes comunitários e iniciantes, com oficinas de mobilização social e planos municipais de cultura, num total de 329 participantes;
- » Ações formativas com iniciativa piloto do mapa da diversidade cultural (170 horas/aula) em duas cidades, com um total de 90 participantes;
- » Oficina “Modos de lembrar, esquecer e viver: memória e diversidade cultural” (41 participantes); Mini-curso “Leitura crítica da mídia” (47 participantes).



ANEXO XI CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

OBJETIVO:

Propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

COMPOSIÇÃO:

O Conselho é constituído por 19 representantes do Poder Público Federal;

- » 4 representantes do Poder Público dos Estados e do Distrito Federal;
- » 4 representantes do Poder Público Municipal;
- » 20 representantes das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural;
- » 8 representantes de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos; e
- » 3 personalidades com comprovado notório saber na área cultural, escolhidos pelo Ministro da Cultura.

Integram, ainda, o Plenário do CNPC sete conselheiros convidados, sem direito a voto.

MÉTODOS E CRITÉRIOS DE ESCOLHA DA SOCIEDADE CIVIL:

Os 13 representantes das áreas técnico-artísticas e os sete da área do patrimônio cultural são indicados pelos membros da sociedade civil nos colegiados setoriais afins ou, na ausência destes, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de listas tríplexes apresentadas pelas associações técnico-artísticas, de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Cultura. Além desses, há um representante das entidades ou das organizações não-governamentais que desenvolvem projetos de inclusão social por intermédio da cultura, que é escolhido pelo Ministro de Estado da Cultura, a partir de lista tríplex, organizada por essas entidades e oito representantes de entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos, que são indicados pelas mesmas.

COMPETÊNCIAS DO CONSELHO:

- I. estabelecer orientações e diretrizes, bem como propor moções pertinentes aos objetivos e atribuições do SFC;
- II. propor e aprovar, previamente ao encaminhamento à coordenação-geral do Sistema Federal de Cultura, as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura;
- III. acompanhar e avaliar a execução do Plano Nacional de Cultura;
- IV. fiscalizar, acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e propor medidas que concorram para o cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, estabelecendo inclusive as diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, no que concerne à sua distribuição regional e ao peso relativo Dos setores e modalidades do fazer cultural;
- V. apoiar os acordos e pactos entre os entes federados, com o objetivo de estabelecer a efetiva cooperação federativa necessária à consolidação do Sistema Federal de Cultura;
- VI. estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não-governamentais e o setor empresarial;
- VII. incentivar a participação democrática na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área da cultura;
- VIII. delegar às diferentes instâncias componentes do CNPC a deliberação e acompanhamento de matérias;
- IX. aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura;
- X. manifestar-se sobre a formalização e execução do objeto de termos de parceria formalizados pelo Ministério da Cultura e entidades vinculadas nos termos dos artigos 10 e 11 da Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999; e
- XI. estabelecer o regimento interno do CNPC, a ser aprovado pelo Ministro de Estado da Cultura.

COMPOSIÇÃO DETALHADA DO CONSELHO:

1. ÓRGÃOS DO PODER PÚBLICO: 27

- » Ministério da Cultura (6)
- » Ministério da Ciência e Tecnologia
- » Ministério das Comunicações
- » Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- » Ministério da Educação
- » Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- » Ministério das Relações Exteriores
- » Ministério do Trabalho e Emprego
- » Ministério do Turismo
- » Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
- » Secretaria-Geral da Presidência da República
- » Associação Brasileira de Municípios
- » Confederação Nacional de Municípios
- » Frente Nacional de Prefeitos
- » Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Cultura (3)
- » Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Cultura
- » Fórum dos Secretários de Cultura das Capitais Estaduais

2. ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL OU PERSONALIDADES DA SOCIEDADE CIVIL: 28

Áreas técnico-artísticas e de Patrimônio Cultural: 20

- » Arquitetura e urbanismo
- » Arquivos
- » Arte digital
- » Artesanato
- » Artes visuais
- » Audiovisual
- » Circo
- » Culturas afro-brasileiras
- » Culturas dos povos indígenas
- » Culturas populares
- » Dança
- » Design
- » Leitura, livro e literatura
- » Moda
- » Museus
- » Música erudita
- » Música popular
- » Patrimônio imaterial
- » Patrimônio material
- » Teatro

Entidades acadêmicas, empresariais, fundações e institutos: 8

- » Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
- » Associação Nacional de Entidades Culturais
- » Entidades de pesquisas
- » Fórum Nacional do Sistema S (entidades, na maior parte de direito privado, mantidas por contribuições dos trabalhadores, que prestam serviço social a seus associados)
- » Grupos de Institutos, Fundações e Empresas
- » Inclusão Social por Intermédio da Cultura
- » Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
- » Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Personalidades com comprovado notório saber na área cultural, de livre escolha do Ministro de Estado da Cultura: 3

Membros convidados: 7

- » Academia Brasileira de Letras
- » Academia Brasileira de Música
- » Comitê Gestor da Internet no Brasil
- » Comissão de Educação do Senado Federal
- » Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados



Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural, presidida pela Ministra Ana de Hollanda, com a presença do Ministro da Educação, Fernando Haddad. Set. 2011



Assembléia de representantes da sociedade civil durante as Pré-Conferências de Cultura, março de 2010.



BIBLIOGRAFIA

Publicações impressas:

Livros Resultantes de Encontros, Seminários e Oficinas:

Diversidade Cultural Brasileira. Organização de Antonio Herculano Lopes e Lia Calabre. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. Coordenação de Hamilton Faria e Gabriela Lotta. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

Catálogo Cultura Viva; 1ª, 2ª e 3ª Edições, com traduções em inglês e francês, 2005 Fomento, Difusão e Representação das Culturas Populares. Coordenação de Hamilton Faria e Ricardo Lima. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

Programa Ludicidade – Uma Proposta para Construção de Política Pública para a Infância – 2006

I Encontro Sul-Americano das Culturas Populares / II Seminário Nacional de Políticas Públicas para as Culturas Populares. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

Cultura, Educação e Comunidade - Prêmio Cultura Viva – 2006- 2007.

TEIA – Belo Horizonte - Rede de Cultura e Cidadania – 2007.

Diversidade Cultural – Da proteção à promoção / Organização de José Márcio Barros; [fotos Luan Barros, Maurício Zeferino; arte José Augusto Barros]. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Loucos pela Diversidade – Da Diversidade da Loucura a Identidade da Cultura - Relatório Final. Coordenação de Paulo Amarante e Ricardo Lima. Rio de Janeiro: LAPS/FIOCRUZ, 2008.

Revista Escola Viva 2007-2008

Viva Cultura Viva do Povo Brasileiro – 2008.

TEIA – Brasília Direitos Humanos – Iguais na Diferença – 2008.

Pontos de Cultura e MinC – um Roteiro Básico de Convênio - 2008

Oficina Brincando na Diversidade – Cultura na Infância. Coordenação de Américo Córdula e Milton Pereira. São Paulo: Fundação Orsa, 2009.

Nada Sobre Nós Sem Nós: relatório final 16 a 18 de outubro de 2008. Oficina Nacional de Indicação de Políticas Públicas Culturais para Inclusão de Pessoas Com Deficiência – Rio de Janeiro, RJ: ENSP/FIOCRUZ, 2009.

Encontros Mestres do Mundo – Catálogos de Imagens dos I, II, III e IV Encontro Mestres do Mundo, período 2005 a 2008 / Encontro Mestres do Mundo (IV: Juazeiro do Norte, 2-6 de dez., 2008). Fortaleza: SECULT/CE; Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

Programa Cultura Viva – Análises e Observações – 2009

Cultura Viva – Avaliação do Programa Arte Cultura e Cidadania – 2010

Catálogos de Iniciativas dos Editais:

Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã. São Paulo: SESC, 2007.

Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xukuru. São Paulo: SESC SP, 2008.

Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa. Brasília: Instituto Empreender / Ministério da Cultura, 2010 (no prelo).

Manuais de Orientação para candidatos dos Editais da SID:

Manual de Orientação do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Ângelo Cretã. São Paulo: Tenondé Porã/Ministério da Cultura, 2006.

Manual de Orientação do Prêmio Culturas Indígenas – Edição Xicão Xucuru. São Paulo: Tenondé Porã / Ministério da Cultura, 2007.

Manual de Orientação do Prêmio Culturas Ciganas – Edição João Torres. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

Manual de Orientação do Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Duda – 100 anos de Frevo. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

Manual de Orientação do Prêmio Culturas Populares – Edição Mestre Dona Izabel – Artesã Ceramista do Vale do Jequitinhonha/MG. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

Manual de Orientação para Candidato do Prêmio Culturas Indígenas – Marçal Tupã-Y. Brasília. Ministério da Cultura, 2009.

Manual de Orientação para Candidatos do Prêmio Cultura Hip Hop – Edição Preto Ghóez. Brasília. Ministério da Cultura, 2010.

Manual de Orientação para Candidato do Prêmio Cultura Cigana 2010. Brasília. Ministério da Cultura, 2010.

Manual de Orientação para Candidato do Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa – Edição Inezita Barroso. Brasília. Ministério da Cultura, 2010.

Material Institucional Informativo:

Cartilha da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. Brasília: UNESCO / Ministério da Cultura, 2008.

Cartilha da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura (SID/MinC). Brasília: Ministério da Cultura, 2009

Folder dos Editais da SID 2010. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

Livros com Artigos sobre as Políticas da SID:

Revista Observatório Itaú Cultural / OIC – n. 8 (abr./jul. 2009). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2009.

Livros apoiados pela SID:

Séculos Indígenas no Brasil: catálogo descritivo de imagens. Organização de Frank Azevedo Coe e André Raimundo Ferreira Ramos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

Sites e links:

Site do Ministério da Cultura: www.cultura.gov.br

Site do Programa Cultura Viva: www.culturaviva.cultura.gov.br

Blog do Seminário Internacional da Diversidade Cultural: blogs.cultura.gov.br/diversidadecultural2007/

Blog do Seminário da Diversidade: blogs.cultura.gov.br/diversidadecultural/

Blog do Encontro Guarani: blogs.cultura.gov.br/encontroguarani

Blog da Setorial de Culturas Populares: culturadigital.br/setorialculturaspopulares

Blog da Setorial de Culturas Indígenas: culturadigital.br/setorialculturasindigenas

Balanço dos Editais da SID: <http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/17/identidade-e-diversidade-4/>

Plano Setorial para as Culturas Populares: <http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/28/sid-7-anos-23/>

Plano Setorial para as Culturas Indígenas:

<http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/28/sid-7-anos-24/>

Edital Economia Viva: http://culturadigital.br/economiaviva_files/2010/10/economiaviva_livro1.pdf

Balanço dos Editais 2010 da SID:

<http://www.cultura.gov.br/site/2011/01/17/identidade-e-diversidade-4>

Portal Rede Culturas Indígenas: <http://www.culturasindigenas.org/>

Blog do Projeto Vidas Paralelas: [blog http://www.cultura.gov.br/vidasparalelas](http://www.cultura.gov.br/vidasparalelas)

Pontos de Cultura e MinC – um Roteiro Básico de Convênio – 2008

DVD TEIA – Rede de Cultura e Cidadania - 2007

CD Música de Ponto – s/d

DVD Vídeos elaborados pelos Pontos de Cultura – 2008

DVD Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva

DORNELES, Patrícia. **Identidades Inventivas: Territorialidades na Rede Cultura Viva na Região Sul**. Tese de Doutorado. PoA: Instituto de Geociências/UFRGS, 2011, entre outros.

DOMINGUES, João Luiz Pereira. **Programa Cultura Viva: Políticas Culturais para a Emancipação das Classes Populares**. Dissertação de Mestrado. RJ: 2008, entre outros.

BRASIL. **Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais**. Brasília: MinC/Unesco, 2010.

BRASIL. **Programa Cultura Viva; análises e observações**. Brasília: MinC/Unesco, 2009.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; CALABRE, Lia (org). **Pontos de Cultura; olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: IPEA, 2011.

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ARAÚJO, Herton Ellery. **Cultura Viva; avaliação do Programa Arte, Educação e Cidadania**. Brasília: IPEA, 2010.

BRASIL. **Cultura Viva; as práticas de pontos e pontões**. Brasília: IPEA, 2011.

GRÁFICA BRASIL

Tiragem: 6.000 exemplares – 2012

Contrato n.º 062/2009

OS n.º 072

Formato: 15x23cm

Capa: Duo Design 300g/m²

Papel: Couché fosco 115g/m²

168 páginas

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL
MINISTÉRIO DA CULTURA



Portal do Ministério da Cultura
www.cultura.gov.br

 @DiversidadeMinC e @CulturaViva

 cidadaniaediversidade

Secretaria da
Cidadania e da
Diversidade Cultural

Ministério da
Cultura

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA